



ACADEMIA MILITAR
DIRECÇÃO DE ENSINO
CURSO DE INFANTARIA

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**AS FORÇAS DE QUADRÍCULA: PONTOS DE CONTACTO ENTRE AS
GUERRAS EM ÁFRICA E OS CONFLITOS ACTUAIS**

AUTOR: ASP AL INF PEDRO MANUEL DE OLIVEIRA LEITE

ORIENTADOR: COR CAV NUNO MIRA VAZ

LISBOA, AGOSTO 2009



ACADEMIA MILITAR
DIRECÇÃO DE ENSINO
CURSO DE INFANTARIA

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**AS FORÇAS DE QUADRÍCULA: PONTOS DE CONTACTO ENTRE AS
GUERRAS EM ÁFRICA E OS CONFLITOS ACTUAIS**

AUTOR: ASP AL INF PEDRO MANUEL DE OLIVEIRA LEITE

ORIENTADOR: COR CAV NUNO MIRA VAZ

LISBOA, AGOSTO 2009

DEDICATÓRIA

Ao meu pai,
...que viveu África nos combates.
À minha mãe,
...pela dedicação de tantos anos.
À Filipa,
...a minha noiva.

AGRADECIMENTOS

A realização deste Trabalho de Investigação Aplicada é fruto do empenho de todos aqueles que não se fizeram rogados em prestar o seu contributo e apoio para a sua elaboração.

Cumpro aqui prestar o enorme agradecimento a todos quantos colaboraram na sua concretização,

Ao Sr. Coronel Nuno Mira Vaz, o meu orientador, pela atenção, paciência e apoio prestado a todo o tempo.

Ao Tenente-Coronel João Ribeiro, pelo apoio e entrevistas prestadas contribuindo com a sua experiência do Kosovo e por todas as dúvidas retiradas. Foi uma preciosa ajuda e a linha directriz para a condução e desenvolvimento do trabalho.

Ao Exmo. Major General Menezes pela entrevista concedida, contribuindo com a sua experiência de comando na Bósnia Herzegovina.

Ao Tenente-Coronel Duarte pela entrevista concedida contribuindo com a sua experiência em Timor-Leste. E pela atenção dada após a sua realização, retirando as duvidas que ainda restavam.

Ao Tenente-Coronel Correia pela entrevista concedida, prestando um enorme contributo com a sua experiência de comando no Afeganistão.

Com a ajuda de todos foi possível chegar ao fim.

A todos um Muito Obrigado.

4.3. Técnicas e Procedimentos.....	26
5. Pontos de contacto entre as OAP e as acções de contra-subversão conduzidas pelas forças de quadrícula no decurso das Guerras de África 1961/1974	27
5.1. Patrulhamentos:	27
5.2. Check-Points:	29
5.3. Escoltas:.....	29
5.4. Postos de Observação:	31
5.5. Guarda a pontos sensíveis:	32
5.6. Operações CIMIC:.....	33
5.7. Operações Psicológicas	35
5.8. Operações de Cerco e Busca:.....	36
5.9. Controlo de Fronteiras:	39
6. Análise das Entrevistas.....	41
Conclusões.....	45
Constrangimentos.....	46
Bibliografia.....	47
Glossário de Termos e Definições	54

Índice de Apêndices

Apêndice A – Quadrícula	57
Apêndice B – Operações Militares	59
Apêndice C – Teatro de Operações Analisados	61
Apêndice D – Contra-subversão e OAP	63
Apêndice E – Análise Conflitual dos Balcãs, Timor-Leste e Afeganistão	65
Apêndice F – Entrevista 1	72
Apêndice G – Entrevista 2	76
Apêndice H – Entrevista 3	82
Apêndice I – Entrevista 4	86

Índice de Anexos

Anexo A – Portugal, Angola, Moçambique e Guiné	91
Anexo B – Articulação e Ocupação das Forças	92
Anexo C – Defesa de Povoação	93
Anexo D – Escoltas	94
Anexo E – Acção Psicológica	95
Anexo F – Operações de Cerco.....	97
Anexo G – Mapa das Missões	98
Anexo H – Bósnia Herzegovina e Kosovo.....	99
Anexo I – Timor-Leste.....	101
Anexo J – Afeganistão.....	103

Índice de Tabelas

Tabela A.1. Missões e procedimentos das Forças de Quadrícula.....	57
Tabela A.2. Missões e Procedimentos das forças de intervenção	58
Tabela B.1. Tipos de tarefas/actividades em OAP	59
Tabela C.1. Missões e procedimentos executados nas OAP	61
Tabela D.1. Pontos de contacto entre as Operações de contra subversão e as OAP.....	63

Índice de Figuras

Figura A.1. Área Ultramarina	91
Figura A.2. Área Europeia comparativa com a área Ultramarina	91
Figura B.1. Sector	92
Figura B.2. Articulação das Forças	92
Figura C.1. Esquema possível de Defesa de uma Povoação	93
Figura: C.2. Torre de Vigilância	93
Figura D.1. Constituição de uma escolta	94
Figura E.1. Panfleto	95
Figura E.2. Acção Psicossocial	96
Figura F.1. Diversidade de aplicação das Operações de cerco	97
Figura G.1.OAP no âmbito da ONU e da NATO até 2004	98
Figura G.2. Actuais TO de Paz de actuação portuguesa	98
Figura H.1. Fronteiras da Bósnia Herzegovina e Kosovo	99
Figura H.2. Localização da Bósnia Herzegovina	99
Figura H.3. Localização do Kosovo	100
Figura I.1. Timor-Leste e Oecussi Ambeno	101
Figura I.2. Oecussi Ambeno	101
Figura I.3. Timor-Leste	102
Figura J.1. Relevo do Afeganistão	103
Figura J.2. Localização do Afeganistão	103

Lista de Siglas e Abreviaturas

A

AGR	Agrupamento
AJP	<i>Allied Joint Publications</i>
APODETI	Associação Democrática Timorense
ASDT	Associação Social Democrática de Timor
ATP	<i>Allied Tactical Publications</i>

B

BI/BLI (2BI/BLI)	Segundo Batalhão de Infantaria da Brigada Ligeira de Intervenção
BI/BrigInt (2BI/BrigInt)	Primeiro Batalhão de Infantaria da Brigada de Intervenção
BIPara (1BIPara)	Primeiro Batalhão de Infantaria Pára-quedista

C

CAS	<i>Close Air Support</i>
CA _t (1CA _t)	Primeira Companhia de Atiradores
CA _t (2CA _t)	Segunda Companhia de Atiradores
CA _t Para (22CA _t Para)	Vigésima Segunda Companhia de Atiradores Para-quedista
CEE	Comunidade Económica Europeia
CEME	Chefe do Estado Maior do Exército
CFuz (21CFuz)	Vigésima Primeira Companhia de Fuzileiros
CIMIC	<i>Civil-Military Cooperation</i>
Cmd Op	Comando Operacional
COFT	Comando Operacional das Forças Terrestre
COMISAF	<i>Command ISAF</i>
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRO	<i>Crisis Response Operations</i>
CRPO	<i>Crisis response Psychological Operacions</i>

E

EME	Estado Maior do Exército
EMGFA	Estado Maior General das Forças Armadas
EOD	<i>Explosive Ordnance Disposal</i>
EPI	Escola Prática de Infantaria
ERec	Esquadrão de Reconhecimento

EUA	Estados Unidos da América
EUFOR	<i>European Union Force in Bosnia and Herzegovina</i>
EUROFOR	<i>European Rapid Operational Force</i>
EUROMARFOR	<i>European Maritime Force</i>

F

FALINTIL	Forças Armadas de Libertação de Timor
F-FDTL	<i>Falintil-Forças de Defesa de Timor Leste</i>
FLING	Frente de Luta pela Independência da Guiné
FM	<i>Field Manuals</i>
FND	Força Nacional Destacada
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
FRETILIN	Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente
FRR	Força de Reacção Rápida
FYROM	<i>Former Yugoslav Republic of Macedonia</i>

I

IED	<i>Improvised Explosive Device</i>
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
INTERFET	<i>International Force in East Timor</i>
IPU	<i>Integrated Police Unit</i>
ISAF	<i>International Security Assistance Force</i>

K

KFOR	<i>Kosovo Force</i>
KVM	Kosovo Verification Mission

L

LOT	<i>Liasion Observation Teams</i>
-----	----------------------------------

M

MNB W	<i>Multinational Brigade West</i>
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola

N

NATO (OTAN)	Organização do Tratado Atlântico Norte
-------------	--

O

OAP	Operações de Apoio à Paz
OMLT	<i>Orientation Mentoring Liaison Team</i>
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCE	<i>Organization for Security and Co-operation in Europe</i>

P

PAIGC	Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde
PeIRec	Pelotão de Reconhecimento
PESC	Política Externa de Segurança Comum
PIB	Produto Interno Bruto
PKF	<i>Peace Keeping Force</i>
PNLT	Polícia Nacional de Timor Leste
PO	Postos de Observação
PSO	<i>Peace Support Operation</i>

Q

QG	Quartel-General
QRF	<i>Quick Reaction Force</i>

R

ROE	<i>Rules of Engagement</i>
-----	----------------------------

S

SFOR	<i>Stabilization Force</i>
------	----------------------------

T

TACP	Tactical Air Control Party
TCor	Tenente-coronel
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
TN	Território Nacional
TO	Teatro de Operações
TPOI	Tirocínio para Oficial de Infantaria
TTP	Táticas, Técnicas e Procedimentos

U

UCK	Exército de Libertação do Kosovo
UDENAMO	União Democrática Nacional de Moçambique
UDT	União Democrática Timorense
UE	União Europeia
UEC	Unidade Escalão Companhia
UEO	União Europeia Ocidental
UN	<i>United Nations</i>
UNAM (MANU)	União Nacional Africana de Moçambique
UNAMET	<i>United Nations Assistance in East-Timor</i>
UNAMI	União Nacional Africana para Moçambique Independente
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UNMIC	<i>United Nations Mission in Kosovo</i>
UNMISSET	<i>Nations Mission in Support of East Timor</i>
UNMIT	<i>United Nations Integrated in Timor-Leste</i>
UNTAET	<i>United Nations Transitional Administration in East Timor</i>
UPA	União dos Povos Angola

V

VBTP	Viatura Blindada de Transporte de Pessoal
------	---

Resumo

Portugal materializou a sua primeira participação em Operações de Apoio à Paz em 1958. A partir de 1961 e até 1974, na sequência de uma Guerra-subversiva dos povos das suas colónias africanas, Portugal vê-se envolvido num conflito de natureza diferente, que forçou as autoridades políticas a importantes reformas e as Forças Armadas a adoptar novas doutrinas e tácticas, adequadas às características da contra-subversão. Actualmente e após a descolonização, Portugal tem conduzido a sua política externa no cumprimento dos acordos internacionais que mantém com organizações e países diversos, destacando com frequência forças militares para participarem em Operações de Apoio à Paz um pouco por todo o mundo.

O presente trabalho pretende analisar de que forma as doutrinas pioneiras, aplicadas pelas forças de quadrícula, na condução das operações militares nas Guerras de África de 1961 a 1974, têm uma aplicação prática e actual nas Operações de Apoio à Paz.

No primeiro capítulo tenta-se perceber o que são forças de quadrícula, como surge o conceito e como foi dirigido o seu emprego durante a Guerra de África de 1961 a 1974.

No segundo capítulo é apresentada uma perspectiva evolutiva da Política Externa Nacional, enunciando os acordos internacionais que vinculam os países membros a disponibilizar as suas Forças Armadas para participar nas Operações de Apoio à Paz promovidas por diversas Organizações Internacionais em várias regiões do mundo.

No terceiro capítulo, analisa-se o emprego de técnicas e procedimentos doutrinários nas Operações de Apoio à Paz, à luz das entrevistas realizadas a Oficiais participantes nos Teatros de Operações da Bósnia-Herzegovina, Kosovo, Timor-Leste e Afeganistão, apresentadas no capítulo quarto, onde se aborda o aprontamento e o aspecto doutrinário nacional actual.

No quinto capítulo são apresentados os pontos de contacto entre os procedimentos das Operações de Apoio à Paz e os procedimentos das forças de quadrícula no decurso das Guerras de África 1961/1974. Numa perspectiva comparada, são analisadas as entrevistas executadas, no sexto capítulo.

Em suma: aplicando uma metodologia dedutiva na revisão bibliográfica e com a execução e análise de entrevistas, pretende-se demonstrar a actualidade dos procedimentos conduzidos nas Campanhas de África de 1961 a 1974.

Palavras-Chave: África, Quadrícula, Conflitualidade, Forças, Operações, Paz, Bósnia-Herzegovina, Kosovo, Timor-Leste, Afeganistão.

Abstract

Portugal materialized its first participation in Peace Support Operations in 1958. Starting from 1961 and up to 1974, following the insurgency war of the African colony's people, Portugal got involved in a conflict of a different nature, which forced the political authorities to make major reforms and the military to adopt new doctrines and tactics, appropriate to the characteristics of counter-subversion. Today and after the decolonization, Portugal has conducted its foreign policy in compliance with the agreements made with international organizations and various countries, often detaching military forces in order to participate in Peace Support Operations all over the world.

This work intends to analyze how pioneer doctrines, used by the grid forces in the conduct of military operations in the African war from 1961 to 1974, have a practical and current application in Peace Support Operations.

On the first chapter it was tried to understand what the grid forces are, how the concept appeared and how its employment had been directed during the African war in 1961-1974.

The second chapter presents an evolutionary perspective of national foreign policies, stating the international agreements that tie the member state to provide armed forces in order to participate in peace-support operations promoted by diverse international organizations in various regions of the world.

The third chapter analyzes the use of technical and doctrinal procedures in peace-support operations, through the interviews to participant Officers in the Theater of Operations in Bosnia-Herzegovina, Kosovo, East Timor and Afghanistan, presented in the fourth chapter. This chapter addresses the training and the National doctrinal stands.

The fifth chapter presents the contact points between the procedures of the Peace-Support Operations and the procedures of the grid forces during the African war 1961/1974. In a comparative perspective, the interviews are analyzed, in the sixth chapter.

In short: by applying a deductive method in the bibliographical review and the implementation and analysis of interviews, it is pretended to demonstrate the timeliness of the procedures conducted in the Campaigns in Africa from 1961 to 1974.

Keywords: África, Grid, Conflict, Forces, Operacions, Peace, Bósnia-Herzegovina, Kosovo, Timor-Leste, Afeganistão.

Introdução

O presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) está inserido no Tirocínio para Oficial de Infantaria (TPOI) da Academia Militar, dedicando um ciclo de estudos à investigação, conducente ao grau académico de mestre.

Subordinado ao tema “*As forças de quadrícula: pontos de contacto entre as Guerras de África (1961/1974) e os conflitos actuais*” pretende-se avaliar se existem semelhanças nas acções executadas pelas forças nacionais destacadas nas Missões de Apoio à Paz, comparativamente com as acções de contra-subversão conduzidas pelas forças portuguesas nas campanhas de África entre 1961 e 1974. A tipologia das diversas missões será analisada numa perspectiva doutrinária, e de acordo com as Tácticas, Técnicas e Procedimentos (TTP) executadas pelas forças nacionais nas campanhas ultramarinas e nas Operações de Apoio à Paz (OAP).

Este tema está inserido no domínio da Tática Militar onde existe um interesse em conduzir estudos, de forma a perceber a forma de projectar e articular as forças no terreno. De todo, importa reflectir se existe semelhança na condução e articulação das forças em Teatro de Operações (TO) tão diferentes, pretendendo mostrar a actualidade de emprego de acções executadas há trinta e cinco anos atrás.

A escolha deste tema prendeu-se fundamentalmente com a curiosidade de penetrar num mundo verdadeiramente nosso, e pouco conhecido doutrinariamente. Portugal enfrentou em África uma guerra exclusivamente sua, transportando as suas doutrinas e forças para um TO tão distante e tão diferente do que a comunidade internacional vivia e para o qual se preparava.

A conjuntura nacional e internacional em 1961 e nos anos seguintes, obrigou Portugal a encontrar, num ambiente internacional hostil, forma de conciliar os fracos recursos económicos de que dispunha, com a necessidade de apoiar as diversíssimas actividades de efectivos militares muito significativos em três distintos TO's situados a milhares de quilómetros da metrópole.

O conceito de quadrícula surge dos conhecimentos retirados pelos portugueses da doutrina dos britânicos, consolidada com a experiência francesa na Indochina e na Argélia. O conceito assentava numa forma de dispor as forças no terreno, atribuindo a cada unidade um sector no interior do qual eram responsáveis, para além das missões de natureza militar, pela concepção e execução de acções com um carácter psicossocial de ajuda e prestação de serviços para o melhoramento da qualidade de vida da população em geral. Neste sistema, uma boa parte das acções ofensivas era executada por forças de intervenção, pertencentes ao sector ou a um comando superior, dotadas de grande mobilidade e flexibilidade que lhes permitia actuar em qualquer parte da área de operações, conduzindo acções ofensivas com as quais se procurava destruir as forças Inimigas e as suas instalações.

Presentemente, o leque de missões atribuídas às Forças Armadas Nacionais é bem diferente daquele que caracterizou as Guerras de África (1961/1974). As actuais missões são enquadradas em missões de resposta a crises, respondendo perante os acordos internacionais, projectando a política nacional além fronteiras no cumprimento de missões de apoio à paz, ao abrigo de Organizações Internacionais das quais somos membros ou com as quais mantemos acordos.

A actualidade trouxe novas fronteiras para os conflitos armados. A evolução internacional dos conflitos criou o conceito de transnacional. Preferivelmente, as forças destacadas pela comunidade internacional agem na prevenção de conflitos, actuando na fase embrionária dos acontecimentos, evitando a projecção destes aos seus próprios países, estabelecendo as condições para que a paz se estabeleça e perdure.

O trabalho começa por abordar o emprego do Exército Português nas Guerras de África 1961/1974, destacando os aspectos doutrinários relevantes para o tema e enunciando as missões mais importantes a cargo das unidades de quadrícula, cuja caracterização também é feita. A seguir avaliará, em idêntica perspectiva, o emprego das Forças Nacionais Destacadas (FND) no âmbito dos acordos que Portugal mantém com Organizações Internacionais, em OAP. Seguidamente, com base na tipologia de conflitos actuais, iremos recorrer à experiência de militares portugueses que actuaram nos TO da Bósnia-Herzegovina, Kosovo, Timor-Leste e Afeganistão. Estes exemplos representam a parte prática na condução de TTP's nas missões nestes TO.

Para a realização do presente trabalho foi muito importante a consulta dos mais variados tipos de documentos. O estudo doutrinário tendo como objectivo a guerra contra-subversiva conduzida por Portugal entre 1961 e 1974 foi orientado pelo conteúdo de cinco manuais sob o título genérico de "O Exército na Guerra Subversiva". No que respeita às Operações de Apoio à Paz, cenário do actual emprego das forças nacionais, constata-se que não existe um corpo doutrinário específico actualizado. Por outro lado os acordos celebrados pelo país, com Organizações Internacionais como a NATO, ONU e com outros Estados como os EUA, bem como a sua integração na UE, leva-nos a tomar em consideração alguns aspectos doutrinários no âmbito do preconizado por estas Organizações e Estados.

A realização das entrevistas contribuiu decisivamente para a obtenção de resultados concretos, com base na experiência de quem esteve no terreno a conduzir este tipo de operações.

A investigação assentou na pesquisa de fontes bibliográficas, obtidas em arquivos no seio da organização militar, consultas de internet e consulta de base doutrinária na intranet do Exército. Inicialmente foram conduzidas algumas entrevistas livres, com o intuito de orientar a condução da investigação. Após uma análise das doutrinas preconizadas entre 1961 e 1974 e aquelas que actualmente aplicamos, conduziu-se à aplicação de entrevistas

a Oficiais do Exército que desempenharam funções de comandante, Oficial de Operações, Oficial de Informações e Comandante da Força nos TO da Bósnia-Herzegovina, Kosovo, Timor-Leste e Afeganistão.

Para orientação e desenvolvimento do estudo levantou-se a seguinte questão central: *A doutrina de emprego das forças de quadrícula conduzidas por Portugal, na Guerra de África de 1961 a 1974, tem nas Operações de Apoio à Paz em que as Forças Armadas Portuguesas participam, uma aplicação prática e actual?*

Perante esta questão, identificaram-se como questões derivadas, as seguintes:

- Na preparação das forças para uma OAP, são aplicadas e treinadas TTP semelhantes às de quadrícula?
- A actuação das forças portuguesas nos diversos TO, em OAP, tem alguma base de emprego semelhante às forças de quadrícula?
- A condução da guerra de África 1961/1974 pelas forças de quadrícula trouxe alguns ensinamentos à condução das actuais OAP em que participam forças portuguesas?

Deste modo, optou-se por estruturar o trabalho em seis partes. Na primeira parte abordamos numa base temporal o desenvolvimento de doutrinas para o emprego das forças portuguesas em África, apresentando as principais missões e o tipo de forças que as compõem. Na segunda parte, é apresentada uma breve caracterização da moderna conflitualidade, enquanto que na terceira parte se descreve sumariamente o emprego do Exército nas Operações de Apoio à Paz nos TO da Bósnia-Herzegovina em 2001, no Kosovo em 2000, em Timor-Leste em 2001 e no Afeganistão em 2007. Na quarta parte são apresentadas um conjunto de tarefas executadas pelas forças de paz nos TO analisados, à luz das doutrinas de aprontamento e condução das operações. O trabalho ganha consistência na quinta parte, com a apresentação dos pontos de contacto entre as operações de contra-subversão e as OAP. Na sexta parte é apresentada uma análise crítica e comparativa das entrevistas executadas, tendo como base a opinião e experiência dos oficiais com diversas funções nos vários TO analisados.

Por último, apresentam-se as conclusões, destacando os aspectos mais relevantes.

1. Emprego do Exército Português na Guerra de África 1961/1974

1.1. Generalidades

O final da II Guerra Mundial não marcou o término das guerras, nem o começo da paz em todo o mundo, mas o desencadear de novos conflitos e uma série de acontecimentos de emancipação dos países colonizados. As graves quebras económicas provocadas pela alimentação de uma guerra com tais dimensões, a crise política interna e a carência de crescimento nesses países, canaliza para as metrópoles o que antes seria para as colónias, traduzindo-se no afastamento de recursos e de efectivos para manter a continuidade da defesa e segurança do território.

Desde 1918 que movimentos Pan-Africanistas¹ se manifestavam em congressos a favor das igualdades de direitos dos africanos, da cooperação entre todas as raças e, contra a miséria, ignorância e sofrimento da raça negra. Em 1955, surge o grande impulso para as alterações ambicionadas com a conferência de Bandung², na Indonésia, onde é reconhecida a necessidade de uma solidariedade activa da Ásia com África, e onde a União Soviética manifesta o seu apoio económico aos países que aspiravam à independência. (CECA, 1988, pp. 40-50)

A partir de 1945, vários conflitos começam a emergir um pouco por todo o mundo. Os movimentos de cariz independentista alastram pelo Continente Africano e países colonizadores como a França, Bélgica e Portugal, entre outros, começam a ser afectados pelas actividades de grupos com os seus objectivos de independência definidos e apoiados em atitudes violentas. (CECA, 1990, p. Anexo ao Cap.I)

Os primeiros acontecimentos violentos manifestados nas colónias portuguesas dão-se em Angola, precisamente no Norte muito perto da fronteira com o Congo Ex-Belga. Essa proximidade serviu de refúgio à população atemorizada pelo processo violento de descolonização desse país, um ano antes. Angola foi o refúgio de novos ideais de independência e de emancipação, uma nova força para os grupos pro-independência que se formavam nesta colónia.

Com a integração portuguesa em 1949, na NATO, uma aliança de defesa e segurança, surgem as alterações na política de defesa, modernizando-se em armamento e equipamento, na medida do possível, preparando-se para uma possível guerra convencional ou nuclear na Europa. Nesta altura, em que são desencadeados os primeiros acontecimentos nas colónias portuguesas, Portugal estava deficientemente guarnecido de Forças Armadas, de meios e equipamentos e, tem entre mãos três territórios geograficamente separados entre si, Angola, Guiné e Moçambique, os quais são

¹ Movimento cultural que visa a igualdade de direitos e a melhoria das condições morais e intelectuais das populações Africanas submetidas ao colonialismo.

² Foi a primeira das conferências asiáticas denominada como, I Conferência de Solidariedade Afro-Asiática. Decorreu de 26 de Dezembro de 1957 a 1 de Janeiro de 1958.

considerados parte integrante do território nacional (TN) e aos quais não quer conceder a independência. Esta posição obriga Portugal a enviar contingentes militares para as colónias, a fim de garantir a sua defesa. (CANN, 2005, pp. 59-60)

À medida que decorriam as acções militares, a partir de 1961 em Angola e dois anos mais tarde em Moçambique e na Guiné, contra os grupos insurrectos, as autoridades portuguesas iam-se apercebendo de que a forma de combater as acções rebeldes, não seria com grandes manobras ofensivas, disposição de grandes unidades, executando ataques massivos indiscriminadamente sobre a população, o que traria uma rápida mas desastrosa vitória como também uma grave reprovação pela comunidade internacional muito atenta a tudo o que se passava nas colónias portuguesas.

Estava-se perante uma guerra subversiva em que o inimigo, inevitavelmente, recebia apoio do exterior para fazer o combate e apoio da população a todos os níveis, reabastecimentos, informações, efectivos, etc. O equipamento rudimentar como canhangulos, longas³ e catanas, aparece nas acções desenvolvidas pelas guerrilhas, juntamente com as armas modernas (pistolas, metralhadoras, metralhadoras anti-aéreas, morteiros e espingardas), o que denuncia desde logo o apoio externo à luta dos subversores. (EME, 1966, 1ªP, Cap. I, pp. 1-12)

Numa guerra subversiva, o inimigo é uma parte da população e a sua forma de actuar, clandestinamente, inteiramente conhecedores do terreno, agindo com elevada rusticidade, com excelente conhecimento dos recursos da região, com grande mobilidade e enorme fluidez, dificultam em muito a actuação das forças armadas preparadas de forma convencional e habilitadas a conduzir extensas frentes de combate em acções ofensivas e defensivas. As acções dirigidas pelos bandos armados e guerrilhas, em nada se pareciam com uma actuação convencional, e eram essencialmente conduzidas contra as forças militares, contra as vias de comunicação, contra a população não subvertida e instalações essenciais, procurando obter a surpresa e recusando sempre o contacto decisivo, com objectivo de criar o desgaste físico e moral nas forças e assim influenciar psicologicamente a população. Os seus elementos, muitas vezes movidos pelo feiticismo, ou ideais de ordem religiosa ou racial, eram guerrilheiros, que na sua maioria não compreendiam as verdadeiras razões da sua luta pela qual com elevado espírito de sacrifício e sempre convencidos da sua causa, fanática ou conscienciosamente, se batiam com o moral elevado. (EME, 1966, 1ª P, Cap. I, pp.1-12)

Portugal desenvolve, fundamentalmente com base nos ensinamentos colhidos pelos franceses na Guerra da Argélia e pelos Britânicos no Quénia, Malásia e Chipre, uma doutrina onde era imperativo que a forma de resolver os incidentes se desenvolvesse como

³ O “canhangulo” e a “longa” são espingardas de carregar pela boca com zagalotes ou pedaços de metal, com um alcance muito curto e com grande dispersão.

um conflito de baixa intensidade, num propósito de não agitar nem expulsar a população do seu território e que fosse economicamente sustentável. Portanto, tornava-se essencial chegar junto das populações, levar as forças militares a actuar nas povoações e procurar o seu apoio. Porém, os territórios ultramarinos não só tinham uma grande dimensão como a distância entre si e a sua separação de Lisboa, concorriam para aumentar a dificuldade de emprego e actuação das forças armadas.

Angola com 1 264 314 quilómetros quadrados, cobre uma área cerca de catorze vezes superior à de Portugal, com 4 837 quilómetros de fronteiras terrestres e em 1960 com 4 830 283 habitantes; Luanda a principal cidade distava de Lisboa em 7 300 quilómetros. Moçambique cobre uma área cerca de nove vezes superior a Portugal com 784 961 quilómetros quadrados, com 4 330 quilómetros de fronteiras terrestres e com 6 603 653 habitantes em 1960; o seu principal aeródromo de reabastecimentos na Beira ficava a 10 300 quilómetros de Lisboa. O mais pequeno território, a Guiné, cobre aproximadamente 36 125 quilómetros quadrados, mas devido à acção das marés que afectam cerca de 20 por cento do território, apenas permanecem acima da linha média da preia-mar 28 000 quilómetros dos quais 680 são fronteiras terrestres. Em 1960 povoavam a Guiné 525 437 habitantes.⁴ (CANN, 2005, pp. 23-26)

Comparativamente Portugal, cobre uma área de 92 391 quilómetros quadrados e segundo o censo de 1960, a população residente era de 8 889 392 indivíduos. Conseguir chegar a toda a população dos territórios ultramarinos com as forças militares existentes era praticamente impossível, iria exigir um número de efectivos para o qual Portugal não tinha disponibilidade nem conseguiria instruir. Verificamos que 11 959 373 era o número total de habitantes africanos, noventa e quatro por cento dos quais de raça negra. Apresentavam uma diversidade grande de tribos que se dividiam em diferentes grupos etnolinguísticos com diferentes ligações aos portugueses. (CANN, 2005, p. 26) Estavam distribuídos numa extensão de território de selva e capim com 2 077 275 quilómetros quadrados, o que equivale a falar de uma área vinte e duas vezes superior á de Portugal e de um território como a Espanha, a França, a Itália, o Reino Unido e a Alemanha juntos.⁵

Neste extenso território, manobravam diversos movimentos nacionalistas com a sua base étnica, e com vários e diferentes apoios externos, divididos por três TO's. Em Angola o MPLA e a UPA, com ideias tão divergentes que eram poucas as hipóteses de um acordo ou consenso entre ambos; mais tarde, em 1966 surge um novo movimento nacionalista, a UNITA. A luta em Moçambique inicialmente começou com a UNAM, mais tarde surge a UDENAMO e por último a UNAMI, estes três movimentos armados fundem-se em 1962 dando origem à FRELIMO. Na Guiné, o principal movimento era o PAIGC; no entanto,

⁴ Ver Anexo A – Portugal, Moçambique e Guiné, fig. A.1. Área Ultramarina.

⁵ Ver Anexo A – Portugal, Moçambique e Guiné, fig.A.2. Área Europeia comparativa com a área Ultramarina.

também actuava neste território a FLING, mas à imagem de Angola, estes dois movimentos eram tão díspares nas suas filosofias que havia poucas hipóteses de cooperação. (CANN, 2005, pp. 42-51)

Muitos outros factores influenciaram o desenrolar de todas as acções portuguesas, como o clima tropical e a situação económica portuguesa da altura.

Combater nestas condições contra forças de guerrilha, só é possível utilizando pequenas unidades, dispendo de grande mobilidade e com bom conhecimento do meio, com equipamento, formação, treino e organização adequados. Com Forças Armadas capazes de assegurar a contra-subversão com efectivos suficientes e com capacidade de rotação desses efectivos com o objectivo de evitar o desgaste excessivo. O seu emprego baseia-se numa actuação rápida na fase inicial dos acontecimentos, a fim de evitar o seu desenvolvimento, conseguir isolar dos rebeldes os apoios exteriores e o apoio da população, usar voluntários e elementos da população bem como estabelecer grandes áreas minadas e armadilhadas. (EME, 1966, Vol. II, 1ªP, Cap. III, pp.1-7)

1.2. Quadrícula, desenvolvimento

Como foi analisado anteriormente, a tarefa das forças portuguesas não se revelou nada simples. Um problema geográfico (um território tão vasto, tão distante da sua metrópole e com as partes tão separadas entre si), aliado à demografia, tornavam difícil conduzir uma acção que assegurasse a protecção da população contra os insurrectos.

Na Malásia (1948-1960), o Exército britânico utilizou um dispositivo flexível, dividindo o território em distritos normalmente da responsabilidade de um batalhão de infantaria, cujas companhias eram por sua vez repartidas em sectores. O facto de se manterem no mesmo local permitia-lhes uma maior familiarização com o terreno e com os hábitos dos guerrilheiros, que se traduzia numa maior eficiência, comparativamente com outras unidades que fossem colocadas em sectores estranhos. Esporadicamente era mantida uma companhia em reserva para actuar contra circunstâncias imprevistas, mas devido à grande área dos distritos a reserva só era mantida aos altos escalões. Na Argélia (1954-1962), os franceses cobriram o território com uma rede de postos. O sistema ficou conhecido como *quadrillage*, e o seu sucesso dependia largamente do conhecimento das condições locais que a tropa tinha em cada posto. As funções nesses postos passavam por um trabalho rotineiro de segurança e policiamento, pesquisa de informações, diversos projectos de construção e acções militares limitadas. O contacto permanente com os habitantes locais era indispensável para se manter um conhecimento da sua zona de acção. Estas guarnições eram ocasionalmente reforçadas por uma reserva geral composta por tropas especiais. (CANN, 2005, pp. 84-86)

Foi então adoptado o conceito de *quadrillage*, a partir da estratégia de pacificação do Exército francês na Argélia naturalmente adaptado às condições vigentes na altura em

Portugal. (CANN, 2005, p. 84) Nas vésperas de uma guerra que duraria treze anos, Portugal, aparentava ter fracos recursos e grandes limitações em conduzir uma campanha militar de grandes dimensões. Em 1960 apresentava um PIB de 2,5 biliões de dólares, comparativamente, a França no início da guerra na Argélia apresentava um PIB 24 vezes superior, 61 biliões e a Grã-Bretanha 71 biliões, 28 vezes superior ao português; no final da guerra a França tinha perto de 400 000 homens para combater cerca 8 000 guerrilheiros, os britânicos no Quénia, dispunham de 56 000 forças de segurança contra 12 000 Mau-Mau⁶, no Chipre 24 911 homens enfrentaram 1 000 guerrilheiros. Portugal no final da guerra tinha deslocado para as colónias cerca de 149 000 homens para combater 27 000 guerrilheiros; estes valores iriam naturalmente, reflectir-se na forma de conduzir a guerra. (CANN, 2005, pp. 30-31)

Com isto, interessa perceber que o desenvolvimento de doutrinas a partir de Nações com capacidades económicas e militares muito superiores às de Portugal é algo notável. Segundo John P. Cann, para superar essas dificuldades Portugal assentou a sua estratégia em dois elementos chave, o primeiro consistia em “dividir o mais possível o fardo da guerra, o segundo em manter o ritmo do conflito suficientemente baixo, para que os recursos fossem suficientes.” A extraordinária prática de contra-subversão conduzida por Portugal, leva John P. Cann a chamar-lhe o “modo português de fazer a guerra”. (CANN, 2005, p. 31)

O conceito de *quadrilagem* foi então adaptado às colónias portuguesas. As forças assentavam numa quadrícula com a missão principal de guarnecer o território e manter o contacto com a população, em que a unidade básica era a Companhia de Caçadores, ou Esquadrão de Reconhecimento (ERec). Desta forma o território era ocupado em sectores, definidos por limites, guarnecidos por pequenas Unidades, Companhias ou Batalhões com grande autonomia, largamente distanciadas umas das outras e sediadas nas principais povoações e em determinados pontos importantes do território a pacificar. As companhias de quadrícula eram normalmente integradas em batalhões e estes em Agrupamentos e, a cada um destes escalões correspondia um sector⁷. (EME, 1966, Vol. II, 1ªP, Cap. IV, pp. 12-20)

O comando, as unidades de Artilharia, Engenharia, Transmissões e Serviços instalavam-se nos sectores das unidades de quadrícula a fim de fornecerem apoio. Às unidades de quadrícula eram determinadas missões essencialmente defensivas, no entanto não se pretendia que fossem estáticas. Todas as unidades estavam integradas num único conjunto de forças, escalonadas nos sucessivos comandos, nos quais existiam unidades de quadrícula e unidades de intervenção, responsáveis pela segurança, controlo e limpeza do

⁶ Mau-Mau foi um movimento nacionalista queniano de etnia maioritariamente KiKuyu. Esta etnia tinha sido particularmente afectada pela deterioração das suas condições na agricultura, facto relacionado com chegada de novos colonos Britânicos para a exploração das terras.

⁷ Ver Anexo B – Articulação e ocupação das forças, fig. B.1. Sector e fig. B.2. Articulação das forças.

sector. No caso de um sector que ficasse com limites materializados numa fronteira, às missões de controlo e limpeza do sector acrescia uma outra, a missão de interdição de fronteiras.

As actuações das unidades de quadrícula eram dirigidas essencialmente para o contacto com a população em acções psicológicas e psicossociais, procurando abranger as necessidades das populações e fornecer o auxílio de que necessitavam, prestar apoio às autoridades civis na segurança e controlo das vias de comunicação, povoações e instalações importantes, permitindo o regular funcionamento das estruturas vitais e desencadear acções de combate de forma a minimizar as acções do inimigo contra a população que era favorável à presença Portuguesa. (EME, 1966, Vol.II, 1ªP, Cap. IV, pp.1-10)

1.3. Quadrícula, a forma portuguesa de aplicar

As forças de quadrícula na sua missão, predominantemente defensiva, não conseguiam chegar a todo o lado. Por esse motivo, eram frequentemente reforçadas por forças de intervenção, por períodos de tempo curtos ou longos, que ficavam por norma encarregadas das acções com maior cunho ofensivo, com o objectivo de aniquilar os bandos armados e guerrilhas, independentemente do sítio onde estas actuavam ou se refugiavam. Essa missão essencialmente defensiva, não implicava uma defesa estática, mas sim a procura constante da iniciativa e de grande mobilidade para cobrir, com a sua acção, o maior número possível de povoações que se encontravam dentro dos limites do seu sector.

Idealmente, na actuação dessas forças, deveria existir em reserva uma força de intervenção em cada escalão. Contudo, e tendo em consideração as restrições de efectivos, essa reserva, na maioria das vezes, era mantida pelas próprias subunidades, mantendo as forças de intervenção como reserva do escalão superior. A articulação das unidades de quadrícula com forças de intervenção não era rígida. Se porventura surgisse a necessidade de criar uma força mais “musculada”, o comando podia reunir à força que tinha em reserva forças de quadrícula e criar uma unidade temporária de intervenção, por exemplo. (EME, 1966, Vol.II, 1ªP, Cap.IV, pp. 21-38)

Este tipo de organização exige uma dispersão muito grande, o que implicava uma preocupação permanente com a segurança das unidades. Esta segurança obtém-se através de medidas de segurança imediatas, pela utilização de reservas capazes de actuar em auxílio de qualquer elemento atacado, através do segredo das operações a realizar e através da decepção relativas às operações a executar.

As unidades que guarnecem o território a pacificar, contêm na sua função de quadrícula e intervenção, as seguintes missões⁸:

1.3.1. Missões das forças de quadrícula

1.3.1.1. Defesa de pontos sensíveis; estabelecimentos de postos militares

Pontos sensíveis são: povoações onde haja habitantes a proteger ou preservar do contacto com os rebeldes; instalações de interesse político, administrativo, económico e militar, as quais são vitais para o quotidiano das populações, no que concerne ao abastecimento de água, assistência sanitária, electricidade, combustíveis, etc.; pontos vitais das vias de comunicação, como pontes e túneis, em que a sua interdição, dificulta tanto a população como as próprias forças. (EME, 1966, Vol.II, 2ªP, Cap I, pp. 1-2)

Para conseguir a sua defesa, as forças deviam estabelecer Postos Militares⁹ e articularem-se, de forma a montar segurança diariamente, além de dispor de uma reserva pronta a intervir e assegurar o descanso do pessoal que não está de serviço. Deviam estabelecer uma segurança eficiente, posicionar as armas principais, construir torres se necessário for, para manter uma observação sobre toda a área, estabelecer comunicações e postos de sentinelas ou postos de vigilância, distribuir cartões de acesso para civis e efectuar patrulhas actuando de forma irregular¹⁰. (EME, 1966, Vol. II, 2ªP, Cap.I, pp. 3-14)

1.3.1.2. Protecção de Itinerários

Tendo em conta o modo de actuar das guerrilhas e a vulnerabilidade das colunas auto, indispensáveis ao apoio logístico das unidades e das populações, esta missão implicava garantir a utilização de determinadas vias de comunicação. (EME, 1966, Vol.II, 2ªP, Cap.II, pp. 1-2) Esta protecção era mantida pelas unidades de quadrícula nos seus sectores através da aplicação de uma defesa fixa, de uma vigilância móvel e de escoltas de colunas. A defesa fixa pode ser alcançada de duas formas distintas: permanentemente, actuando de acordo com a missão anterior de defesa de pontos sensíveis ou, temporariamente, instalando forças em pontos vitais do itinerário onde a acção do inimigo possa acontecer mais facilmente. (EME, 1966, Vol.II, 2ªP, Cap.II, pp. 2-5)

A vigilância móvel era efectuada por meio de patrulhas com a finalidade de manter o itinerário sob constante vigilância, obter informações das actividades do inimigo e criar um clima de insegurança e incerteza na sua actuação. Desta forma, as patrulhas de vigilância devem evitar a todo o custo a rotina, alternando os percursos a realizar em intervalos de tempo irregulares. (EME, 1966, Vol.II, 2ªP, Cap.II, pp. 8-13)

⁸ Ver Apêndice A – Quadrícula, Tabela A.1.Missões e procedimentos das forças de quadrícula.

⁹ Postos Militares são instalações militares sumárias, com carácter temporário ou de certa permanência onde as guarnições se possam estabelecer e defender de quaisquer ataques e de onde podem irradiar patrulhas ou outros destacamentos.

¹⁰ Ver Anexo C – Defesa de uma povoação, fig. C.1. Esquema possível de defesa de uma povoação, fig. C.2. Torre de vigilância.

Quando a defesa fixa dos pontos vitais e a vigilância móvel entre esses pontos não são suficientes para garantir a execução de deslocamentos em segurança usam-se escoltas a colunas. Para tal, é necessário ter em consideração os vários factores que limitam a composição da escolta: a importância da coluna a proteger, a natureza do terreno, a agressividade das guerrilhas na zona por onde passam, bem como os meios disponíveis. Na organização das colunas devem ser tomadas medidas destinadas a reagir contra as acções inimigas, bem como reparar avarias ou ultrapassar obstáculos. Por exemplo viaturas de detecção de minas na frente da escolta, pronto-socorro e sapadores para remoção de qualquer obstáculo¹¹. (EME, 1966, Vol.II, 2ªP, Cap.II, pp. 14-31)

Na missão de protecção de itinerários, é também definida a protecção a caminhos-de-ferro, sendo o modo de actuação semelhante ao analisado anteriormente.

1.3.1.3. Pesquisa de notícias sobre o inimigo e dados sobre o terreno e população

Todas as acções conduzidas pelas unidades podem ser uma fonte de informação. No entanto, num conflito em que o inimigo é invisível e se encontra infiltrado no meio de cidadãos pacíficos, tem de haver um plano para encontrá-lo, descobrir os seus apoios, os seus planos e penetrar na sua organização. Esse plano tem de ser integrado no seu meio, ou seja, na população. (EME, 1966, Vol.II, 1ªP, Cap.V, pp.1-2)

Na população, elemento predominante do meio onde se desenrola a luta, importa descobrir entre outros, as causas do descontentamento, o modo como se relacionam com as autoridades e os recursos económicos. Este tipo de informação poderá ser obtido detalhadamente através do planeamento de Acção Psicológica e também através do apoio prestado às autoridades civis no enquadramento da população. (EME, 1966, Vol.II, 1ªP, Cap.V, pp.11)

As cartas e as fotografias aéreas dão valiosas informações sobre o terreno, podendo fornecer indícios sobre as movimentações das guerrilhas, trilhos, acampamentos, os itinerários que conduzem aos países que fornecem apoio às guerrilhas, etc. Informações sobre as transmissões entre guerrilhas, documentos e material, aumentavam a possibilidade de acção contra os rebeldes. Estas informações são obtidas nas actividades das unidades de quadrícula e pela procura sistemática do inimigo através das forças de intervenção, ou através de patrulhas de reconhecimento ou pela actuação da força aérea. (EME, 1966, Vol.II, 1ªP, Cap.V, pp. 6-12)

1.3.1.4. Contacto com a população

A existência de forças militares numa determinada região limita a acção do inimigo e protege a população contra o aliciamento. Esta acção de presença, proporcionava às populações um ambiente de tranquilidade, essencial à Acção Psicológica, e com isso permite obter informações necessárias à condução das operações.

¹¹ Ver Anexo D – Escoltas, fig. D.1. Constituição de uma escolta.

As acções psicológicas, neste caso concreto, são essencialmente missões de acção social, as quais contribuem para melhorar as condições de vida das populações satisfazendo as suas necessidades sanitárias, religiosas, educativas e económicas. Deste modo, torna-se possível criar um ambiente receptivo às Acções Psicológicas. (EME, 1963, Vol.III, Cap.II, pp. 2-5)

O apoio prestado às autoridades civis pelas forças militares, tem como finalidade o livre exercício de funções das autoridades estabelecidas, o funcionamento das instituições e a manutenção dos serviços essenciais e, a salvaguarda das pessoas e bens. Os militares em apoio das autoridades civis têm por dever, dar o apoio sempre que solicitado e, quando estiverem a aplicar a lei e a ordem, devem empregar o mínimo de força necessária. Sempre que os meios das autoridades civis se revelem insuficientes ou inexistentes, verifica-se um aumento dos pedidos de ajuda às Forças Armadas. Essa ajuda é prestada com a finalidade de controlar a população¹². (EME, 1966, Vol.IV, Cap.I, pp. 1-8)

Para além de pretenderem hostilizar o inimigo, as patrulhas constituem uma fonte importante de informação sobre o inimigo, sobre o terreno e população. É indispensável na manutenção do contacto com as populações mais afastadas nas regiões menos guarnecidas (EME, 1966, Vol.II, 2ªP, Cap.III, pp.1-2), Desta forma, há que realçar o facto de que não é só desta forma que se consegue manter o contacto com a população. De facto, todas as acções desenvolvidas pelas forças visam manter e assegurar esse contacto.

1.3.1.5. Acção Psicológica sobre o inimigo

As Acções Psicológicas sobre o inimigo eram baseadas na análise do meio humano, com o intuito de apurar as suas motivações e as explorar com base em propaganda e contra propaganda adaptada aos grupos alvo, sempre em benefício próprio. (EME, 1963, Vol.III, Cap.II, pp.13)

As forças de quadrícula, materializando a sua presença e promovendo o contacto com as populações, geram obrigatoriamente um efeito diminuidor da capacidade adversária, quer fisicamente (pela presença), quer psicologicamente (pela capacidade de influência no sector e nas populações)¹³.

1.3.1.6. Hostilizar o inimigo na medida em que os meios disponíveis o permitam

Esta missão é mantida fundamentalmente, pela condução de acções de patrulhamento com maior frequência nas zonas não guarnecidas onde se sabe ou pressupõe que existam rebeldes.

Uma patrulha, apeada ou motorizada, pode alcançar o sucesso de duas formas: efectuar o seu percurso sem a preocupação de manter a segurança, com o objectivo de se mostrar e hostilizar o inimigo através da sua presença e pela influência que a sua presença

¹² Ver apêndice A – Quadrícula, Tabela.A.1.Missões e procedimentos das forças de quadrícula (Contacto com a população).

¹³ Ver Anexo E – Acção Psicológica, fig. E.1. Panfleto e fig. E.2 Acção Psicossocial.

pode exercer sobre as populações; ou, deslocar-se com todas as precauções necessárias para manter o segredo da sua actuação. No entanto, é possível coordenar as duas, obrigando os rebeldes a movimentarem-se e com isso aumentar a probabilidade de serem apanhados. (EME, 1966, Vol.II, 2ªP, Cap.III, p. 5)

Caso uma patrulha tenha contacto com o inimigo, reage perante três princípios básicos: reacção a emboscada, emboscada imediata em movimento ou, com o Inimigo estacionado, a através do golpe de mão. (EME, 1966, Vol.II, 2ªP, Cap.III, pp. 34-42)

Outra forma de patrulhamento é a nomadização, que “é uma das mais eficazes formas de contra-guerrilha porque ela é, em si, uma acção de guerrilha...”(EME, 1966, Vol.II. Cap.III. p. 45). Uma companhia também pode fazer nomadização se a finalidade for alargar a área e o tempo de acção. Ou seja, é uma acção levada a cabo por unidades móveis, com um efectivo variado que pode ir desde a secção ao pelotão ou mesmo companhia. São dotadas de autonomia para actuarem afastadas dos seus estacionamentos normais, mantendo-se escondidas durante o dia e atacando de noite, desaparecendo depois sem deixar rasto. Para manter a autonomia, uma patrulha de nomadização tem de contar com o que a região poderá fornecer em recursos, caça, água potável, fruta e a possível existência de populações amigas, caso contrário, será de considerar o peso a transportar por homem. Este constrangimento, provocado pela subsistência da patrulha, limita na prática a sua autonomia a dois ou três dias. Outros factores limitadores são o desgaste neuro-muscular, falta de repouso, insectos, necessidade constante de manter o silêncio e tensão provocada pelo ambiente de constante insegurança. (EME, 1966, Vol.II. 2ªP. Cap.III. pp. 45-51)

1.3.2. Missões das forças de intervenção¹⁴

Como complemento às forças de quadrícula, as missões de carácter mais ofensivo são normalmente executadas pelas forças de intervenção. Para o cumprimento destas missões, as unidades de intervenção poderão ser dadas de reforço no todo ou em parte às unidades subordinadas; poderão ser empregues sob as ordens directas do comando a que pertencem; ou transferidas para um comando superior a fim de se constituírem unidades de intervenção de maiores efectivos. (EME, 1966, Vol.II. 1ªP. Cap.IV. p. 28)

1.3.2.1. Socorrer unidades, povoações e instalações atacadas

Esta operação requeria da força que a execute uma condição primordial para o sucesso: a rapidez. Deixando o factor surpresa para outras operações e conhecida a necessidade de executar uma acção desta natureza, deviam escolher-se as forças mais adequadas, tendo em atenção as vias de comunicação que conduzem ao local, a distância a que este se encontra e a possibilidade de o inimigo interferir no deslocamento. Portanto as

¹⁴ Ver Apêndice A – Quadrícula, Tabela A.2. Missões e procedimentos das forças de Intervenção.

unidades blindadas, devido à sua mobilidade e protecção (unidades de reconhecimento), são as mais adequadas caso não existam helicópteros de transporte. (EME, 1966, Vol.II, 1ªP, Cap.IV, pp. 28-29)

Quando a força chega ao local pode ser confrontada com três situações: ou o inimigo já retirou e assim deve-se tentar identificar as zonas onde os rebeldes se refugiaram e actuar de seguida – limpeza de zona (batida); os elementos a socorrer encontram-se em má situação e por isso é primordial romper a barreira rebelde e socorrer os militares e civis; ou os rebeldes resistem em boas condições, pelo que a primeira preocupação é a de os cercar e impedir a sua fuga para o posterior aniquilamento – limpeza de zona (cerco). (EME, 1966, Vol.II, 1ªP, Cap.IV, pp. 30)

1.3.2.2. Executar operações ofensivas contra elementos rebeldes e suas instalações

A eficiência das unidades de intervenção neste tipo de operações depende fundamentalmente de informações precisas. A limpeza de uma zona, limpeza de uma povoação, golpe de mão e emboscadas são operações ofensivas típicas no combate contra os rebeldes, com especial importância na captura dos chefes e na destruição dos meios de ligação e das suas instalações de instrução e reabastecimentos. (EME, 1966, Vol.II, 2ªP, Cap.IV, p. 1) A limpeza de zona é uma operação ofensiva que pode ser executada por “uma batida” ou por uma “operação de cerco”. A batida consiste em actuar numa zona previamente delimitada onde se sabe que existem elementos rebeldes e instalações importantes. Esta operação pode ser conduzida em duas modalidades, em linha ou por colunas, e consiste em percorrer essa zona de um extremo ao outro, num ou em vários sentidos, com forças suficientemente fortes para destruir o inimigo. (EME, 1966, Vol.II, 2ªP, Cap.IV, pp. 2-13)

A operação de cerco é uma acção de limpeza de uma zona previamente delimitada, onde existem elementos rebeldes ou instalações importantes e consiste em envolver essa zona com forças dispostas de forma que os rebeldes não consigam escapar nem serem apoiados do exterior. Esta operação compreende duas acções distintas: o cerco da zona a limpar e a actuação no interior da zona cercada. O cerco da zona a limpar não é mais que um anel de forças para impedir a fuga dos rebeldes (cerco simples) e ou outro anel exterior (cerco duplo) para evitar o auxílio exterior. A actuação no interior da zona cercada pode revestir-se de vários aspectos e ser realizada pelas forças que estabelecem o cerco ou por outras forças distintas.¹⁵ (EME, 1966, Vol.II, 2ªP, Cap.IV, pp. 25-39)

A limpeza de uma povoação é uma operação ofensiva executada contra povoações de dimensões relativamente pequenas, onde se sabe que existe um grande número de elementos rebeldes e seus simpatizantes e que se considera que estes podem reagir

¹⁵ Ver Anexo F – Operações de Cerco, fig. F.1. Diversidade de aplicação das operações de cerco.

energicamente. Esta operação consiste em estabelecer um cerco em torno dessa povoação tanto quanto possível em segredo a fim de evitar a fuga do interior da povoação e o apoio exterior. Podem então designar-se unidades de cerco e unidades de limpeza que actuam no interior da povoação, uma para cada sector da povoação. As unidades de limpeza articulam-se em duas equipas de limpeza, actuando uma em apoio pronta a abater o inimigo, enquanto a outra executa o movimento para entrar na povoação, com a finalidade de procurar e capturar ou aniquilar elementos rebeldes, procurar e recolher armas, documentos, abastecimentos, instalações, etc. (EME, 1966, Vol.II, 2ªP, Cap.V, pp. 1-13)

O Golpe de mão é uma operação ofensiva, realizada de surpresa contra elementos rebeldes ou seus simpatizantes, consistindo num deslocamento efectuado em maior segredo até à proximidade do objectivo e num ataque impetuoso a este. A emboscada difere do golpe de mão na medida em que é uma operação ofensiva contra elementos rebeldes e seus simpatizantes em movimento. Consiste na instalação de um dispositivo de forças dissimulado, num local escolhido onde se detém e se ataca o inimigo. (EME, 1966, Vol.II, 2ªP, Cap.VI, p.1, VII, p.1)

2. Emprego do Exército e a Nova Conflitualidade

2.1. Generalidades

Durante os treze anos que durou a guerra em África, Portugal desligou-se dos seus compromissos internacionais que tinha com organizações como a NATO e ONU. Organizações que mantinham uma oposição firme ao emprego das forças militares nas colónias.

Com o 25 de Abril de 1974, surge o processo de transição para a democracia. O fim da guerra traz novas realidades, tanto no campo político como militar. Neste, avulta a necessidade de transição de umas Forças Armadas de conscrição, com grandes efectivos, preparadas e habilitadas a combater bandos armados e guerrilhas, para uma nova realidade internacional. Bem como a transição de um regime autoritário para o democrático. (TELO, 1998, p. 1)

Entretanto, consumada a descolonização, Portugal assume definitivamente a Europa como opção na condução da sua Política externa. Em Março de 1977, o primeiro Governo Constitucional formaliza o pedido de adesão à Comunidade Europeia, procurando concretizar dois objectivos: a consolidação da democracia e o desenvolvimento económico que as ajudas comunitárias favoreciam. (TEIXEIRA, Portugal e as Operações de Paz, 2004, p. 95)

Em Junho de 1985, é assinado o tratado de adesão de Portugal à C.E.E. e a partir de Janeiro de 1986 Portugal torna-se membro da Comunidade Europeia. Portugal integra-se desde o primeiro momento na Política Externa de Segurança Comum (PESC) da UE,

participando de forma activa nos compromissos externos em matéria de defesa e relativos às novas missões internacionais das Forças Armadas portuguesas. (TEIXEIRA, Portugal e as Operações de Paz, 2004, p. 96)

Em 1988 é assinado o tratado de adesão de Portugal à União da Europa Ocidental (UEO), e ratificado em Março de 1990. A partir de 1991, esta organização recebe a missão de executar as acções da UE com implicações de carácter militar. Com João Cutileiro a secretário-geral da UEO, na cimeira de Lisboa em 1995, decide-se a criação de um Estado-Maior permanente em Bruxelas. Embora a UEO não possuísse Forças Armadas permanentes, passou a dispor de algumas unidades operacionais, tais como uma Força de Reacção Rápida (FRR), EUROFOR, composta por brigadas ligeiras, e uma força com unidades navais, EUROMARFOR¹⁶, integrada pela França, Itália, Espanha e Portugal. (TEIXEIRA, Portugal e as Operações de Paz, 2004, pp. 97-98)

Com a criação, em 2000, da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) a UEO é integrada na UE, pondo-se desde logo em marcha a institucionalização da PESD. São criadas novas instituições e é activada uma FRR de 60 000 homens com um grau de prontidão de 60 dias, com o objectivo do seu emprego em missões de tipo Petersberg¹⁷. Portugal anunciou que poria à disposição da FRR um efectivo de 1000 militares. (TEIXEIRA, Portugal e as Operações de Paz, 2004, pp. 98-99)

No vector atlântico, as relações com os Estados Unidos são marcadas pela reestruturação das políticas de defesa dos EUA e pela presença activa, de Portugal na UE. Em 1995, Lisboa e Washington assinam um novo acordo de cooperação e defesa. (TEIXEIRA, Portugal e as Operações de Paz, 2004, p. 100)

Criada para a Guerra Fria e pensada contra a ameaça da União Soviética, a NATO sofre uma transformação para se adaptar a novas funções e novas missões, que passam a incluir, para além das da gestão de crises e OAP, a luta contra a proliferação de armas de destruição maciça, o terrorismo, o narcotráfico e o crime organizado. Esses conflitos são cada vez menos frequentes no espaço Euro-atlântico, motivo pelo qual a NATO aprovou uma alteração ao seu conceito estratégico, destinada a permitir a sua participação em missões fora do espaço coberto pelo Tratado. Em Abril de 1999, Portugal participa e aprova a reforma da aliança Atlântica. (TEIXEIRA, Portugal e as Operações de Paz, 2004, pp. 99-102)

¹⁶ A EUROFOR e a EROMARFOR são forças multinacionais nas quais Portugal participa com a Espanha, França e Itália no contributo do reforço da segurança, integração e desenvolvimento da Europa em termos de capacidades Militares.

¹⁷ As missões *Petersberg* resultaram da declaração emitida pelos Estados membros da UEO em 1992. Estabeleceram a prontidão de disponibilizar unidades militares, sob a autoridade da UEO, em missões humanitárias, de salvamento, manutenção de paz e o emprego de forças na gestão de crises e em missões de restabelecimento da paz.

No âmbito das relações com as Nações Unidas, Portugal mantém desde 1955, data de entrada para a organização, uma presença activa sendo curioso destacar que participou na primeira missão de paz em 1958 no Líbano, com a presença de seis observadores. No entanto, durante o desenrolar das campanhas em África, essa participação esbateu-se, em consequência do desacordo da organização relativamente à política colonial portuguesa de então. Contudo, com o final da Guerra em África e com o término da descolonização, a Política Externa de Portugal e as missões internacionais das suas Forças Armadas são protagonizadas pela sua presença em missões de gestão de crise, operações de paz e missões humanitárias no âmbito dos acordos internacionais que Portugal mantém com diversas organizações. (TEIXEIRA, Portugal e as Operações de Paz, 2004, p. 103)

2.2. Nova Conflitualidade

O panorama internacional tem vindo a sofrer profundas mudanças às quais, os actores internacionais têm procurado adaptar-se e obter respostas para enfrentar um novo ambiente de ameaças e riscos, multifacetado e transnacional, cuja concretização é de todo imprevisível.

As ameaças ao actual ambiente de segurança internacional provêm, segundo o Regulamento de Campanha Operações (2005), dos estados pária, estados com regimes ditatoriais em colapso, estados resultantes da desagregação de regimes autoritários, estados em disputas territoriais, organizações terroristas e organizações criminosas. Ainda surgem como condicionadores da ameaça, a opinião pública nacional e internacional, as Organizações Não Governamentais (ONG), e os órgãos de comunicação social. (EME, 2005, Cap. 2, p. 4)

O Terrorismo, expresso no Conceito Estratégico de Defesa Nacional (2003) como uma das ameaças relevantes, assume, nas suas mais variadas formas, uma grave ameaça à segurança e estabilidade internacionais, ao sistema de Estados e à sua autoridade, aos valores humanistas e aos princípios das sociedades livres bem como ao espaço territorial atingível, em qualquer parte ou momento, através dos meios extremos e variáveis. (CEDN, 2003, p. 284)

A expressão do Terrorismo não é contemporânea. Segundo o Coronel Manuel da Silva (2005), ele manifesta-se actualmente na “quinta tempestade” relativamente ao seu desenvolvimento. As acções das guerrilhas, os extremistas de direita de ideologia fascista ou nazista, bem como os actuais movimentos político-religiosos radicais materializam o alargamento do espectro das suas acções para um transnacionalismo com objectivos globais. (SILVA, 2005, pp. 498-509)

Assim sendo, os adversários poderão caracterizar-se como não-estatais, sem rosto nem território fixo, cujo único fim é a destruição, actuando com base na surpresa, decepção e no confronto assimétrico, baseados em nacionalismos e radicalismos exacerbados,

motivados por diferendos étnicos, culturais e religiosos. São objectivamente agentes de ameaça à segurança internacional, ameaça que tende a alargar-se a domínios como o tráfico de droga, os problemas ambientais, a imigração ilegal, os fluxos migratórios desregulados, as catástrofes naturais e tecnológicas, outrora desacreditados no âmbito das políticas externas dos Estados. (EME, 2005, Cap.1, p.7)

O carácter global que essas ameaças e riscos representam nesse contexto, requer por parte dos Estados a maior atenção. Desta prudência surge a necessidade de alargar o conceito de defesa tradicional, (manutenção da soberania e defesa do território), a uma visão preventiva dos focos de insegurança com o intuito de os prevenir e limitar.

As guerras convencionais, ainda que improváveis na actualidade, não são impossíveis de acontecer. A consequência da proliferação das armas de destruição maciça, pode traduzir-se numa incomparável perigosidade mundial. (CEDN, 2003, p. 284)

Este novo ambiente, vinculado em novas ameaças, veio dar ênfase às políticas de prevenção e gestão de crises, determinando a aplicação das Forças Armadas em diferentes TO's. Neste intuito, os interesses nacionais, foram tidos em conta aquando da elaboração do Regulamento de Campanha Operações (2005), documento onde se enunciam as missões prioritárias das Forças Armadas Portuguesas: (EME, 2005, Cap.2, p.2)

- Defesa integrada do território;
- Resposta a crises internacionais no âmbito da ONU, OSCE, OTAN, UE e CPLP;
- Cooperação técnico-militar;
- Missões de interesse público.

Neste âmbito, em que o emprego das Forças Armadas não é exclusivo das situações de guerra, o consentimento a que as forças estarão sujeitas, é particularmente importante, uma vez que o seu emprego pode ou não ser aceite de igual forma por todas as partes envolvidas no conflito.

Perante este novo ambiente surgem novas dificuldades para os Estados no cabal cumprimento das suas funções de segurança, revelando uma necessidade intransigente na cooperação com outros Estados. Neste sentido, a aplicação das forças militares decorrerá numa complexa multiplicidade de participantes, não só estatais como organizações não estatais. Face a esta necessidade crescente, surge o conceito de operações de resposta a crises, (*Crisis Response Operations* - CRO), compreendendo um vasto leque de actividades militares. Estas operações são executadas em ambientes permissivos ou hostis, podendo ser alvo de influência da população, de organizações locais ou da Comunidade Internacional. (EME, 2005, Cap.2, p.2)

A participação das forças portuguesas pode ser abordada segundo diferentes perspectivas. Com base no Regulamento Campanha Operações 2005, a que se considera mais adequada é a preconizada pela NATO, que se encontra dividida em Operações art.º 5º - Segurança Colectiva e Operações Não art.º 5º - Operações de Resposta a Crises (CRO).

As CRO dividem-se em Operações de Apoio à Paz (OAP)¹⁸ e, em Outras Operações e Tarefas de Reposta a Crises. (EME, 2005, Cap.2, pp.11-12)

As OAP são operações multifuncionais, com um vasto conjunto de organizações envolvidas, conduzidas segundo três princípios basilares: a imparcialidade, o consentimento e a limitação do uso da força que norteiam e regulam a actuação da força de apoio à paz. Normalmente estas operações surgem em apoio de uma Organização Internacional como a ONU ou a OSCE, envolvendo forças militares e agências diplomáticas e humanitárias. Nesta tipologia, as OAP dividem-se em: (EME, 2005, Cap.2, pp. 12-14)

- Manutenção de Paz (PK);
- Imposição de Paz (PE);
- Prevenção de Conflitos (CP);
- Restabelecimento da Paz (PM);
- Consolidação da Paz (PB);
- Operações Humanitárias (HO).

Este tipo de operações distinguem-se das demais operações militares no conjunto de tarefas a realizar. Conduzidas concorrentemente e em diferentes graus dependendo das circunstâncias e do estado da operação, são cometidas às forças militares um conjunto de tarefas e actividades¹⁹, com o intuito de criar um ambiente seguro.

3. Participação Portuguesa nas Missões de Paz

3.1. Generalidades

Portugal tem mantido ao longo dos anos, uma política de expressão internacional através do empenhamento das suas Forças Armadas em missões de Paz, operações de prevenção e de gestão de crises e de conflitos regionais. Desde a primeira intervenção realizada no Líbano em 1958, até aos dias de hoje, que as FND têm vindo a empenhar-se um pouco por todo o mundo em missões deste tipo²⁰. (CALMEIRO & MAGRO, 2005, pp. 21-22)

No âmbito da segurança e defesa, a defesa militar do território nacional ganhou novas dimensões e horizontes, no quadro de uma segurança alargada com implicações num conceito de cooperação internacional de defesa colectiva. Nos últimos dezoito anos Portugal tem empenhado as suas Forças Armadas em dezoito TO's espalhados por todo o mundo com uma presença significativa. Realizadas sob a égide de Organizações Internacionais, como a NATO (ISAF – Afeganistão; KFOR – Kosovo; SFOR – Bósnia Herzegovina), UE

¹⁸ Do Inglês, *Peace Support Operations* (PSO).

¹⁹ Ver Apêndice A – Operações Militares, Tabela B.1. Tipos de tarefas/actividades em OAP.

²⁰ Ver Anexo G – Mapa das Missões, fig. G.1.OAP no âmbito da ONU e NATO até 2004 e fig. G.2. Actuais TO de Paz de actuação portuguesa.

(EUROFOR – actualmente na Bósnia Herzegovina), UN (UNTAET – Timor Leste; actualmente a UNMIT) constituem-se como um imperativo na defesa dos interesses nacionais e de afirmação externa do nosso país. Desta forma importa analisar casos práticos traduzidos na participação de FND nos TO's do Kosovo, Bósnia Herzegovina, Timor-Leste e Afeganistão através da experiência dos militares que integraram as forças multinacionais. (EMGFA, 2009) Desta multiplicidade de intervenções ressalta uma flexibilidade de meios e de adaptação aos TO's, importando analisar o conjunto de acções e tarefas realizadas no cumprimento das missões estabelecidas.²¹

3.2. Bósnia Herzegovina²²

A 28 de Janeiro de 2001 o Agrupamento ECHO (AGR ECHO), comandado pelo TCor Menezes, entra no TO da Bósnia Herzegovina com a missão de Reserva Operacional Terrestre do Comandante da SFOR. Após um aprontamento fundamentalmente dedicado à preparação individual e às tarefas de Operações de Paz que iriam realizar no TO, o AGR ECHO foi sujeito a pressões da comunicação social, devido à crise do urânio empobrecido, sendo o grande desafio nesta fase em estabelecer laços fortes. (MENEZES, 2009)

O AGR encontrou um ambiente estável, um pouco porque as partes cumpriam com o acordo de Dayton²³, que estabeleceria a existência de duas entidades no território. A SFOR não era bem vista mas era aceite. As pressões das partes eram mais de referenciar no sector espanhol (sector mais forte) onde a comunicação social incidia muito por causa da minoria Croata. Importa referir que a força apesar da preparação nacional vocacionada para controlo de tumultos, não tinha permissão para a cumprir uma vez que não possuíam equipamento adequado para a executar no TO. (MENEZES, 2009)

Apesar de não terem um sector atribuído, acabaram por cumprir missões de “forças de sector”, executando as missões que a estas estavam incumbidas, substituindo ou reforçando outras forças no seu sector. O leque de operações que a força foi chamada a executar abrangeu missões de controlo presencial e dissuasor através dos patrulhamentos, operações de escolta a Organizações Humanitárias e reforço de unidades em operações de manutenção ou restabelecimento da ordem, como por exemplo a inauguração de mesquitas no Norte do TO ou em celebrações. (MENEZES, 2009)

Contudo, apesar de ser uma força de reserva e por imposição operacional serem incumbidos de cumprir missões de “forças de sector”, a força dispunha de uma prontidão,

²¹ Ver Apêndice E – Análise conflitual dos Balcãs (E.1.), Timor-Leste (E.2.) e Afeganistão (E.3.).

²² Baseado na “entrevista concedida por Exmo. Maj Gen Menezes ao autor, em 13 do Julho de 2009”, redigida no apêndice F – Entrevista 1.

²³ O acordo de Dayton colminou com a assinatura em Paris do Acordo Geral de Cooperação para a Paz na Bósnia Herzegovina. Neste acordo, as Republicas da Bósnia Herzegovina, Croácia e Federal da Jugoslávia comprometeram-se a respeitar as respectivas soberanias e a resolver pacificamente as disputas.

característica de uma força deste género, com uma projecção aeromóvel em qualquer parte do TO da Bósnia. (MENEZES, 2009)

Instalada no sector italiano, cumpriram com as regras de condução de “quadrícula” em estabelecer contacto com os líderes locais, o comandante do exército local Bósnio que comandava toda a artilharia Bósnia e com o presidente da câmara. (MENEZES, 2009)

Actualmente Portugal mantém neste TO dos Balcãs 53 militares, dos quais 39 são da GNR e 1 da Marinha e 13 do Exército, distribuídos pelo QG da força, pelas LOT – *Liasion Observation Teams* e pela IPU – *Integrated Police Unit*. A operação é da responsabilidade da UE (EUFOR) e tem como missão assegurar a transição da SFOR (força da NATO) na manutenção de um ambiente seguro na Bósnia Herzegovina. (EMGFA, 2009)

3.3. Kosovo²⁴

Portugal fez-se representar neste TO para integrar a KFOR na operação “Joint Guardian” a 9 de Agosto de 1999 com o pioneiro AGR BRAVO empenhando um efectivo de 304 militares. (CALMEIRO & MAGRO, 2005, pp. 49-53)

A terceira força portuguesa a integrar a KFOR foi o AGR DELTA a 11 de Agosto de 2001 com um efectivo de 300 militares, comandada pelo TCor Banazol. Tinha como missão genérica estabelecer uma presença permanente na região de Klina e ocupar o sector Oeste do Kosovo integrada na Brigada Multinacional Oeste (MNB W). (RIBEIRO, 2009)

Num ambiente caracterizado pela clara separação entre etnias, o que originava a existência de guetos de minorias, a missão genérica da força traduziu-se em várias missões de cariz diversificado desde as missões de contacto com a população, a missões claramente de carácter ofensivo. Estas características foram levadas em conta na preparação da força em TN, a qual visou o aprontamento para uma panóplia de acções que se previa irem ser levadas a cabo no TO do Kosovo, enquanto por outro lado procurava também assegurar toda a componente que garantisse a sobrevivência da força em caso de ser chamada a uma intervenção mais dura. (RIBEIRO, 2009)

Do rol de operações realizadas pelo AGR DELTA sobressaem as cem operações de cerco e busca, das quais resultou a apreensão de duzentas armas de fogo. Nestas operações procurava-se levar a população a acreditar na actividade da força em prol da segurança e bem-estar da comunidade. Para isso concorriam as células CIMIC e de Operações Psicológicas integradas no AGR DELTA. Estas células estavam em permanente contacto com as forças executantes no decurso das diversas actividades realizadas, procurando pela sua acção amenizar os incómodos causados às pessoas alvo da operação, oferecendo por exemplo leite, fogões de aquecimento, medicamentos, etc., (Operações

²⁴ Baseado na “entrevista concedida pelo Sr. TCor Ribeiro ao autor, em 8 de Julho de 2009”, redigida no apêndice G – Entrevista 2.

CIMIC) e divulgando de imediato o sucesso ou insucesso da operação nos meios de comunicação social como a Rádio (Operações Psicológicas). (RIBEIRO, 2009)

Concorrentemente, era controlado o território e população, através de patrulhas e check-points criando sempre uma aleatoriedade na escolha e local de execução. Para se conseguir uma razoável liberdade de movimentos, eram igualmente realizadas operações de controlo de fronteira, controlando as linhas de contrabando e ainda estabelecendo guardas permanentes de pontos sensíveis, garante do bom funcionamento da comunidade. (RIBEIRO, 2009)

Actualmente Portugal mantém as suas forças no TO do Kosovo, com o 1BI/BrigInt constituído com 290 militares integrados na KFOR, no sector Oeste na Brigada Multinacional Oeste na região de Klina. (EMGFA, 2009)

3.4. Timor Leste²⁵

Na sequência da transição da *International Force in East Timor* (INTERFET) para uma administração global do território de Timor-Leste, (*United Nations Transitional Administration in East Timor* – UNTAET), na sua componente militar a INTERFET foi substituída pela *Peace Keeping Force* (PKF), (componente militar da UNTAET), que se organizava num dispositivo territorial assente em quatro sectores: sector Este de comando tailandês, sector Central de comando português, sector Oeste de comando australiano e o enclave de Oecussi-Ambeno²⁶ sob comando jordano. (CALMEIRO & MAGRO, 2005, pp. 118-120)

A participação portuguesa fez-se com base numa unidade de escalão Batalhão reforçada com uma unidade de escalão Companhia, iniciando-se assim a participação com o primeiro contingente de forças nacionais em 2000 com cerca de 800 militares divididos pelo comando do sector central com o 1BI para reforçado por uma companhia de fuzileiros. (CALMEIRO & MAGRO, 2005, p. 126) O terceiro contingente a participar, com um efectivo de 852 homens, foi o 2BI/BLI²⁷ reforçado por uma companhia de fuzileiros, comandado pelo TCor Figueiredo, entre 21 de Fevereiro de 2001 e 8 de Outubro de 2001. Incumbido de guarnecer o comando de sector, manter o controlo e segurança da população do sector central e assegurar a segurança e controlo permanente de pontos sensíveis de Díli: o

²⁵ Baseado na “entrevista concedida pelo Sr. TCor Duarte ao autor em, 16 de Julho de 2009”, redigida no apêndice H – Entrevista 3, e nos artigos publicados do Sr. TCor Proença Garcia, que desempenhou funções de Adjunto para as Operações Futuras do Comando do Sector Central em Timor-Leste no mesmo período.

²⁶ Oecussi-Ambeno faz parte dos 13 distritos administrativos de Timor-Leste. Localiza-se na costa Norte da metade Ocidental da ilha de Timor. Constitui-se num enclave uma vez que está separada do resto do país pela província Indonésia de Timor Oeste que rodeia todo o enclave excepto a Norte. Ver Anexo I – Timor-Leste, fig. I.1. Timor-Leste e Oecussi Ambeno, fig. I.2. Oecussi Ambeno.

²⁷ A Brigada Ligeira de Intervenção (BLI) passou a denominar-se desde 2006 Brigada de Intervenção (BrigInt).

aeroporto, posto de abastecimento de água, heliporto, hospital militar e também o centro de refugiados. (DUARTE, 2009)

Na sua manobra, o 2BI/BLI repartiu as suas companhias por subsectores dentro do sector central. A 1CA_t era responsável pelo distrito de Maubisse, a 2CA_t era responsável pelo distrito de Liquiçá, o ERec tinha sob sua responsabilidade a capital Díli e a 21CFuz era responsável pelo distrito de Manufahi com o comando em Same. O distrito de Ermera era da responsabilidade de uma Companhia Queniana. (GARCIA, 2007) Cada Companhia mantinha em reserva uma força de intervenção com grande flexibilidade e mobilidade capaz de socorrer a força que executava o patrulhamento. (DUARTE, 2009)

A partir dos seus distritos era garantido o contacto com a população, especialmente com os chefes de suco²⁸, através de patrulhas de reconhecimento e segurança. Executadas essencialmente a pé e por infiltração de helicóptero de forma a chegarem aos lugares mais recônditos do território, demoravam em média uma semana. Era também prestado apoio sanitário às populações locais, que de outra forma não receberiam qualquer apoio médico. Desta forma a força recolhia informações importantes bem como conseguia a empatia característica dos habitantes neste TO para com as FND. A segurança e controlo dos pontos sensíveis de Díli eram assegurados por guardas permanentes do ERec estabelecendo a lei e a ordem através de check-points e patrulhas. (DUARTE, 2009)

O destacamento de Engenharia integrado no 2BI/BLI executou trabalhos em prol da comunidade, no melhoramento de escolas e apoio a projectos de reabilitação de edifícios e reparação de estradas. (DUARTE, 2009)

Com o processo eleitoral que decorreu neste território, com eleições em Setembro de 2001, o esforço do patrulhamento foi orientado para as áreas urbanas dez dias antes da sua realização, estendendo-se até quinze dias depois. (GARCIA, 2007)

O conceito de Operação definido para o cumprimento da missão estava assente nas acções referidas em estreito contacto com a administração do distrito e autoridades locais estabelecendo ligação com as Organizações Internacionais e ONG, com a polícia civil das Nações Unidas e com a *East Timor Transsitorial Administration* - ETTA. (GARCIA, 2007)

Actualmente Portugal faz-se representar por 3 militares na *United Nations Integrated Missions in Timor-Leste* (UNMIT) sendo a sua componente essencialmente policial no apoio e integração da Polícia Nacional de Timor-Leste (PNLT), cabendo-lhe ainda formular as responsabilidades das *Falintil* nas Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL). (UNSC, 2009)

²⁸ O território de Timor-Leste assenta numa divisão administrativa de 13 distritos que por sua vez se dividem em 62 sub-distritos repartidos por 464 sucus. O suco é a menor divisão administrativa do território de Timor-Leste sendo constituído por agrupamentos de aldeias ou bairros citadinos.

3.5. Afeganistão²⁹

Portugal participa no TO do Afeganistão numa abrangência de missões. Desde o treino, orientações e ensinamentos de procedimentos Administrativo-Logísticos e de Estado-Maior ao Exército Nacional Afegão por parte das “*Orientation Mentoring Liaison Team*” (OMLT), ao Modulo de Apoio às FND no terreno. (EMGFA, 2009)

A partir do ano 2005 e durante três anos, Portugal contribuiu com uma “*Quick Reaction Force*” (QRF), da qual fez parte a 22ª Companhia de Pára-quedistas comandada pelo TCor Correia entre Agosto de 2007 e Fevereiro de 2008 na 10ª “*International Security Assistance Force*” (ISAF). (EMGFA, 2009)

Formada a unidade para o cumprimento da missão de paz, com a missão de reserva da ISAF cabia-lhe ajustar e orientar o esforço para o TO com as características do Afeganistão, para além, naturalmente, da formação individual do combatente, em que a agressividade seria ponto assente na 22CAAtPara, bem como a resposta dada pela força a qualquer incidente. (CORREIA, 2009) Ao nível do sistema de armas a força preparou-se com as mesmas que manobrou no TO, relativamente a viaturas (estágio de 15 dias) e transmissões as utilizadas durante a preparação não foram as usadas durante o cumprimento da missão no TO. (FERREIRA, 2009)

Considerado pelo Comandante um TO claramente hostil em que a ameaça estava materializada em todo lado, inclusive entre os elementos da população, nos *Improvised Explosive Device* (IED) que a qualquer momento podem flagelar a força e na frequência de ataques com “*Rockets*”. (CORREIA, 2009) O treino é orientado naturalmente para um conjunto de tarefas, acções e reacções de carácter ofensivo e de prontidão da força em responder eficazmente perante esta nova ameaça.

A força tinha um planeamento de missões a partir do *Regional Command Cabul* (RC-C) e do *ISAF Headquarters* (ISAFHQ) em apoio a outros comandos regionais nomeadamente ao *Regional Command South* (RC-S). (FERREIRA, 2009)

Na abrangência de missões solicitadas à força destacam-se as operações de cerco executadas em coordenação com as forças Americanas no Sul do TO, procurando os insurrectos nos seus “santuários”. Em Cabul eram executados patrulhamentos em apoio aos sectores dos Batalhões italiano, turco e francês, (FERREIRA, 2009) estabelecendo postos de observação e campos de tiro, garantindo segurança afastada ao Aeroporto Internacional de Cabul. (CORREIA, 2009) Como reserva da ISAF era mantido um elevado grau de prontidão, um pelotão em 60 minutos e a Companhia em 120 minutos, prontos a serem empregues em qualquer parte do TO. (FERREIRA, 2009)

²⁹ Baseado na “entrevista concedida por Sr. TCor Correia ao autor, em 14 de Julho de 2009”, redigida no apêndice I – Entrevista 4, e na “entrevista concedida pelo Sr. Maj Ferreira ao Asp Al Inf Rui Monteiro, em 20 julho de 2009. O Major Ferreira foi Comandante de Companhia da 10ª ISAF entre 29 de Agosto de 2007 e 28 de Fevereiro de 2008 no Afeganistão.

4. Análise das Operações

4.1. Aprontamento

O ambiente multinacional associado às características do tipo de acções, onde se inserem as FND, acarreta requisitos particulares que não podem ser ignorados no aprontamento de uma força. A complexidade dos diferentes TO's, define um conjunto de tarefas variadas, desde acções de presença na segurança e controlo da população e ajuda humanitária, até situações de controlo de hostilidades em que a força tem de possuir flexibilidade operacional, que a capacite para reagir rapidamente e se necessário conduzir uma operação mais "musculada".

Dessa forma, as capacidades de uma força são de todo mais importantes que os seus efectivos. O que é verdadeiramente importante é dotar as FND, de uma flexibilidade de actuação que lhes permita participar em todos os tipos de missões e em todos os TO's para os quais Portugal destaca as suas forças nacionais. (SOUSA, 2008)

Na constituição da FND, Portugal tem optado por, na maior parte das vezes, destacar uma força que não existe de base, dotando-a de todas as valências necessárias para o cumprimento da missão, dessa forma procurando colmatar a melhor resposta entre o que é possível e o que é necessário. O Comando e Estado-Maior da força a destacar deverá fazer um levantamento das acções tácticas que a força terá de realizar e estudar as formas como devem ser treinadas. Se houver uma missão específica, deverá levantar as necessidades de instrução e treino, executando o programa e planeamento de toda a preparação da força. (SOUSA, 2008)

A preparação é orientada em três fases: instrução e treino básico, instrução e treino específico e instrução e treino orientado para a missão. (COAP, 2002) Sem nunca suprimir nenhuma das fases, capacitando a força de todas as valências necessárias para actuar no TO para que é destacada. As necessidades de formação no aprontamento da força são variáveis, em função da experiência da força, do tipo de missão que vai executar, do tempo disponível, e do tipo de equipamento utilizado.

Muitas vezes o equipamento que se utiliza neste tipo de operações, é diferente daquele que as forças utilizam no seu dia-a-dia, acontecendo com frequência que os meios que irão operar no TO para onde vão ser destacados, não existem em Portugal. Além disso, dado que as OAP são quase sempre conduzidas por forças de vários países, torna-se absolutamente necessário coordenar a actuação das FND com forças de outras nações que utilizam equipamentos diferentes, circunstância que muito dificulta o alcançar de um adequado grau de prontidão.

4.2. Doutrina utilizada

Associada às necessidades de equipamento e de formação de pessoal habilitado a operá-lo, colmatada na instrução técnica, surge a necessidade de doutrinas para a

condução do treino orientado para a missão. Neste sentido, são utilizadas na preparação de uma FND doutrinas de várias origens: NATO - *Allied Joint Publications (AJP)* e *Alied Tactical Publications (ATP)*, ONU – *United Nations Peace Keeping Training Manual* e EUA – *Army Field Manuals (FM)*, bem como também manuais portugueses elaborados para a guerra de contra-subversão em África (1961-1974) (usados no aprontamento da força para QRF da ISAF). Com isto pretende-se colmatar a inexistência de manuais Portugueses actuais.

Em 1996 foi elaborado pela EPI um manual de Operações de Apoio à Paz, utilizado para ministrar o curso Elementar de Operações de Apoio à Paz da EPI, bem como para integrar os módulos de formação dos militares instruídos na escola. Actualmente, este manual, juntamente com o ME-20-76-09 Operações de Apoio à Paz do IESM de Março de 2007 e o Regulamento Campanha Operações de 2005, constitui a base doutrinária nacional, não descartando as normas de execução que existem nas unidades aprontadoras de forças nacionais para as missões de paz.

Desta forma, as FND procuram adoptar elementos doutrinários compatíveis com as suas tácticas e técnicas, bem como com os procedimentos relativos aos meios disponíveis ou utilizados pela força em cada TO. Face à abrangência doutrinária, o capítulo seguinte procurará definir da forma mais correcta as tarefas apresentadas.

4.3. Técnicas e Procedimentos

Da análise dos TO's, (Bósnia Herzegovina, Kosovo, Timor-Leste e Afeganistão) as FND executaram uma grande diversidade de actividades operacionais concorrentes para a manutenção da paz. Embora não se possa afirmar que estas FND, nas tarefas identificadas, são a imagem de todas as outras que passaram pelos mesmos TO's ou por outros e que as tarefas por elas executadas são exclusivas de todas as acções desenvolvidas, elas servem de modelo para a análise que se propôs fazer ao longo do trabalho.

As entrevistas feitas aos Oficiais participantes em missões de paz foram registadas e, posteriormente redigidas e colocadas em apêndice de forma a testemunhar esta fonte do trabalho. Após redacção, foram analisados os contributos dos Oficiais participantes com o intuito de retirar um conjunto de tarefas, técnicas e procedimentos, utilizados nesses TO's pelas FND em causa. Desta análise resultou um conjunto de acções concorrentes na sua aplicação táctica na execução das missões das FND, que servem como modelo para uma análise posterior. Desta forma, foi elaborada uma tabela exemplificativa das técnicas e procedimentos utilizados³⁰, as quais serão analisadas à luz da doutrina no capítulo seguinte.

Patrulhamentos, Check-Points, Escoltas, Postos de Observação, Defesa de Áreas ou Pontos Sensíveis, Operações CIMIC, Operações Psicológicas, Operações de Cerco e Busca e Controlo de Fronteiras são as técnicas e procedimentos retirados do contributo

³⁰ Apêndice C – Teatro de Operações analisado, Tabela C.1. Missões e Procedimentos em OAP.

prestado na realização das entrevistas aos oficiais das FND nos diferentes TO's. No capítulo seguinte são analisadas, em pormenor, estas técnicas e procedimentos tendo por base doutrinária os manuais apresentados anteriormente no ponto 4.2 "Doutrina utilizada" e as sessões de formação ministradas no módulo de OAP do TPOI 2008/2009.

5. Pontos de contacto entre as OAP e as acções de contra-subversão conduzidas pelas forças de quadrícula no decurso das Guerras de África 1961/1974

No presente capítulo pretende-se dar resposta à questão: "a actuação das FND nos diversos TO's, em OAP, tem alguma base de emprego semelhante às forças quadrícula?" Desta forma, segue-se uma apresentação do conjunto de técnicas e procedimentos apresentadas no capítulo anterior, confrontando-os com as técnicas e procedimentos correspondentes conduzidos nas campanhas de contra-subversão em África (1961-1974), por forma a avaliar se há entre eles pontos em comum.

5.1. Patrulhamentos:

Campanhas de contra-subversão em África: pela análise do Volume II de *O Exército na Guerra Subversiva*, nas campanhas em África os patrulhamentos são "a acção levada a cabo por patrulhas devidamente coordenadas, que percorrem com maior frequência as regiões não guarnecidas onde se sabe ou presume que existem elementos rebeldes", a fim de: obter notícias sobre o inimigo e dados sobre o terreno e a população; procurar o inimigo e hostilizá-lo, destruindo as suas instalações e os seus meios de vida e mantendo o contacto com a população afastada das povoações guarnecidas por forças militares. (EME, 1966, Vol. II. 2ªP. Cap.III. pp.1-2)

Esta acções poderiam ser conduzidas a pé ou em viaturas e podiam ser de dois tipos: ou efectuavam o seu percurso sem preocupação de manter o segredo da sua actividade, a fim de se mostrarem às populações locais, dar confiança, prestar assistência e obter informações; ou se deslocavam com todas as precauções, para manter o segredo da sua actividade, a fim de surpreender os rebeldes. (EME, 1966, Vol.II. 2ªP. Cap.III. pp. 5-6)

Para aumentar o raio de acção de uma patrulha em terreno difícil, as forças empenhadas (as quais deveriam ter instrução e equipamento que lhes permitisse deslocar, descansar, viver e combater afastadas das unidades por alguns dias em nomadização) eram transportadas em viatura ou helicóptero até as regiões onde iam actuar. A nomadização é caracterizada essencialmente por ser conduzida por forças móveis, dotadas de alguma autonomia, que actuam afastadas dos seus estacionamentos normais, discretamente e com grande espírito ofensivo; (EME, 1966, Vol.II. 2ªP. Cap.III, pp. 45-51)

Operações de Apoio à Paz: As patrulhas são a parte essencial de qualquer OAP. São conduzidas para mostrar a presença da força no terreno com objectivo dissuasor perante as facções hostis, bem como para contactar com a população, estabelecendo com relações de proximidade. Procuram também obter informações importantes para proceder a futuras operações, para impedir ou no mínimo dificultar a realização de qualquer acção que eleve o moral das facções hostis e com isso prestigiar a actuação da força de paz.

Podem ser apeadas ou montadas e o tipo de patrulha depende do objectivo que é pretendido, podendo ser de acordo com o FM 3.07-31 (2003):

Patrulhas de presença: conduzidas durante o dia, são usadas quando a situação na Área de Operações é estável. A patrulha tem de ser reconhecida como uma força de paz, com a intenção de mostrar à população local que as forças estão no local e alerta. A patrulha está armada mas a sua postura é amistosa e franca.³¹ (FM 3.07-31, 2003, IV, p.1)

Patrulhas de combate: são conduzidas por uma força armada em zonas onde há a possibilidade de encontrar grupos organizados e armados. Para diminuir a desvantagem da força pode ser imposto o recolher obrigatório.³² (FM 3.07-31, 2003, IV, p. 1)

Patrulhas de emboscada: com o objectivo de capturar elementos hostis. Devem ser conduzidas sob o recolher obrigatório, para assegurar que as pessoas inocentes não são afectadas. Podem ser adoptados os meios convencionais para conduzir as emboscadas. De acordo com a doutrina nacional, este tipo de patrulha poderá designar-se de detenção, sendo de todo importante considerar a utilização de técnicas convencionais para a sua execução.³³ (FM 3.07-31, 2003, IV, p. 1)

Patrulhas de Reconhecimento: desempenham um papel fundamental nas operações de paz. Procuram atingir todos os locais, mesmo os mais remotos, mostrar a força demonstrando segurança à população e obter informações.³⁴ (FM 3.07-31, 2003, IV, p. 1)

Operações de vigilância (Staying Patrols): de acordo com o ATP-3.4.1.1 (2002) são realizadas com intuito de obter informações. Embora numa fase inicial a força se exponha a riscos significativos, é essencial negar aos activistas qualquer tipo de sucesso que lhes possa elevar o moral ou desprestigiar a eficiência da força de segurança. Portanto, operações deste tipo devem ser conduzidas com apoio mútuo e com uma força de reacção rápida disponível para intervir.³⁵ (ATP 3.4.1.1, 2002, Cap. 4, p. 28)

Podemos considerar ainda, de acordo com o manual de Operações de Apoio à Paz (1996), a tipologia de patrulhamentos de acordo com a missão e formas de actuação, em: patrulhas de controlo de linhas de separação entre as partes, patrulhas de busca, patrulhas de áreas edificadas, patrulhas de verificação de recolher obrigatório, patrulhas de longo raio

³¹ Tradução livre do autor

³² Tradução livre do autor

³³ Tradução livre do autor

³⁴ Tradução livre do autor

³⁵ Tradução livre do autor

de acção e patrulhas de interposição e de reforço de posições ou unidades, as quais não serão no seu conceito de execução, divergentes das especificadas.

Na execução, a patrulha deve ter sempre presente as ROE e fazer-se acompanhar dos acordos de paz, ser cordial, não prometer nada que não possa cumprir e nunca se comprometer em nome dos superiores. (ESTRELA, 2008)

5.2. Check-Points:

Campanhas de contra-subversão em África: embora, doutrinariamente se privilegie o estabelecimento de barragens como forma de manter a vigilância nas estradas e no interior das povoações, com o objectivo de assegurar o controlo dos deslocamentos de pessoas, viaturas e mercadorias, o sistema não foi muito utilizado pelas forças portuguesas no decurso das Guerras de África (1961-1974). Quando, esporadicamente, se recorria a esta opção, as medidas eram implementadas sempre com o indispensável esclarecimento da população e dos viajantes, fazendo-lhes saber que as medidas tomadas eram preventivas e não punitivas e visavam os maus elementos e os infractores. (EME, 1966, Vol.IV. Cap.II. pp. 34-35)

As barragens de estrada podem ser classificadas, quanto à duração, em temporárias e permanentes. Em qualquer dos casos, têm por finalidade o controlo de movimentos por estrada, tendo em vista a prisão de fugitivos, e impedir o contrabando de armas, munições, víveres e outros artigos essenciais. As barragens no interior de uma povoação têm por finalidade o controlo de movimentos de uma rua, praça ou zona habitada, com vista a impedir a acção de elementos subversivos na área a controlar, garantindo a segurança das pessoas e dos bens que existam nessa área. (EME, 1966, Vol.IV. Cap.II. pp. 35-39)

Operações de Apoio à Paz: Actualmente, designam-se por postos de controlo (check-points) os meios utilizados para controlar o tráfego de viaturas e pessoas em estradas ou caminhos. Podem ser classificados em fixos e permanentes e são conduzidos para revistar e fiscalizar pessoas e viaturas. Um check-point móvel poderá ser muito eficaz na prevenção de tráfego de armamento, munições e explosivos, devido ao desconhecimento da sua localização. (ESTRELA, 2008)

São montados com o objectivo de identificar pessoal apeado e ocupantes de viaturas, revistar elementos suspeitos, viaturas e equipamentos prevenindo a passagem de objectos ilegais. No controlo de tráfego, deverá ter-se especial atenção às viaturas só com o condutor que provoquem alguma suspeita, proveniente da existência do perigo de carros armadilhados. (ESTRELA, 2008) Na revista a mulheres e eclesiásticos deve-se ter em conta os costumes locais, e as modalidades de revista devem ser discutidas com as autoridades locais. (EPI, 1996, Cap V, p. 22)

5.3. Escoltas:

Campanhas de contra-subversão em África: As escoltas a colunas civis, militares e personalidades importantes eram conduzidas pelas forças, na insuficiência de defesas

fixas e vigilância móvel que garantissem a segurança nos pontos vitais do itinerário. Assim, a composição de uma escolta dependia dos meios disponíveis, de outras medidas de protecção dos itinerários adoptadas, da agressividade das guerrilhas, da natureza do terreno, da importância da coluna a proteger e em certos casos da natureza da carga e das viaturas ou a categoria do pessoal nelas transportadas³⁶. (EME, 1966, Vol.II. 2ªP. Cap.II. p. 14)

Na composição de uma coluna de vinte a trinta viaturas, a escolta deveria ser composta por um PelRec com três auto-metralhadoras e três viaturas blindadas de atiradores, reforçada por um pelotão de caçadores, transportados numa viatura blindada. Na possibilidade de o itinerário estar minado ou armadilhado, a escolta deverá incluir uma viatura blindada com equipamento de detecção e levantamento como o pessoal especializado, bem como sapadores, viaturas de desempanagem ou um pronto-socorro. A escolta seria articulada em três grupos: grupo de testa, grupo do centro e grupo da retaguarda, marchando a coluna a proteger dividida em dois grupos, um à frente do grupo do centro, outra à retaguarda do grupo do centro, com o comandante da coluna junto do comandante da escolta. (EME, 1966, Vol.II 2ªP. Cap.II. pp.14-17)

O comandante da escolta comandava toda a coluna durante o deslocamento, na condução do movimento e no estabelecimento de medidas de reacção, mesmo que o comandante da coluna fosse mais antigo ou graduado. O comandante da escolta deveria estabelecer medidas de segurança imediata no que diz respeito à ligação entre viaturas; cada condutor devia levar ao seu lado um homem armado e capaz de travar, desligar e engatar a viatura; e em cada viatura deveria haver elementos da coluna (não da escolta) armados com espingarda ou pistolas-metralhadoras e granadas de mão, com a missão de travar combate com elementos rebeldes, na medida em que a segurança da coluna o exigisse. (EME, 1966, Vol.II. 2ªP. Cap.II. p. 18)

Operações de Apoio à Paz: As forças de paz organizam escoltas para assegurar o movimento seguro de forças, provisões humanitárias e apoiar movimentos civis autorizados ou necessários, implementados nos acordos de paz. Também protegem colunas de viaturas e outros transportes de pessoal de um local para outro, garantindo a sua segurança. (ESTRELA, 2008)

A composição da escolta e o equipamento utilizado é definido em função da ameaça, de outras medidas de protecção implementadas no itinerário, da natureza do itinerário e da importância da coluna a proteger. Desta forma o comandante da escolta assume o comando da coluna desde o início até ao fim, organizando a coluna em: grupo de testa (onde se desloca), grupo do centro e grupo da retaguarda, onde se desloca o 2º comandante da

³⁶ Ver Anexo D fig. D.1. Composição de uma Escolta

escolta, colocando as viaturas a escoltar ao centro. Os militares deverão envergar colete balístico, capacete e arma individual. (ESTRELA, 2008)

Devem ser empregues viaturas blindadas, que pela suas características, protecção, poder de fogo, poder de choque e mobilidade, contribuem “Para mostrar força, para não ter de usar a força”, permitindo também o seu emprego em acções que envolvam maior risco. Deve equipar ainda a escolta um rebocador ou uma viatura com guincho e a última viatura deverá possuir uma placa com a informação “PSP CONVOY, DO NOT OVERTAKE”. (EPI, 1996, Cap. V, pp. 47-48)

A força de escolta tem de se manter capaz de responder eficazmente a situações inopinadas como os acidentes ou avarias, emboscadas, minas, sequestro e pontos de controlo das partes, sendo necessário nestes a negociação da passagem da força de véspera com o comandante local. Só deve empregar a força em casos excepcionais e agir sempre de acordo com as ROE. (ESTRELA, 2008)

Numa escolta pessoal a três viaturas, o comandante mais a pessoa a escoltar devem deslocar-se na viatura do centro, com um a três homens de segurança nas restantes viaturas. O deslocamento deverá ser feito com portas e escotilhas fechadas, caso haja necessidade de parar a viatura de trás desloca-se até bloquear a porta da viatura do centro. (ESTRELA, 2008)

5.4. Postos de Observação:

Campanhas de contra-subversão em África: Nas acções conduzidas durante a Guerra em África não eram utilizados postos de observação. No entanto havia associado à unidade encarregue de defender um ponto sensível em determinada área a característica da observação. Desta forma, o comandante utilizava a observação para lhe permitir um permanente conhecimento do conjunto de situações decorrentes na área. Para isso eram construídas uma ou mais torres ou utilizados edifícios altos. Para complementar essa segurança aos pontos sensíveis, eram também empregues postos de vigilância, convenientemente protegidos e dissimulados, junto dos itinerários dos pontos a defender com a finalidade de permitir com antecedência o aviso da aproximação de quaisquer elementos, proceder à sua identificação e criar a primeira resistência. (EME, 1966, Vol.II. 2ªP. Cap.I. pp. 5-11)

Operações de Apoio à Paz: um posto de observação é uma estrutura colocada no terreno com uma missão claramente diferente, apenas para observar e registar as actividades na área da missão. Inicialmente os PO são instalações móveis funcionando apenas durante o dia permitindo ao comandante uma maior margem de tempo para planear a sua colocação permanente. Estes PO são instalações fixas e bem organizadas, contendo uma torre de observação, um acantonamento para uma secção de atiradores a respectiva VBTP e um perímetro vedado. (EPI, 1996, Cap.V, p. 3)

A construção e instalação de um PO deverá seguir a percepção de “ver e ser visto” detendo a descrição da organização responsável pela operação e a bandeira hasteada, deverá ser iluminado durante a noite e com protecção suficiente contra impactos de armas ligeiras e impedir o acesso não autorizado ao seu interior. Normalmente na actividade de um PO é combinado o estabelecimento de postos de controlo, devendo a observação ser mantida por dois ou três homens com tarefas e áreas a observar previamente definidas, usando binóculos e aparelhos de visão nocturna para o efeito. (EPI, 1966, Cap. V, 8-11) Segundo o FM 3-07.31 (2003), um PO fixo é uma estrutura semi-permanente estabelecida por um longo prazo, devendo ter-se em conta as partes em conflito, as quais devem ser informadas da sua colocação. Desta forma deverá ser mantido um programa de informações com a comunidade local e com as partes.³⁷ (FM 3.07-31, 2003, IV, pp. 1-3)

5.5. Guarda a pontos sensíveis:

Campanhas de contra-subversão em África: A primeira missão das unidades que guarnecem um território é a de assegurar a defesa de determinados pontos sensíveis. Entendia-se como pontos sensíveis as povoações cujos habitantes e instalações (órgãos de direcção política e repartições públicas; serviços de água, electricidade e assistência sanitária; complexos industriais ou agrícolas, órgãos produtores de energias, depósitos de combustíveis.) haja que proteger. Certos pontos vitais das vias de comunicação (pontes, túneis, estações de caminho de ferro) e determinados acidentes do terreno, cuja posse por parte dos rebeldes, pela importância que têm para a vida das tropas e das populações, apresenta inconvenientes de acentuado valor dos pontos de vista político, militar, económico ou outro. (EME, 1966, Vol.II. 2ªP. Cap. I. pp. 1-2)

Os pontos sensíveis podem variar em função da sua dimensão (edifícios, obras de arte, etc.) e localização (dentro de cidades ou afastados de qualquer aglomerado populacional). À unidade encarregada da defesa de um ponto sensível cabe-lhe garantir a defesa a todo o custo contra qualquer acção rebelde ou simplesmente alertar o comando superior e resistir até serem socorridos por uma unidade de intervenção. Esta defesa deverá ser articulada de forma a garantir a segurança diariamente, dispor de uma reserva pronta a intervir e assegurar o descanso do pessoal que não está de serviço. Desta forma a execução da defesa exige uma escolha inteligente das posições das armas bem como a protecção e camuflagem das suas posições, desobstrução de campos de tiro, boa observação sobre toda a área, eficiente sistema de transmissões e caminhos desenhados para deslocamentos. Se o terreno não proporcionar protecção, deverão ser construídas trincheiras de ligação, paliçadas e muros com sacos de terra. Para além destas medidas, é essencial estabelecer uma segurança imediata e próxima. Sendo a primeira cumprida com sentinelas, iluminação nocturna, obstáculos, sistemas de identificação, etc., e a segunda

³⁷ Tradução livre do autor

com patrulhas, postos de vigilância, emboscadas, armadilhas e obstruções. (EME, 1966, pp. Vol.II. 2ªP. Cap.I. 4-13) Devem ser evitadas quaisquer negligências na segurança e evitada a rotina de procedimentos e das patrulhas, devendo os horários ser constantemente mudados. (EME, 1966, Vol.IV. Cap.II. p. 34)

Operações de Apoio à Paz: Nas operações de paz, são considerados como pontos sensíveis, os locais religiosos, locais de crimes de guerra, edifícios governamentais, locais históricos, locais onde se desenrolem eleições, escolas, etc., cuja posse ou salvaguarda contra qualquer ataque assume um carácter fundamental, no sentido de alcançar um objectivo político expresso no mandato da missão em execução. (ESTRELA, 2008)

As forças devem agir de acordo com as ROE, actuando na segurança do ponto/área conduzindo à desmobilização e desmilitarização da área de forma imparcial. Na execução da defesa deve ter-se em conta o uso da mínima força para garantir a segurança, complementado com um plano de reforço ou extracção da força, com itinerários de acesso e retirada e local para emprego de helicópteros. Nessa actuação deverão ser identificados alguns aspectos, como a caracterização da área geográfica e das eventuais ameaças, origens dos ataques e actualização das actividades das partes na área. (ESTRELA, 2008)

Na execução de procedimentos a força organiza-se em elemento de defesa, de segurança e de reserva, estabelecendo uma defesa imediata (sensores, senha e contra-senha), uma defesa próxima (check points, e postos de observação) e uma segurança afastada através do lançamento de patrulhas. (ESTRELA, 2008)

5.6. Operações CIMIC:

Começa-se pela caracterização destas operações no âmbito das OAP, para que se perceba melhor o que são as Operações CIMIC.

Operações de Apoio à Paz: O Regulamento de Campanha Operações (2005), define CIMIC como “a coordenação e a cooperação, em apoio da missão, entre o comandante de uma força militar e os actores civis, nos quais se incluem a população civil local e as suas autoridades representativas, bem como as organizações não governamentais internacionais e nacionais e ainda agências”. (EME, 2005, Cap.8, p. 2)

As tarefas realizadas no âmbito destas operações, têm como objectivo o desenvolvimento e o apoio civil, estabelecendo uma ligação entre a segurança e estabilidade na consolidação da paz. São criados planos de apoio às comunidades locais de acordo com as prioridades estabelecidas dentro do programa de ajuda conduzidos de forma independente pelos militares ou, mais usualmente, realizados em conjunto com organizações civis.³⁸ (ATP3.4.1.1, 2002, Cap.3, p.5)

Outras tarefas, passíveis de influenciar o planeamento CIMIC, dependendo da circunstância são a Administração Civil (quando não existe), a educação, a agricultura e os

³⁸ Tradução livre do autor

recursos alimentares, o controlo de propriedades, os trabalhos públicos que normalmente são abrangidos por trabalhos no campo das relações comunitárias e os assuntos culturais (protecção de obras de arte, monumentos ou museus).³⁹ (ATP3.4.1.1, 2002, Cap.3, pp.5-6)

O representante dos assuntos civis, deve promover dentro das suas capacidades um sistema possível de ajuda ao comando militar no seu relacionamento com as autoridades civis e a comunidade. Estabelecer relações com as principais personalidades e os líderes locais e ser capaz de informar sobre os efeitos de certas políticas e operações. Desta forma, após uma avaliação do dano causado na execução de operações pelas forças militares ou provenientes de reclamações, deve contribuir para a solução ou melhoria desses problemas. Contudo, as tarefas que podem ser consideradas como propósito do planeamento CIMC são as medidas de protecção de civis, trabalho civil, saúde pública, segurança pública, bem-estar, abastecimentos, comércio, comunicações, transportes, serviços de informações, refugiados e deslocados.⁴⁰ (ATP3.4.1.1, 2002, Cap.3, pp.7-11)

Campanhas de contra-subversão em África: Não podemos falar da existência de acções claramente CIMIC nas operações de contra-subversão conduzidas pelas forças portuguesas em África. No entanto, havia um claro objectivo de prestar apoio à população proporcionado pela acção social e pela manutenção dos serviços essenciais no apoio às autoridades civis. A primeira, é uma acção com segundas intenções que visava elevar o nível de vida das populações satisfazendo as suas necessidades e aspirações mais prementes e criando um ambiente receptivo às acções psicológicas; enquanto que a segunda visava a manutenção dos serviços públicos ou privados, cuja paralisação resultava em graves perturbações ou prejuízos para a vida, economia ou segurança da comunidade.

Contudo, a finalidade do apoio prestado pelos militares às autoridades civis era contribuir para o livre exercício de funções pelas autoridades estabelecidas, o funcionamento das instituições e dos serviços e a salvaguarda de pessoas e bens. (EME, 1966, Vol.IV. Cap.I. p. 1)

Desta forma, as Forças Armadas podem ser chamadas em períodos de emergência a prestar auxílio a determinados organismos do Estado, responsáveis pela manutenção de serviços essenciais. Neste caso, os militares não deverão ser empregues para substituir os trabalhadores civis mas, trabalhar sob as ordens dos seus comandantes que estabelecem contacto com as autoridades civis. Todas as medidas adequadas, tomadas como necessárias, devem ser empregues sempre em ligação com as autoridades civis. (EME, 1966, Vol.IV. Cap.IV. pp. 1-5)

A acção social, por seu lado, tendo como pano de fundo a acção psicológica, compete principalmente às autoridades civis, às quais os militares devem prestar a sua

³⁹ Tradução livre do autor

⁴⁰ Tradução livre do autor

colaboração. O planeamento desta acção tinha em conta as necessidades da população, as capacidades das unidades e as possibilidades das entidades civis existentes. Abrangendo os campos da assistência sanitária, religiosa, educativa e económica, contribuindo para a compreensão mútua entre militares e população. (EME, 1963, Vol.III. Cap.VII. pp.1-5)

A assistência sanitária visava o tratamento médico das populações, por médicos e enfermeiros das unidades, competindo às unidades de quadrícula montar o serviço de assistência. Deveria procurar-se actuar na colaboração com elementos civis em especial elementos femininos. A generalização do recurso ao médico deveria ser estimulada.

A assistência religiosa era mantida a par da assistência sanitária, com o objectivo de dar às populações o amparo espiritual, esta assistência revestia-se de um cariz claramente católico. (EME, 1963, Vol.III. Cap.VII. pp.11-13)

A assistência educativa visava a elevação do nível cultural das populações, sendo exercida no campo da cultura geral (escolas, fornecer livros, material escolar, refeições), da cultura técnica (aperfeiçoamento de técnicas na cultura da terra e na criação de gado, etc.) e da cultura física (ensino da prática desportiva, realização de exposições e campeonatos, etc.). (EME, 1963, Vol.III. Cap.VII. pp.13-18)

A assistência económica competia essencialmente às autoridades civis apoiando com recursos, postos à disposição dos militares para estes prestarem o auxílio. A sua aplicação poderia ser através de dádivas, empréstimos, compras, emprego de pessoal e prestação de serviços. A força militar poderia prestar serviços aos civis transportando pessoas, materiais ou géneros, bem como acções que contribuíssem para a melhoria da qualidade de vida. (EME, 1963, Vol.III. Cap.VII. pp.18-21)

5.7. Operações Psicológicas

Campanhas de contra-subversão em África: As acções psicológicas consistiam na aplicação de um conjunto de medidas destinadas a influenciar as opiniões, os sentimentos e as crenças dos aliados, dos neutros e dos adversários, com a finalidade de fortificar o espírito combativo dos nossos aliados, atrair a simpatia dos imparciais, esclarecer a opinião de uns e outros e contrariar a influência adversária sobre eles e modificar a actividade dos meios adversos num sentido favorável aos objectivos a alcançar. (EME, 1963, Vol.III. Cap.I. p. 1)

A acção psicológica era exercida sobre a população, sobre o adversário (desmoralizando-o, dando-lhe a sensação de impotência e descrença nas suas acções) e sobre as tropas portuguesas, com o objectivo de fortalecer o moral e imuniza-los contra ataques psicológicos adversários.

A população era considerada o meio onde se desenvolvia a luta, o objectivo dos dois adversários e um dos meios de acção a utilizar por ambos. Desta forma, eram desenvolvidas acções psicológicas utilizando a propaganda (através da imprensa, rádio, televisão) para impor certas ideias e doutrinas, a contra-propaganda para neutralizar a

propaganda adversária e a informação para esclarecer e objectivar a compreensão dos problemas em causa. (EME, 1963, Vol.III. Cap.I pp.. 1-2)

A acção social, em conjunto com a acção psicológica, constituíam a acção psicossocial.⁴¹

Operações de Apoio à Paz: O Regulamento de Campanha Operações (2005), define Operações Psicológicas como “actividades psicológicas planeadas que utilizam meios de comunicação e outros meios, dirigidas sobre audiências aprovadas, de forma a influenciar atitudes, percepções e comportamentos, que contribuam para a realização de objectivos políticos e militares.” (EME, 2005, Cap.5, p.1)

Estas operações apresentam como objectivos gerais enfraquecer a vontade do adversário, reforçar os sentimentos dos fiéis, estimular a cooperação dos simpatizantes e ganhar o apoio dos neutros. (EME, 2005, Cap.5, p.1)

As operações psicológicas planeadas e conduzidas como parte integrante das CRO designam-se de *Crisis Response Psychological Operations* (CRPO), estabelecidas com o objectivo de criar a cooperação entre as partes e a população civil. São conduzidas pelo comandante da força de CRO (conjunta ou combinada) e têm de ser coordenadas com as Operações de Informações, de forma a compatibilizar a Informação Pública⁴², o CIMIC e as Operações Psicológicas. (EME, 2005, Cap.5, p.2)

De acordo com o manual Americano, FM 3.07-31 (2003), aos escalões mais baixos, as Operações Psicológicas têm como objectivo apoiar as acções das unidades de manobra, para induzir ou reforçar atitudes e comportamentos das populações. Estas operações podem cobrir um conjunto variado de tarefas: divulgar informações sobre a segurança e bem-estar dos habitantes; informar a população civil da política conduzida no território e da boa vontade dos esforços humanitários de âmbito médico-veterinário, auxílio à construção, actividades e instalações públicas; realizar avaliações antes e depois de uma operação para determinar a aplicação do esforço e documentar os resultados; amplificar os efeitos das operações de apoio à paz; e aumentar o consentimento através da interacção com a população. As unidades de Operações Psicológicas têm um papel importante na divulgação de informações através de vários meios, folhetos, cartazes, entrevistas na rádio e televisão, também usadas na condução de informações regulares e em sessões com a imprensa local, nacional e internacional.⁴³ (FM 3.07-31, 2003, II. p.5)

5.8. Operações de Cerco e Busca:

Campanhas de contra-subversão em África: As operações de carácter ofensivo conduzidas na Guerra em África incluíam as acções de cerco na limpeza de uma zona e as

⁴¹ Ver Anexo E - Acção Psicológica, fig. E.2.Acção Psicossocial.

⁴² Entende-se por Informação Pública, todos os conteúdos publicados ou distribuídos com o objectivo primário de manter os públicos informados e por forma a obter o seu apoio.

⁴³ Tradução livre do autor

operações de limpeza de uma povoação e rusgas na manutenção e restabelecimento da ordem no apoio às autoridades civis.

A operação de cerco é uma acção prévia de limpeza de uma zona delimitada, onde existem elementos rebeldes ou instalações importantes e consiste em envolver essa zona, com forças dispostas de forma que os rebeldes não consigam sair nem serem apoiados do exterior. Esta operação compreende duas acções distintas: o cerco da zona a limpar e a actuação no interior da zona cercada. O cerco da zona a limpar não é mais que um anel de forças para impedir a fuga dos rebeldes (cerco simples) e/ou outro anel exterior (cerco duplo) para evitar o auxílio vindo do exterior. A actuação no interior da zona cercada pode revestir-se de vários aspectos e ser realizada pelas forças que estabelecem o cerco (cerco e estreitamento onde as forças de cerco progridem em direcção ao centro para mais facilmente capturar ou aniquilar) ou por outras forças distintas (cerco e ataque onde uma força suficientemente forte atacará directamente o local).⁴⁴ (EME, 1966, Vol.II. 2ªP. Cap. IV. pp.1-6)

A limpeza de uma povoação é uma operação ofensiva executada contra povoações de dimensões relativamente pequenas onde se sabe que existe um número compensador de elementos rebeldes e seus simpatizantes, considerando-se que estes podem reagir energicamente. Esta operação consiste na actuação no interior da povoação depois de se estabelecer um cerco tanto quanto possível em segredo a fim de evitar a fuga do interior da povoação e impedir o apoio exterior. (EME, 1966, Vol. II. 2ªP. Cap. V. pp. 1-7)

Podem então designar-se unidades de cerco e unidades de limpeza. Após a povoação ser dividida em sectores, cada secção de atiradores constitui um grupo de limpeza articulado em duas equipas, actuando um grupo em apoio pronto a abater o inimigo enquanto o outro executa o movimento para entrar na povoação. A limpeza deve ser conduzida da periferia para o centro segundo eixos convergentes ou então, de um extremo para outro segundo eixos paralelos. Esta operação tinha a finalidade de capturar ou aniquilar elementos rebeldes, procurar e recolher armas, documentos, abastecimentos, destruir instalações, intimidar os elementos subversivos e controlar a população. (EME, 1966, Vol. II. 2ªP. Cap. V. pp.11-19)

As rusgas eram normalmente operações de polícia conjunta da Polícia com o Exército. Podiam, no entanto, ser executadas apenas pelo Exército, seguindo os mesmos princípios. Eram levadas a cabo numa povoação, zona de uma cidade ou até mesmo numa única casa, onde se suspeitasse da existência de elementos rebeldes ou documentos, víveres, armas e outros artigos essenciais, em apoio às autoridades civis, na manutenção e estabelecimento da ordem. (EME, 1966, Vol. IV. Cap.II. pp. 41-42)

⁴⁴ Ver Anexo D – Operações de Cerco fig. D.1. Diversidade de aplicação das Operações de cerco

A força era articulada em comando, unidade de rusga, unidade de cerco e reserva. A preparação da rusga deveria ser conduzida em segredo e deviam ser evitados os reconhecimentos, devendo os métodos e processos utilizados nas rusgas ser constantemente modificados. A primeira unidade a entrar em posição era a unidade de cerco, devendo fazer a aproximação por um ou vários itinerários a fim de constituir um cordão de forças na periferia da zona. Após a unidade de cerco estar colocada, o comandante da unidade devia informar a população por altifalante ou por intermédio do chefe da comunidade local, que a zona ia ser revistada e que as pessoas se deveriam manter no interior das suas casas, ou concentrar-se num determinado local para se proceder à revista. (EME, 1966, Vol.IV. Cap. II. pp. 45-47)

Na rusga a edifícios com a presença dos moradores, estes devem ser reunidos num compartimento e em seguida proceder à sua identificação e revista, incluindo as mulheres. Os edifícios são revistados com mais eficiência de baixo para cima, devendo-se utilizar detector de metais para a detenção de armas, devido aos diversos locais onde possam estar escondidas como, dentro das paredes, debaixo do soalho, nas roupas das mulheres, etc. Na condução da revista à casa, deverá estar presente uma pessoa o mais neutral possível, para não haver a possibilidade de negar ou afirmar que o material encontrado tinha sido colocado por outras pessoas ou mesmo pelas forças. Na condução de uma rusga é frequente a acusação de roubo pela força, desta forma poderá ser necessário alinhar os revistadores e revistá-los na presença de testemunhas. (EME, 1966, Vol.IV. Cap. II. pp. 47-51)

Operações de Apoio à Paz: as operações de busca são conduzidas com a finalidade de verificar a existência de pessoas não autorizadas ou infiltradas na área de operações, verificar a existência de explosivos, armas, drogas, ou qualquer outro objecto não autorizado pela organização e verificar se os habitantes são reféns no interior das suas próprias casas. (ESTRELA, 2008)

Estas operações são conduzidas com o objectivo de obter informações, privar as facções rebeldes dos seus recursos e obter provas para o conseqüente processo de acusação. São normalmente conduzidas conjuntamente entre forças militares e a polícia, na prossecução de objectivos diversos tais como capturar e deter pessoas e armas, equipamentos rádio, abastecimentos, explosivos e documentos, impedir determinadas actividades hostis como a construção de bombas ou armas, eliminar a influência hostil numa área específica, particularmente evitando a expansão para áreas controladas.⁴⁵ (ATP 3.4.1.1, 2002, Cap.5, pp.1-3)

⁴⁵ Tradução livre do autor

Na condução da operação, a força tem de ter em conta a regulamentação das OAP, as ROE, respeitar a religião e costumes da população local e mostrar que, se for necessário, fazem-se as buscas dentro dos edifícios⁴⁶. (ESTRELA, 2008)

A força deve organizar-se em força de busca e força de cerco. A primeira a instalar no terreno é a força de cerco, através de uma operação rápida e em segredo com a finalidade de isolar a área. Podendo dividir-se em dois anéis, um exterior e outro interior, para impedir a entrada e saída de elementos da área, com militares espaçados entre si em cinco metros entre eles. Devem usar-se ainda postos de controlo, obstáculos de barragem e se necessário uma força de controlo de tumultos. A força de busca deve dividir-se em vários grupos de três elementos capazes de executar a busca, os quais transportam materiais específicos como granadas de gás lacrimogéneo, detector de metais, etc. Na condução da busca devem fazer-se acompanhar sempre por um elemento da polícia, ou alguém que a comunidade respeite. Os habitantes, se possível, devem ficar todos num único compartimento do edifício vigiados por uma equipa de segurança, não mantendo nunca uma mulher sozinha. Neste tipo de operação poderão ser conduzidas simultaneamente operações de busca a viaturas e a pessoas como nos check-points. Poderão e deverão ser utilizadas, dependendo da missão, equipas de inactivação de explosivos (EOD), equipas de Operações Psicológicas, assuntos civis e equipas CIMIC e equipas cinótecnicas. (ESTRELA, 2008)

5.9. Controlo de Fronteiras:

Campanhas de contra-subversão em África: Nas operações conduzidas pelas forças de quadrícula na Guerra de África, a missão de interdição de passagem de pessoal e material para apoio aos rebeldes cabia à unidade cujos limites coincidiam com uma fronteira. Desta forma a unidade tinha por missão, cumulativamente a segurança do seu sector e evitar essa infiltração. (EME, 1966, Vol.II. 1ªP. Cap.IV. p. 41)

A importância desta missão era justificada pela necessidade de isolar os rebeldes de qualquer apoio externo, impossibilitando-os de conduzir acções eficazes. No entanto, se o território da fronteira for extenso e o terreno difícil, deverá ser estabelecida uma interdição mais rigorosa nas zonas de maior importância⁴⁷, e manter a vigilância nas restantes. Para facilitar a missão de interdição de fronteiras, poderão ser estabelecidas “zonas proibidas” onde a circulação de civis é interdita e onde as forças militares poderão abrir fogo sem aviso prévio. As povoações que se encontrem no interior dessas zonas deverão ser submetidas a

⁴⁶ Este tipo de pressão pode originar “*Soft Harvest Operatios* – operações de recolha de armamento, munições ou explosivos sem uso da força. Difundido pela população através de panfletos ou rádio o local e período de tempo em que se vai proceder à recolha.

⁴⁷ Eram consideradas zonas de maior importância as zonas onde: se sabia que se preparava um efectivo auxílio aos rebeldes; por conduzirem a regiões internas onde as actividades rebeldes eram mais intensas; e por oferecerem maiores facilidades à infiltração quer pelas características do terreno ou pelo apoio prestado pela população.

um rigoroso controlo, registando-se todos os habitantes e atribuir salvo-condutos ou outra autorização para circular. (EME, 1966, Vol.2. 1ªP. Cap.IV. pp. 39-40)

A região mais próxima da fronteira deveria ser atribuída a Companhias de Caçadores com sectores suficientemente pequenos para estabelecerem postos militares de pelotão em número suficiente para permitir o patrulhamento intenso da área entre esses postos. Essas companhias integravam Batalhões que mantinham em segundo escalão uma reserva com a missão de: prolongar a profundidade do patrulhamento e reforçar as Companhias nos seus sectores, na intervenção contra grupos rebeldes mais fortes, perseguindo e atacando todos aqueles que tenham ultrapassado os sectores. A eficiência do dispositivo poderia ser aumentada através de um sistema de barragens (minas, armadilhas, obstáculos, sistemas de alarme, etc.), fogos de artilharia, apoio aéreo e por informações obtidas além fronteiras. (EME, 1966, Vol.II. 1ªP. Cap. IV. pp. 41-44)

Operações de Apoio à Paz: Na condução do Controlo de Fronteiras pretende-se impedir a entrada de apoios externos às facções hostis, quer através de organizações internacionais quer através de outros países com interesses naquele país. Face a isso, todos os estados têm capacidade para impor algum grau de controlo sobre as suas fronteiras, podendo com essa medida, estabelecer uma base adequada para a consolidação da paz. (ATP 3.4.1.1, 2002, Cap. 4, p. 33)

As fronteiras terrestres raramente são bem definidas, a menos que sejam materializadas por um rio, podendo ser atravessadas por densas florestas, cadeias de montanhas e colinas, ou terrenos agrícolas, de forma a que as pessoas que trabalham as terras constantemente atravessam essa fronteira para fazer o seu trabalho. É preciso implementar medidas de controlo transfronteiriço, como o controlo dos principais acessos e dos movimentos nas principais vias de comunicação, devendo as lacunas ser colmatadas com postos de observação e patrulhamentos. Conduzir uma política de patrulhamentos numa zona fronteiriça é essencial, sendo a intensidade desse patrulhamento proporcional à ameaça. A adopção de outras medidas dependerá da situação política e de segurança e do consequente grau de restrição dos movimentos civis. (ATP 3.4.1.1, 2002, Cap. 4, p. 33)

O efeito desejado através deste controlo seria, canalizar a circulação para áreas escolhidas pelo Governo em combinação com um bom sistema de informações através de uma constante vigilância que permita às forças imporem o controlo, infligir baixas, fazer prisioneiros, interceptar abastecimentos, dependendo o grau de eficácia da cooperação do outro lado da fronteira, essencial a obter bons resultados.⁴⁸ (ATP 3.4.1.1, 2002, Cap. 4, p. 34)

Quando as operações tenham atingido uma fase em que o Governo reconhece a necessidade de restringir os movimentos civis nas áreas fronteiriças as tarefas das forças de

⁴⁸ Tradução livre do autor

segurança poderão ser simplificadas, impondo um conjunto de tarefas como o recolher obrigatório, o estabelecimento de zonas proibidas, limitando o acesso apenas para quem disponha de passe ou outra autorização de acesso.⁴⁹ (ATP 3.4.1.1, 2002, Ca. 4, p. 34)

6. Análise das Entrevistas⁵⁰

Das entrevistas realizadas aos militares que participaram em Missões de Apoio à Paz nos diversos TO's já analisados, para os quais Portugal enviou as suas FND, podemos concluir que as missões e os efectivos empenhados diferiram com base no TO e nas suas características. Embora estivessem ambas destinadas a funções de reserva, as forças do AGR ECHO e da 22CAPara, conduziram o treino das suas unidades com vista a atingir objectivos diferentes. Para a Bósnia Herzegovina, a força preparou-se para uma panóplia de actividades exclusivamente de paz, limitadas no treino de operações aeromóveis, o qual só foi consolidado no TO. (MENEZES, 2009) Contrariamente, a força que se preparava para actuar no Afeganistão, orientava a sua preparação e treino para um conjunto de tarefas ofensivas e de resposta a incidentes, sendo incisivo na reacção a incidentes com IED's e ao treino de condução agressiva. (CORREIA, 2009) Estas preparações apresentaram restrições decorrentes das limitações nacionais em matéria de equipamento. Infelizmente em Portugal, a preparação das FND não é conduzida, muitas vezes, com os equipamentos que irão ser utilizados na execução das suas missões no TO, sendo necessária uma adaptação aos novos equipamentos.

Para os TO do Kosovo e Timor-Leste, as forças conduziram aprontamentos, diferentes entre si e dos anteriores. Especificamente, as unidades a destacar, cuja composição final incluía elementos de diversas proveniências, foram obrigadas a criar um clima de "unidade" com toda a força. Ou seja, estas forças, constituídas por subunidades de diversas unidades de todo o país, necessitam de criar a interacção e o trabalho em conjunto de forma a poderem conduzir as operações como um todo. Entretanto, a força projectada para o Kosovo, não se limitou a uma preparação exclusiva para OAP, mas também, a preparar a unidade garantindo-lhe capacidades de resposta eficazes em operações mais duras.

Verificou-se que na Bósnia Herzegovina o AGR ECHO desempenhou a missão de Reserva Operacional Terrestre da SFOR e a 22CAPara desempenhou a missão de reserva da ISAF actuando como *Quick Reaction Force* no Afeganistão. Embora a capacidade de

⁴⁹ Tradução livre do autor

⁵⁰ Para consultar as entrevistas, ver os Apêndices F, G, H e I. Ver tabela D.1. Pontos de contacto entre as Operações de contra subversão e as OAP.

projectação e grande mobilidade de ambas, permitissem o seu emprego em qualquer parte do TO, as suas acções foram em grande parte diferentes.

O emprego destas forças diferia em função das necessidades de actuação das “forças de sector”, podendo ser empregues substituindo qualquer unidade assumindo o seu sector durante quinze dias ou reforçando outras forças na manutenção da ordem, (AGR ECHO na Bósnia Herzegovina), ou ainda, reforçando a segurança e estabelecendo postos de observação e campos de tiro, garantindo a segurança afastada através de patrulhas de reconhecimento e segurança ou actuando em operações de cerco no Sul do Afeganistão (22CAtPara). Outra característica fundamental destas forças é a sua prontidão para responder dentro dos prazos estabelecidos à missão. No Afeganistão, as forças portuguesas dispunham de um Tactical Air Control Party⁵¹ (TACP) da Força Aérea Portuguesa, e na Bósnia Herzegovina as forças eram projectadas por helicóptero conjuntamente com as forças americanas, o que garantia poder de fogo adequado e grande mobilidade.

Comparativamente, na guerra de África, existiam Forças de Intervenção, com missões próprias (ver Cap.1), que poderiam ser dadas de reforço no todo ou em parte, empregues sob as ordens directas do comandante de que dependiam ou transferidas para o comando superior, integrando uma força de intervenção de maior dimensão. Depois de conhecida a missão, deveriam alcançar o objectivo no menor prazo possível, tendo em conta o itinerário, as possíveis acções inimigas nesse itinerário e a sua mobilidade, sendo projectadas se possível por helicóptero.

No TO do Kosovo o AGR DELTA, e em Timor-Leste o 2BI/BLI receberam missões de carácter diferente, tal como tinha acontecido com as anteriores (AGR ECHO e 22CAtPara). As forças ocupavam o sector que lhes competia, enquadradas numa força multinacional, executando um conjunto de tarefas para a estabilidade e manutenção da paz do seu sector.

Nas OAP, as forças como o AGR DELTA e o 2BI/BLI, responsáveis pela ocupação de um sector e pela respectiva estabilidade e segurança, cumprem as suas funções através de um conjunto de tarefas e interacções com as partes em conflito e a população local, mantendo-se imparciais, estabelecendo um clima seguro e conduzindo um conjunto de acções (ver Cap 5.) para implementar essa segurança.

Os sectores que as forças ocupam, são definidos na coordenação coerente com agências locais e com as estruturas existentes no local, políticas, civis, forças beligerantes respeitando quanto possível as fronteiras locais.⁵² (ATP 3.4.1.1, 2002, Cap. 2, p.10)

⁵¹ TACP- equipa de três militares da Força Aérea, destacados com as forças do exército, com a responsabilidade primária de planear e executar o *Close Air Support* (CAS) em apoio às unidades de manobra.

⁵² Tradução livre do autor

A sectorização das forças de quadrícula nos territórios de África, era feita através da implementação, em cada sector, de pequenas unidades com grande independência, sediadas nas principais povoações ou em determinados pontos importantes do território a pacificar. (ver Cap. 1) O AGR DELTA no sector Oeste do Kosovo e o 2BI/BLI no sector central de Timor-Leste têm como povoações principais, a cidade de Klina e a Capital Díli respectivamente.

No conjunto, as tarefas conduzidas nas OAP, não diferem muito no modo de actuação das executadas durante as Guerras de África 1961-1974. No entanto é importante evidenciar os casos particulares.

As acções de patrulhamento conduzidas nos diversos TO's analisados, com propósitos gerais semelhantes, para garantir a presença, estabelecer contacto com a população, fazer reconhecimentos e obter informações, tiveram necessariamente execuções diferentes, no caso de Timor-Leste e no Afeganistão.

Segundo o TCor Duarte, em Timor-Leste, eram conduzidos patrulhamentos com durações compreendidas de vários dias a uma semana, sendo as forças projectadas por meio aéreos (helicóptero) e percorrendo a pé as povoações mais recônditas estabelecendo o contacto e fornecendo apoio sanitário a essas povoações. Quanto à 22CA/Para, no Afeganistão, conduzia patrulhamentos de forma completamente diferente. A força operava na maioria das vezes montada em viaturas blindadas, com uma postura e condução agressiva, não parando por nada e não estabelecendo qualquer contacto com a população para além do presencial e dissuasor.

Ressalta aqui uma similitude entre as operações de nomadização conduzidas em África e a tipologia de patrulhamentos executados em Timor-Leste. As operações de nomadização apresentavam características muito semelhantes às executadas em Timor-Leste, diferindo nos objectivos, perdendo o carácter ofensivo e de segredo substituído pela necessidade de estabelecer o contacto, levar a segurança e apoio sanitário. (ver Cap.5)

Para manter a segurança de um sector com uma população de cinquenta mil habitantes, com uma unidade de trezentos militares, dos quais apenas cento e quarenta eram operacionais, implicava conjugar uma aleatoriedade de actividades desenvolvidas durante o dia-a-dia. Ou seja, conjugando check-points com patrulhas de uma forma aleatória criando a incerteza na população e procurando a iniciativa de actuação. (RIBEIRO, 2009) Esta operação desenvolvida no Kosovo não era executada de igual forma em Timor-Leste, onde as características do território não o permitiam, desde o relevo demasiado acentuado, às povoações demasiado dispersas e recônditas e aos acessos estreitos e quase impraticáveis. Chegava-se às povoações através do patrulhamento apeado, mantendo o controlo físico das estradas e pessoas, apenas na capital Díli. (DUARTE, 2009)

Outro aspecto a salientar é a condução de actividades como o CIMIC e as Operações Psicológicas: enquanto a célula CIMIC em Timor-Leste dependia directamente

da PKF, empregando o destacamento de engenharia português, na desobstrução de estradas, na reconstrução de escolas, na construção de campos de futebol, etc., as Operações Psicológicas não existiam formalmente, ainda que fossem acontecendo de alguma forma, decorrente do apoio prestado às populações e do patrulhamento executado prestando apoio sanitário e segurança presencial. (DUARTE, 2009) Nas operações de busca realizadas pelas forças no Kosovo, em que de alguma forma a actuação era agressiva, entrando pela casa das pessoas sem autorização durante a madrugada, as Operações Psicológicas coadjuvavam a força de manobra. Actuava simultaneamente a célula CIMIC e de Operações Psicológicas, a primeira para amenizar as pessoas visadas pela acção (CIMIC), a segunda para recolher dados e divulga-los através da rádio, destacando a acção da força no contributo para a paz na região (Operações Psicológicas). Nos TO da Bósnia Herzegovina e Afeganistão este tipo de células nunca foi incluído nas missões a cargo das Forças Nacionais. (RIBEIRO, 2009)

Outro aspecto a salientar é o Controlo de Fronteiras, muito rigoroso no Kosovo. Pelo facto de ter ocupado o sector Oeste do território do Kosovo, a FND partilhava uma fronteira com o Montenegro, e pelas informações de que dispunha, a força sabia do contrabando de armamento, de estupefacientes, de crianças e de pessoas. Desta forma, a força conduziu a missão de controlo de fronteiras, efectuando o controlo juntamente com as Forças de Operações Especiais portuguesas. (RIBEIRO, 2009)

Por último, quando confrontados com a questão: *em que medida existe alguma semelhança, nas actuais operações de apoio à paz, comparativamente com as operações de contra-subversão conduzidas na guerra de África?* as opiniões foram unânimes. Nas opiniões pessoais dos entrevistados, as semelhanças são evidentes, no que respeita às técnicas e procedimentos. *“Sofrendo uma adaptação às novas realidades, fruto da evolução tecnológica, também ela ao dispor dos terroristas e dos movimentos subversivos”* (FERREIRA, 2009)

De qualquer forma, parte da ameaça continua a existir no seio da população, onde se integram os aliados, os neutros e os causadores da acção militar. No que respeita aos engenhos explosivos, embora se registem “formas novas” de actuação, auto-destruindo-se ou utilizando IED’s, numa análise comparativa poder-se-á associar estas actuações às minas utilizadas nas campanhas no ultramar. (CORREIA, 2009)

A utilização do uso mínimo da força na execução das acções, evitando provocar a população (OAP) ou evitando um conflito de baixa intensidade (contra-subversão - África) continua a ser recomendado actualmente.

Conclusões

A nova conflitualidade deu origem à apreciação da segurança no mundo de uma outra perspectiva. Os países não se preocupam apenas com a segurança e bem-estar internos, seguem directrizes de condução de defesa e segurança mais alargadas.

Cada vez mais as fronteiras entre países são menos importantes, quando associadas à segurança das nações e do mundo. O conceito transnacional desfaz as dúvidas do mais retrógrado relativamente à condução de políticas de segurança e defesa internacionais, contribuindo para a estabilidade e pacificação regional e mundial. São espelho desses objectivos a coordenação de esforços da NATO com a Identidade Europeia de Segurança e Defesa na criação da PESD, dotando a União Europeia de meios para conduzir as suas operações de manutenção de paz.

No domínio da instabilidade internacional, a ameaça não provém apenas de Estados falhados ou com potenciais desequilíbrios na condução das suas políticas, mas também de alterações ao ciclo natural, como as catástrofes naturais, a imigração ilegal, o tráfico de droga, problemas ambientais à própria evolução tecnológica. Materializando a necessidade dos estados estarem preparados a dar uma resposta positiva às CRO.

A tipologia das operações mudou em função das alterações de conflitualidade vividas. Naturalmente que associada a estas mudanças surgem novas transformações doutrinárias e tecnológicas adoptadas também pelas facções hostis. No desenvolvimento de respostas, os países procuram a cooperação e a entreaajuda para minimizar a ameaça e riscos internacionais inerentes a uma eventual intervenção de forças de paz no local onde ela surja.

Desta forma, a questão levantada: “*a doutrina de emprego das forças de quadrícula por Portugal, na Guerra de África de 1961 a 1974, tem nas operações de Apoio à Paz em que as Forças Armadas participam, uma aplicação prática e actual?*” tem uma resposta afirmativa.

Deveremos mencionar primeiro, que nos referimos ao emprego de pequenas unidades dispostas territorialmente numa compartimentação sectorial. Ou seja, a manobra de articulação das forças tanto na contra-subversão como actualmente nas OAP, é criada a partir das fronteiras locais, culturalmente aceites por serem as já existentes, baseadas nas principais povoações ou cidades. Assim o território a pacificar adopta a forma de Quadrícula, estruturada numa rede de sectores atribuídos às forças dos vários países.

Desta forma, pode-se afirmar que a base de emprego das forças portuguesas nos actuais TO's, é muito semelhante à da quadrícula. Por outro lado a articulação de dois tipos de forças, em forças de quadrícula e forças de intervenção é de todo actual. O comandante da força internacional empenhada no território tem à sua disposição, unidades que irão cobrir o terreno na actuação nos seus sectores e unidades de reserva prontas para intervir em qualquer parte do TO.

Com o aprofundar da pesquisa doutrinária, sobressaem as semelhanças no emprego táctico de condução das operações. Confrontaram-se Técnicas e Procedimentos das OAP e da contra-subversão e concluiu-se que as FND executaram um conjunto alargado de acções de paz que tem muitas similitudes com as acções de contra-subversão, de modo que as actuais operações beneficiam do conhecimento adquirido no decurso das acções desenvolvidas em África pelas forças de quadrícula.

A execução correcta do conjunto de procedimentos que temos vindo a analisar, exige forças preparadas para dar uma resposta eficaz e proporcional, e isso só é atingido com treino adequado, capaz de dotar as forças de capacidades muito diversas, que garantam altas probabilidades de sucesso, seja num ambiente permissivo, seja noutra claramente hostil. O aprontamento é o meio pelo qual a força atinge a capacidade de agir e reagir, treinando um conjunto diversificado de actividades, sobretudo aquelas que tenham conexão com a missão. Desta forma estamos em condições de responder à questão derivada, afirmando que as TTP treinadas, durante a fase de aprontamento, têm como fim a execução das tarefas possíveis de encontrar no TO, as quais têm claramente uma base de aplicação das forças de quadrícula em África.

Pode-se ainda referir que, apesar de boa parte das operações de contra-subversão conduzidas em África possuírem características ofensivas, elas concorriam na mesma para objectivos claramente pacifistas. A conduta das OAP, como das operações de contra-subversão, visa atingir o mesmo objectivo central: a população, o meio da disputa, a finalidade da acção exercida nas operações de contra-subversão e actualmente nas OAP.

Desta forma estamos em condições de afirmar que, relativamente ao emprego das pequenas unidades, característico tanto das campanhas de contra-subversão como das OAP, o conteúdo das TTP, bem como a doutrina expressa em “O exército na Guerra Subversiva”, têm nas OAP uma aplicação prática e actual.

Constrangimentos

O tempo imposto para a elaboração, surge como a maior limitação para a elaboração deste trabalho. A condução de entrevistas, face a esta limitação foi restringida a quatro TO distintos com testemunhos de quatro participantes das FND. De todo importa informar que não se pretende abranger as acções analisadas e comparadas neste trabalho a todas as outras forças que porventura tenham executado acções diferentes nos mesmos TO ou em outros TO não analisados. Importa referir também que as entrevistas realizadas são fruto da disponibilidade de quem as prestou e que por limitações de carácter variado não foram conduzidas a outros militares, cujo testemunho seria claramente enriquecedor deste trabalho.

Bibliografia

MONOGRAFIAS

- CALMEIRO, Luís Afonso e MAGRO, José Manuel, *O exército Português nos caminhos para a Paz.1989-2005*, Lisboa, SCMA/GabCEME, 2005.
- CANN, John P., *Contra-subversão em África; Como os Portugueses fizeram a guerra em África 1961-1974*, Lisboa, Prefácio, 2005.
- MARSDEN, Peter, *Os Talibã - Guerra e religião no Afeganistão*, Lisboa, Instituto Piaget, 2002.
- SILVA, Coronel Manuel da, *Terrorismo e a guerrilha – das Origens à Al-Qaeda*, Lisboa, Edições Silabo, 2005

PARTES OU VOLUMES DE MONOGRAFIAS

- AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos. *Os Anos da Guerra Colonial*, Vol.2, Matosinhos, QuidNovi, 2009, pp. 63-76.
- AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos. *Os Anos da Guerra Colonial*, Vol.4, Matosinhos, Quidnovi, 2009, pp. 28-42.
- AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos. *Os Anos da Guerra Colonial*, Vol.6, Matosinhos, Quidnovi, 2009, pp. 77-91.
- AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos. *Os Anos da Guerra Colonial*, Vol.8, Matosinhos, Quidnovi, 2009, pp. 77-79.
- COMISSÃO PARA O ESTUDO DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA (1961-1974), EME. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, Vol.1, Lisboa, Beira Douro, LDA., 1988.
- COMISSÃO PARA O ESTUDO DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA (1961-1974), EME. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, Vol.2, Lisboa, Estado-Maior do Exército, CECA, 1988, pp. 45-47
- COMISSÃO PARA O ESTUDO DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA (1961-1974), EME. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, Vol.4, Lisboa, Estado-Maior do Exército, CECA, 1988, pp. 41-44
- COMISSÃO PARA O ESTUDO DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA (1961-1974), EME. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, Vol.6, Tomo 1, 1ª Edição, Lisboa, Estado-Maior do Exército/CECA, 2006.
- COMISSÃO PARA O ESTUDO DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA (1961-1974), EME. *Subsídios para os Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África (1961-1974)*, Lisboa, Pentaedro, 1990.

- GOMES, Carlos Matos. “Quotidianos da Guerra Colonial”, in *Nova História Militar de Portugal*, TEIXEIRA, Nuno Severiano, Vol.5, Rio de Mouro, Circulo de Leitores e autores, 2004.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano. “Portugal e as Guerras da Descolonização” in *Nova História Militar de Portugal*, TEIXEIRA, Nuno Severiano, Vol.4, Rio de Mouro, Circulo de Leitores e Autores, 2004.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano. “Portugal e as Operações de Paz”, in *Nova História Militar de Portugal*, TEIXEIRA, Nuno Severiano, Vol.5, Rio de Mouro, Circulo de Leitores e autores, 2004.

MANUAIS

- BORGES, João Jorge Botelho Vieira. *Teoria Geral da Estratégia*, Lisboa, Serviços Gráficos da Academia Militar, 2008.
- ESCOLA PRÁTICA DE INFANTARIA. *Operações de Apoio à Paz*, Vol.1, Escola Prática de Infantaria, Mafra, 1996.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *O Exército na Guerra Subversiva*, Vol.1 e 3, Estado-Maior do Exército, SPEME, 1963.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *O Exército na Guerra Subversiva*, Vol.2,4 e 5, Estado-Maior do Exército, SPEME, 1966.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *Regulamento de Campanha Operações*, Estado-Maior do Exército, Lisboa, 2005.
- INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES. *Manual Escolar - 20 - 76 - 04 Operações de Apoio à Paz*, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares, 1996.
- INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES. *Manual Escolar - 20 - 77 - 09 Operações de Apoio à Paz*, Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa, 2007.
- MILITARY AGENCY FOR STANDARDIZATION. NATO. *Peace Support Operations*, AJP-3.4.1, North Atlantic Treaty Organization, April 2002.
- NATO STANDARDIZATION AGENCY. NATO. *NATO Glossary of Terms and Definitions (English and French)*, AAP-6, North Atlantic Treaty Organization, April 2007.
- NATO STANDARDIZATION AGENCY. NATO. *Peace Support Operations Tactics, Techniques and Procedures*, ATP-3.4.1.1, North Atlantic Treaty Organization, April 2002.
- NATO STANDARDIZATION AGENCY. NATO. *Civil-Military Co-operation (CIMIC) Doctrine*, AJP-9, North Atlantic Treaty Organization, Jun 2003.
- UNITED NATIONS DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS. UN. *United Nations Peacekeeping Training Manual. Training Guidelines and Exercises*, United Nations.

- US ARMY TRAINING AND DOCTRINE COMMAND. *Peace OPS Multi-Service Tactics, Techniques and Procedures for Conducting Peace Operations*, FM 3-07.31, Fort Monroe, Virginia, October 2003.

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

- ANTUNES, Carlos e CAMACHO, César. “A intervenção das Forças Armadas no exterior”. (2005). JANUS Online, consultado em 19 de Julho de 2009, em: http://www.janusonline.pt/dossiers/dossiers_1997_3_10_b.html.
- BAPTISTA, TCor Paulo Luís A., “Afeganistão – Uma análise Geopolítica: Reflexões sobre questões da Paz e da Guerra”. (Junho, 2006). Revista Militar, consultado em 2 de Julho de 2009, em: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=71>.
- CARRIÇO, Maj Manuel Alexandre G., “As Operações de Apoio à Paz. Conceptualização e Dificuldades Sinérgicas”, in Revista Militar, Nº 6/7 – Junho/Julho 2000, pp. 556-574.
- CARRIÇO, Maj Manuel Alexandre G., “Os Novos Desafios Político Militares da NATO no Afeganistão”. (Junho, 2009). Revista Militar, consultado em 2 de Julho de 2009, em: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=438>.
- CORDEIRO, Carolina, “Portugal e as Missões de Paz na Ex. Jugoslávia (I)” (2005). JANUS Online, consultado em 19 de Julho de 2009 em: http://www.janusonline.pt/dossiers/dossiers_2005_4_3_7_b.htm.
- CORDEIRO, Carolina, “Portugal e as Missões de Paz na Ex. Jugoslávia (II)” (2005). JANUS Online, consultado em 19 de Julho de 2009, em: http://www.janusonline.pt/portugal_mundo/port_2005_4_3_8_c.html.
- COSTA, Cap Dias da, “A intervenção Aliada no Kosovo”. (Novembro, 2008). Revista Militar, consultado em 2 de Julho de 2009, em: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=292>.
- COSTA, Cap Dias da, “Política Europeia de Segurança e Defesa – Pós Constituição Europeia”. (Dezembro, 2005). Revista Militar, consultado em 22 de Julho de 2009, em: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=11>.
- DIM/EME, “A Carta das Nações Unidas e o Processo de Decisão das Operações de Paz”. Jornal do Exército, Junho/Julho de 1995, pp.13-16.
- DOMINGOS, João Marco, “Participação portuguesa em exercícios e operações conjuntas”. (1998). JANUS Online, consultado em 20 de Julho de 2009, em: http://www.janusonline.pt/dossiers/dossiers_1998fa_3_7_b.html.
- DUQUE, Cor Tir (Ref.) José Jorge, “Panorâmica Geral das Missões”. (2005). JANUS Online, Consultado em 19 de Julho de 2009, em: http://www.janusonline.pt/2005/2005_4_3_2.html.

- Ferreira, Maj Carlos Alberto M., “O Treino Orientado para a Missão”, Revista da Brigada de Intervenção “Treino e Prontidão Operacional”, Dezembro de 2007, pp. 90-93.
- GARCIA, Francisco Proença, “As forças Armadas e o Processo de Paz em Timor”. (Fevereiro, 2007) Jornal Defesa e Relações Internacionais, consultado em 20 de Julho de 2009, em: http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt_big.asp?id=408.
- GARCIA, Francisco Proença, “Timor Lorosa`e. Um Ensaio”. Revista Militar, Maio de 2001, pp. 427-450.
- JANEIRO, TCor Agostinho Aguiar P., “Experiência da LOT`s Portuguesas na Operação ALTHEA/EUFOR/BOSNIA HERZEGOVINA no Ano de 2005”. (Dezembro, 2006). Revista Militar, consultado em 27 de Julho de 2009, em: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=161>.
- MONTEIRO, TCor Pina, “O Futuro das Relações OTAN – UEO” in Jornal do Exército, Agosto 1996, pp. 18-20.
- OBSERVATÓRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, “Conflitos e Paz nos Nossos Tempos”. (1998). JANUS Online, consultado em 19 de Junho de 2009, em: http://www.janusonline.pt/dossiers/dossiers_1998fa_1_0_b.html.
- PEREIRA, TCor Maia, “Caracterização do Teatro de Operações”. Revista Azimute, Revista da Escola Prática de Infantaria, Nº 184, 2007, pp. 41-45.
- PETRAEUS, Gen USA Army David H., “Orientação de Contrainsurgência do Comandante da força Multinacional no Iraque”. (Janeiro/Fevereiro, 2009) Military Review, consultado em 19 de Junho de 2009, em: http://usacac.army.mil/CAC2/MilitaryReview/Archives/Portuguese/MilitaryReview_2009_0228_art004POR.pdf.
- PINTO, Cor Art Miguel, “O papel das Forças Armadas no Século XXI”. Jornal do Exército, Setembro 1996, pp. 29-34.
- PIRES, Brig Lemos, “Uma Nova OTAN?”. Jornal do Exército, Junho/Julho, 1996, pp.9-12.
- ROCHA, General (Ref.) Octávio de Cerqueira, “Portugal e as Operações de Paz na Bósnia: A preparação das Forças”. Nação e Defesa, Instituto de Defesa Nacional, Nº92 Inverno 2000 2ª Serie, pp. 71-92.
- SOUSA, Cor Francisco X. F., As capacidades Militares Terrestres nas Operações de Apoio à Paz. (Fevereiro, 2008). Revista Militar, consultado em 2 de Julho de 2009, em: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=240>.
- TELO, António José, “Das Guerras de África ao reencontro da tradição Atlântica”. (1998). JANUS Online, consultado em 19 de Junho de 2009, em: http://www.janusonline.pt/dossiers/dossiers_1998fa_2_2_b.html.

LEGISLAÇÃO E OUTROS DOCUMENTOS OFICIAIS

- DIÁRIO DA REPUBLICA, Concelho de Ministros, Resolução do Conselho de Ministros nº 6/2003 – Conceito Estratégico de Defesa Nacional, Assembleia da Republica, Lisboa, 20 Janeiro de 2003.
- Directiva Nº 91/CEME/02, Emprego das Forças Nacionais Destacadas em operações de controlo da Ordem Pública, Lisboa, COFT, 17 de Junho de 2002.
- Directiva Nº136/CEME/01,Apontamento do 1BIPara/BAI para Operação Joint Force/SFOR (2º Semestre/01) - Aditamento à directiva Operacional Nº 05/CEME/00, Lisboa, COFT, 31 de Maio de 2001.
- Directiva Nº170/CEME/07, Apontamento de uma UEC de Atiradores para a Quick Reaction Force (QRF) do COMISAF (1ºSemestre 2008), Oeiras, Cmd Op, 13 de Julho de 2007.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, Directiva Nº 28/CEME/00, Apontamento de Forças, Lisboa, EME, 7 de Junho de 2000
- UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). UN, Resolução 1867 (Original Inglês), Adoptada pelo Conselho de Segurança durante a 6086ª Reunião, Nações Unidas, Fevereiro 2009.

INTERNET

- ANTUNES, Conceição, MONTEIRO, Camilo, TEIXEIRA, Brito, BASTO, Jorge, GARCIA, Francisco & MARTINS, Santos, *Contributos para o emprego do Batalhão na Luta Contra Subversiva Actual*. Consultado em 19 de Maio de 2009, em http://triplov.com/miguel_garcia/cpos/cpos_01.html.
- *BiH*. Consultado em 2 de Julho de 2009, em http://www.euforbih.org/eufor/index.php?option=com_frontpage&Itemid=27.
- BERNASI, Jorgelina, Afeganistão. (nd.), Consultado em 11 de Julho de 2009, em <http://www.nodo50.org/observatorio/afganistan.htm>.
- CENSOS. Instituto Nacional de Estatística. (1960), Consultado em 17 Junho de 2009 em http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1960.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *EAST & SUTHEST: TIMOR-LESTE*. Consultado em 2 de Julho de 2009, em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/tt.html>.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *EUROPE: BOSNIA AND HERZEGOVIA*. Consultado em 6 de Julho de 2009, em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/bk.html>.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *EUROPE: KOSOVO*. Consultado em 2 de Julho de 2009, em

- <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/kv.html>.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *SOUTH ASIA: AFGHANISTAN*. Consultado em 6 de Julho de 2009, em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/af.html>.
 - *Comunicado do Concelho de Ministros de 8 de Janeiro de 2009*, consultado em 1 de Agosto de 2009, em <http://www.portugal.gov.pt/pt/GC17/Governo/ConselhoMinistros/ComunicadosCM/Pages/20090108.aspx>.
 - *Contra Subversão, Doutrinas*. Consultado em 20 de Maio de 2009, em <http://www.guerracolonial.org/index.php?content=129>.
 - *ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS, Missões actuais*. Consultado em 2 de Julho de 2009, em <http://www.emgfa.pt/pt/operacoes/missoes>.
 - *Ex. Jugoslávia: 25 Anos de Conflitos*. Consultado em 6 de Julho de 2009, em http://combate.info/index.php?option=com_content&task=view&id=91&Itemid=34.
 - *FND Kosovo*. Consultado em 2 de Julho de 2009, em <http://www.emgfa.pt/pt/operacoes/missoes/fnd-kosovo>.
 - GARCIA, Francisco Proença, *Tipologias e Espectro da Guerra*. Consultado em 20 de Maio de 2009, em http://www.triplov.com/miguel_garcia/tipologias_de_guerra/tipologias.htm.
 - *Guerra dos Balcãs (1914-1917)*. Consultado em 6 de Julho de 2009, [http://www.infopedia.pt/\\$guerrados-balcas-\(1914-1917\)>](http://www.infopedia.pt/$guerrados-balcas-(1914-1917)>).
 - *Identidade Europeia de Segurança e Defesa*. Consultado em 25 Junho de 2009, em http://europa.eu/scadplus/glossary/european_security_defence_identity_pt.htm.
 - *Kosovo – CIMIC pelo Agr MIKE*. (2009), Consultado em 15 de Julho de 2009, em <http://www.emgfa.pt/pt/noticias/arquivo>.
 - *Missões Petersberg*. Consultado em 25 de Junho de 2009, em http://europa.eu/scadplus/glossary/petersberg_tasks_pt.htm.
 - *NATO*. Consultado em 18 de Junho de 2009 em, <http://www.mdn.gov.pt/mdn/pt/Defesa/seg/nato/>.
 - *NATO (Organização do Tratado Atlântico Norte)*. Consultado em 25 de Junho de 2009, em http://europa.eu/scadplus/glossary/nato_pt.htm.
 - *NATO Renovada*. Consultado em 25 de Junho de 2009, em http://europa.eu/scadplus/glossary/nato_pt.htm.
 - *O Pan-Africanismo*. Consultado em 30 de Julho e 2009, em <http://www.geocities.com/EnchantedForest/Pond/9060/pan.html>.
 - *Organização e Dispositivo, Exército*. consultado em 3 de Junho de 2009, em <http://www.guerracolonial.org/index.php?content=144>.
 - *OSCE, Activities*. Consultado em 29 Junho de 2009, em <http://www.osce.org/activities/>.

- *Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD)*. Consultado em 25 de Junho de 2009, em http://europa.eu/scadplus/glossary/european_security_defence_policy_pt.htm.
- *Política Externa e de Segurança Comum (PESC)*. Consultado em 25 de Junho de 2009, em http://europa.eu/scadplus/glossary/foreign_security_policy_pt.htm.
- *Rambouillet Agreement, Interim Agreement for Peace and Self-Government in Kosovo*. Consultado em 16 de Julho de 2009, em http://www.state.gov/www/regions/eur/ksvo_ambouillet_text.html.
- *SOUTH ASIA: AFGHANISTAN*. Consultado em 11 de Julho de 2009, em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/af.html>.
- *The Western European Union (WEU)*. (2002), consultado em 1 de Agosto de 2009, em <http://www.nato.int/docu/handbook/2001/hb1504.htm>.
- *União da Europa Ocidental (UEO)*. Consultado em 25 de Junho de 2009, em http://europa.eu/scadplus/glossary/western_european_union_pt.htm.

DIAPOSITIVOS

- CURSO ELEMENTAR DE OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ (CEOAP). *Instrução e Treino*, EPI, Mafra, 2002.
- ESTRELA, Ten Rafael. *Caracterizar as Técnicas e os Procedimentos na execução de Cerco e Busca*, EPI, Mafra, 2008.
- ESTRELA, Ten Rafael. *Caracterizar as Técnicas e os procedimentos na execução de Escoltas*, EPI, Mafra, 2008.
- ESTRELA, Ten Rafael. *Caracterizar as Técnicas e os Procedimentos na Defesa de Áreas ou Pontos Sensíveis*, EPI, Mafra, 2008.
- ESTRELA, Ten Rafael. *Caracterizar as Técnicas e Procedimentos na execução de um Check Point*, EPI, Mafra, 2009.
- ESTRELA, Ten Rafael. *Conduzir um Patrulhamento*, EPI, Mafra, 2008.
- ESTRELA, Ten Rafael. *Controlo de Tumultos*, EPI, Mafra, 2008.
- SECÇÃO DE OPERAÇÕES / DEI / EPI. *Caracterizar as Operações de Apoio à Paz*, EPI, Mafra, 2008.

Glossário de Termos e Definições

AMEAÇA – “é qualquer acontecimento ou acção (em curso ou previsível) que contraria a consecução de um objectivo e que, normalmente, é causador de danos, materiais e morais. Podem ser de variada natureza (militar, económica, subversiva, ecológica, etc.)” (BORGES, 2008)

BANDOS ARMADOS – “representam um estado atrasado das guerrilhas, diferindo destas por uma organização menos detalhada, um equipamento menos eficaz e, principalmente, uma disciplina menos rigorosa”. (EME, 1963, Vol.I. Anexo. p. 5)

CONSENTIMENTO – “... Sem uma activa cooperação e consentimento das partes e da população não é possível alcançar uma paz prolongada e auto-sustentável. (...) Embora possa existir consentimento genérico a nível estratégico, pode não se verificar o correspondente ao nível tático. Grupos ou bandos locais em desacordo com os respectivos líderes, podem tornar-se hostis à força de manutenção de paz.” (EME, 2005, Cap.14, pp. 7-8)

FORÇAS DE INTERVENÇÃO – “conjunto de forças destinadas a levar a efeito uma pertinaz acção ofensiva contra os bandos armados e guerrilhas para a obtenção das finalidades inerentes à função de intervenção”. (EME, 1963, Vol. I. anexo. p. 21)

FORÇAS DE QUADRÍCULA – “Conjunto de forças dispersas por todo o território a pacificar, com sede nas principais povoações e determinados pontos importantes e destinado a guarnecer esse território para obtenção das finalidades inerentes à função de quadrícula. Forças de quadrícula e forças de intervenção constituem um único conjunto de forças, formado por sucessivos escalões, (companhia, batalhão, agrupamento, etc.). Cada um dos quais deverá, em princípio, compreender subunidades de quadrícula e subunidades de intervenção.” (EME, 1963, Vol. I. Anexo. p. 29)

GUERRA SUBVERSIVA – “luta conduzida no interior de um dado território, por uma parte dos seus habitantes, ajudados e reforçados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com a finalidade de lhes retirar o controlo desse território ou, pelo menos, de paralisar a sua acção.” (EME, 1963, Vol.I. Anexo. p.18)

GUERRILHAS – “forças muito rústicas, quer pela sua organização e equipamento quer pelos seus reduzidos efectivos das pequenas fracções em que normalmente se articulam para o combate, cujas características principais são a clandestinidade, o carácter local (...),

a rusticidade e a mobilidade. Actuam por surpresa e com grande rapidez, procurando manter uma constante e persistente agressividade (...) com a finalidade de: entravar certas actividades e serviços essenciais e criar na população um clima de medo...”. (EME, 1963, Vol. I. Anexo pp. 18-19)

IMPARCIALIDADE – “... principal requisito para preservar a confiança e conseguir a cooperação das partes em conflito, devendo constituir um dos principais reguladores da conduta das forças de paz. Como tal, não basta apenas actuar de forma imparcial. É igualmente necessário que tal seja percebido pelos beligerantes e pela população local, (...) procurar desenvolver o respeito e aceitação do processo de paz, (...) criar uma atmosfera de credibilidade em volta do processo de paz ...” (EME, 2005, Cap.14, p. 7)

LIMITAÇÃO DO USO DA FORÇA – “O uso da força deve ser sempre restringido ao mínimo indispensável, no entanto, se existir a necessidade de utilizar, a força de manutenção de paz deve ter em atenção as condições em que a mesma pode ser usada...” (EME, 2005, Cap.14, p. 8)

PROCEDIMENTOS – “são as modalidades de acção normalizadas e detalhadas que descrevem como executam as tarefas.” (FM3-90 *Tactics* (2001) in EME, 2005, Anexo B. p. 9)

QUADRÍCULA – Quadrícula é a sectorização do Teatro de Operações, a atribuir às forças de quadrícula. Na função de quadrícula são atribuídas missões específicas às forças de quadrícula e na função de intervenção são atribuídas missões específicas às forças de intervenção, devendo ser empregues nas zonas onde a forças de quadrícula seja reduzida ou inexistente. No entanto em operações militares de certo vulto podem ser criadas zonas de intervenção podendo coincidir ou não com os limites dos sectores de Quadrícula.

RISCO – “é a probabilidade de exposição a actividades perigosas. O nível de risco é expresso em termos de probabilidade de perigo e gravidade.” (FM-101-5 *US Staff Organization and Operations*, 1997).

RULES OF ENGAGEMENT (ROE) – “são directivas para as Forças Militares (incluindo os indivíduos) que definem as circunstâncias, condições grau e modo, em que a força, ou acções que possam ser interpretadas como provocatórias, podem ser aplicadas. Ainda de acordo com o mesmo documento, não devem ser usadas para atribuir tarefas ou dar instruções de âmbito táctico. (MC 362/1 – *NATO Rules of Engagement* (Julho 2003) in EME, 2005, Cap. 2, p.13)

SECTOR – “é uma área designada por fronteiras dentro da qual uma unidade opera e pela qual é responsável”⁵³ (AAP-6 NATO, 2007)

SUBVERSÃO – “Acção destinada a enfraquecer a força militar, económica ou política de uma nação pelo minar do moral, da lealdade e fiabilidade dos cidadãos.”⁵⁴ (AAP-6 NATO, 2007)

TÁCTICA – “emprego de unidades em combate. Inclui a disposição adequada de unidades de manobra em relação ao terreno, inimigo e forças amigas, para traduzir o potencial de combate nas batalhas e empenhamentos.” (FM 3-90 *Tactics* (2001) in EME, 2005, Anexo B. p.10)

TÉCNICAS – “são métodos gerais e detalhados para a utilização de pessoal e equipamento, usados pelas forças e pelos comandantes para a executar as missões atribuídas.” (FM 3-90 *Tactics* (2001) in EME, 2005, Anexo B. p.11)

TERRORISMO – “é a utilização ou a ameaça ilegal, do uso da força ou violência, contra pessoas ou bens numa tentativa de coagir intimidar os governos ou a sociedade de alcançar os objectivos políticos, religiosos ou ideológicos.”⁵⁵ (AAP-6 NATO, 2007)

⁵³ Tradução livre do autor

⁵⁴ Tradução livre do autor

⁵⁵ Tradução livre do autor

Apêndice A – Quadrícula

Tabela A.1. Missões e procedimentos das forças de quadrícula

Forças de quadrícula	
Missões	Procedimentos
Defesa de pontos sensíveis, estabelecimento de postos militares	1. Postos militares 2. Postos de sentinela 3. Torres de observação 4. Postos de vigilância
Protecção de itinerários	1. Escoltas a colunas 2. Patrulhas 3. Defesa de pontos importantes do itinerário
Pesquisa de notícias sobre o inimigo e dados sobre terreno e população	1. Patrulhas 2. Acção Psicológica 3. Patrulhas de reconhecimento
Contacto com a população	1. Acções psicossociais; 2. Manutenção e restabelecimento da ordem; ▫ Dispersão de multidões e supressão de motins ▫ Guarda de pontos sensíveis ▫ Controlo de comunicações (barragens) ▫ Rusgas ▫ Escoltas 3. Controlo da população ▫ Recenseamento da população ▫ Enquadramento da população ▫ Controlo da informação pública ▫ Controlo de armas e de meios de transmissão e transporte ▫ Controlo de abastecimentos ▫ Controlo de movimentos ▫ Imposição de recolher obrigatório ▫ Reagrupamento das populações 4. Manutenção dos serviços essenciais
Acção Psicológica sobre o inimigo	1. Patrulhas (presença)

	2. Através da execução das missões de quadrícula
Hostilizar o inimigo na medida que os meios disponíveis o permitam	1. Patrulhas (locais menos guarnecidos) 2. Nomadização (Patrulhas) ▫ Emboscadas e golpes de mão

(EME, 1966)

Tabela A.2. Missões e Procedimentos das forças de intervenção

Forças de Intervenção	
Missões	Procedimentos
Socorrer unidades, povoações e instalações	1. Limpeza de zona (batida) 2. Limpeza de zona (cerco)
Procurar o inimigo e hostiliza-lo o mais possível por toda a parte ⁵⁶ .	1. Acção de patrulhamento (ofensivas) 2. Execução de operações ofensivas
Executar operações ofensivas contra elementos rebeldes e suas instalações	1. Limpeza de zona (batida e Cerco) 2. Limpeza de uma povoação 3. Golpes de mão 4. Emboscadas

(EME, 1966)

⁵⁶ Pela sua finalidade esta missão executa-se na missão de Executar operações ofensivas contra elementos rebeldes e suas instalações.

Apêndice B – Operações Militares

Tabela B.1. Tipos de tarefas/actividades em OAP

TIPOS DE ACTIVIDADES/TAREFAS EM OAP			
Observação e monitorização	Forças ou equipas de observadores que actuam próximo das partes e agem como olhos e ouvidos do escalão superior;	Inactivação de explosivos e limpeza de campos de minas	O facto de muitas vezes não haver registos, este tipo de tarefa é da responsabilidade das partes envolvidas no conflito;
Supervisionar tréguas e cessar-fogos	Inseridas em acordos de paz ou tratados; Separação, contenção, desarmamento e desmobilização das forças em confronto; Troca de prisioneiros, cadáveres, medidas de controlo de armamento; Ligação entre as partes e militares e civis; Mediação e negociação entre as partes em disputa; Investigação de denúncias e violações aos acordos; Apoio ao movimento e recolocação de refugiados e deslocados; Auxílio das Nações Unidas e forças de polícia no deslocamento para áreas seguras de elementos de etnias distintas residentes em zonas hostis;	Desarmamento, desmobilização e reintegração	Integrar na sociedade os militares excedentários;
		Interposição	Manter as partes separadas através de uma força e criar uma zona tampão;
		Protecção de operações humanitárias	Consiste normalmente em escoltas a colunas, protecção de depósitos e equipamentos e protecção dos elementos envolvidos;
		Contenção de conflitos	Prevenção de actos hostis que imponham beligerantes a cessação desses actos evitando a sua propagação;
		Protecção de operações humanitárias	Escoltas a colunas; Protecção de depósitos e equipamentos; Protecção de todos os elementos envolvidos;
Operações de restabelecimento da lei e da ordem	Normalmente para a polícia ou autoridades locais, no entanto se existem elementos ligados ao crime organizado, então pode ser de actuação da força militar tendo em conta a legislação nacional;	Separação de beligerantes	Requer um elevado grau de força para obrigar as partes envolvidas no conflito a separarem-se permitindo a actividade diplomática;

<p>Assistência à transição</p>	<p>Característica de uma situação pós-conflito. Supervisionar: a transição do poder para as autoridades civis; Administração e manutenção de serviços públicos, água, víveres, saúde, higiene; Protecção criando um ambiente seguro; Intervenção, fazendo face a novos conflitos; Controlo (recolher obrigatório); Coordenação, as actividades das agências civis; Lei e ordem, transferência de autoridade da força para as autoridades civis; Apoio a processos eleitorais;</p>	<p>Estabelecer e supervisionar áreas protegidas ou seguras</p>	<p>Desmilitarizar essas áreas e protegê-las através de patrulhamentos e controlo de acesso;</p>
<p>Imposição de sanções</p>	<p>Verifica-se quando a via diplomática falha. Negação de movimentos, económicas ou diplomáticas. À força militar compete fiscalizar;</p>	<p>Garantir e negar movimentos</p>	<p>Por mar, terra ou ar em determinadas áreas. São necessárias forças com elevado potencial. Imposição de zonas de exclusão marítima; Imposição de zonas de exclusão aérea; Criação de corredores seguros para permitir deslocamentos seguros;</p>

(EME, 2005, Cap. 14, pp.10-15)

Apêndice C – Teatro de Operações Analisados

Tabela C.1. Missões e procedimentos executados nas OAP

Dados retirados das Entrevistas Realizadas			
TO	Oficial entrevistado	Missão da Força	Procedimentos executados
Bósnia Herzegovina	Maj Gen Menezes comandante do AGR ECHO da SFOR Jan2001/Jul2001	Reserva Operacional Terrestre do Comandante da SFOR.	Preparar-se para assumir qualquer sector na zona de Operações da Bósnia Escoltas Segurança (celebrações); Controlo presencial e dissuasor: Patrulhas - Garantir a presença Contacto com população
Kosovo	TCor João Ribeiro Oficial de Operações do AGR DELTA da KFOR Ago2000/Mar2001	Estabelecer presença permanente na região de Klina e ocupar o sector Oeste do Kosovo integrada na Brigada Multinacional Oeste.	Controlar a povoação de Klina; Operações de cerco e busca; ▫ Operações psicológicas; ▫ Operações CIMIC; Controlo de pontos sensíveis ▫ Guardas ao Mosteiro de Gudisavci; Garantir liberdade de movimentos; ▫ Patrulhas; ▫ Chec-points; ▫ Operações de controlo de fronteira;
Timor	TCor Duarte Oficial de Informações do	Guarnecer o comando de sector, mater o controlo e segurança do sector central e assegurar a segurança e controlo permanente	▫ Chec-points; ▫ Patrulhas de reconhecimento e segurança;

	2BI/BLI Fev2001/Out2001	de pontos sensíveis em Díli	<ul style="list-style-type: none"> ▫ Contacto com a população ▫ Apoio sanitário (CIMIC) ▫ Guardas permanentes aos pontos sensíveis; ▫ Trabalhos de reconstrução (CIMIC)
Afeganistão	TCor Correia Comandante da 22CatPara da QRF da ISAF Ago2007/Fev2008	Reserva Operacional da ISAF Quike Reaction Force	<p>Força pronta a aplicar em qualquer parte do TO Afeganistão com prontidão de 120 min uma Companhia e 60 min Pelotão;</p> <p>Patrulhas - Controlar e minimizar a ameaça (presença);</p> <ul style="list-style-type: none"> ▫ Reconhecimentos do terreno; ▫ Reconhecimentos de itinerários; <p>Operações Ofensivas (Op. De cerco); Apoio a outras unidades;</p>

Apêndice D – Contra-subversão e OAP

Tabela D.1. Pontos de contacto entre as Operações de contra-subversão e as OAP.

Contra-subversão	Missões	Técnicas e procedimentos	PONTOS DE CONTACTO
Forças de quadrícula e Forças de Intervenção	Defesa de pontos sensíveis, estabelecimento de postos militares	Patrolhas; Barragens; Escoltas a Colunas; Defesa de pontos importantes do itinerário; Torres de Observação; Rusgas; Guarda de pontos sensíveis; Nomadização (Patrolhas); Emboscadas e golpes de mão; Limpeza de Zona (batida e Cerco); Limpeza de uma povoação; Acção Social e Psicológicas; Interdição de fronteiras	Patrolhas; Barragens ou Check-Points; Torres de Observação ou postos de Observação; Rusgas ; Guarda e controlo de pontos sensíveis; Escoltas a Colunas; Acção Social e Acção Psicológica ou Operações CIMIC e Operações Psicológicas; Interdição ou controlo de fronteiras;
	Protecção de Itinerários		
	Pesquisa de Noticias sobre Inimigo e dados sobre Terreno e População		
	Contacto com a população		
	Acção Psicológica Sobre o Inimigo		
	Hostilizar o Inimigo na medida que os meios disponíveis o permitam		
	Socorrer unidades, povoações e instalações		
	Procurar o inimigo e Hostiliza-lo o mais possível por toda a parte.		
	Executar operações ofensivas contra elementos rebeldes e suas instalações		

OAP	Missões	Técnicas e procedimentos	Limpeza de uma zona ou povoação ou Operações de cerco e Rurgas ou operações de cerco e busca;
“Forças de sector” e Forças de Reserva	Ocupar e manter segurança no sector e controlar a população	Patrulhas; Check-Points;	
	Ocupar e manter segurança no sector e controlar a população	Escoltas; Controlo de pontos sensíveis;	
	Reserva Operacional Terrestre	Controlo de fronteiras; Operações CIMIC;	
	Reserva Operacional (Força de Reacção rápida)	Operações psicológicas; Operações de Cerco; Cerco e Busca;	

Apêndice E – Análise Conflitual dos Balcãs, Timor-Leste e Afeganistão

E.1. Balcãs (Bósnia-Herzegovina e Kosovo)

Os Balcãs situam-se na região Sudeste da Europa que engloba entre outros países, a Bósnia-Herzegovina e o Kosovo, palcos dos conflitos que se passará a analisar.

A Bósnia-Herzegovina partilha a sua fronteira com a Sérvia a Oeste, com a Croácia a Norte e a Este e a Sul com o Montenegro. O Kosovo faz fronteira a Norte e a Este com a Sérvia, a Sul com a Macedónia e a Oeste com o Montenegro e a Albânia.⁵⁷

Os Balcãs conheceram ao longo da sua história vários conflitos perpetrados por razões étnicas, religiosas, culturais, históricas entre outras. A sua diversidade religiosa não desmente aquilo que ao longo de anos se traduziu em confrontos sangrentos, desde a religião católica na Eslovénia e Croácia, os Ortodoxos na Sérvia e Montenegro e a religião Muçulmana na Bósnia-Herzegovina e Macedónia.

No final da II Guerra Mundial o general Tito unificou estes territórios na II República Jugoslava (Sérvia, Croácia, Eslovénia, Bósnia Herzegovina, Macedónia, Montenegro e Vojvodina e Kosovo, duas províncias autónomas), mantendo com uma disciplina de ferro o equilíbrio entre estes territórios culturalmente tão pouco uniformes. Em 1963 atribuiu ao Kosovo o estatuto de província autónoma, que viria a ser alargado em 1974, obtendo participação directa no Governo Federal da Jugoslávia. (COSTA, 2008)

Apesar da unificação das Repúblicas, as Nações mantinham a sua diversidade. Sérvios, croatas, eslovenos, montenegrinos e muçulmanos e ainda algumas minorias étnicas como húngaros, checos e albaneses, sentavam-se à mesma mesa num regime totalitário imposto pelo General apesar das divergências étnicas, religiosas e linguísticas.

Com o objectivo manifesto de devolver a terra sagrada do Kosovo aos Sérvios, Slobodan Milosevic chega ao poder em 1989, após a morte do General Tito. Este exacerbar nacionalista, vai expandir-se, e em 1991 a Eslovénia e a Croácia abandonam a federação jugoslava. Em resposta, a Sérvia sob o poder de Milosevic, impõe-se a esta decisão e irrompe uma guerra civil expandindo-se à Bósnia-Herzegovina, que em 1990 tinha realizado eleições livres ganhas pelos partidos nacionalistas étnicos muçulmano, sérvio e croata. (COSTA, 2008)

Entretanto, no Kosovo, alguns líderes sérvios incitavam ao êxodo dos kosovares (de origem albanesa). Face a este acontecimento, os kosovares realizam eleições clandestinas e elegem o líder da Liga Democrática do Kosovo, Ibrahim Rugova. Em 1992 Slobodan Milosevic é reeleito, numas eleições marcadas pela abstenção Kosovar. (COSTA, 2008) Neste mesmo ano foi proclamada a independência da Bósnia-Herzegovina, desde logo reconhecida pela CEE. Escolhida a capital Sarajevo, num referendo popular em que participaram muçulmanos e croatas e boicotado pelos sérvios. Estes, por seu turno,

⁵⁷ Ver Anexo H – Bósnia Herzegovina e Kosovo, fig. H.1. Fronteiras das Bósnia e do Kosovo, fig. H.2. Localização da Bósnia Herzegovina, fig. H.2. Localização do Kosovo.

proclamam a República Sérvia da Bósnia Herzegovina com capital em Pale, com o objectivo de se unir à federação Sérvio-Montenegrina de Belgrado. Apoiados pelas milícias e pelo exército federal jugoslavo, iniciam uma intervenção violenta sobre as restantes etnias resultando em cerca de um milhão de refugiados. (CALMEIRO & MAGRO, 2005, pp. 31-32)

Depois da intervenção levada a cabo pela NATO, com o aval da ONU, Milosevic senta-se à mesa de negociações em Novembro de 1995. É assinado o acordo de Dayton, impondo a paz entre croatas, sérvios e muçulmanos da Bósnia, encerrando um dos piores conflitos na Europa após a II Guerra Mundial. (CIA, 2009)

Entretanto, no Kosovo, estimulados pelo aparente sucesso da luta travada pelos muçulmanos na Bósnia, os kosovares acordam para correntes de pensamento mais belicistas, como o Exército de Libertação do Kosovo (UCK). (COSTA, 2008)

Com Belgrado centrado no Kosovo e na sua política de exportação dos kosovares, o UCK perpetra acções subversivas contra os polícias e civis sérvios. Em 1998, as forças sérvias lançam uma grande ofensiva contra o UCK, provocando um derrame de sangue e o êxodo de milhares de albaneses. Com o intensificar dos massacres pela sérvia, os kosovares divulgam-nos de forma a apressar a participação de forças internacionais no processo de paz. A 15 de Outubro de 1998 foi estabelecido um acordo de cessar-fogo com a separação das partes envolvidas no conflito, processo monitorizado pela NATO e por cerca de 1500 verificadores (*Kosovo Verification Mission/OSCE*) para fiscalizar o cumprimento do acordo. Três meses depois, cessa a actividade da KVM/OSCE devido a ameaças e incidentes provocados pelo UCK. (CALMEIRO & MAGRO, 2005, p. 17)

Em 1999, é apresentado um plano de paz aos representantes da Sérvia e do Kosovo pelo embaixador dos EUA na Macedónia/FYROM⁵⁸. O acordo não agradava a nenhuma das partes e com o ressurgir de novos massacres de origem Sérvia, a comunidade toma uma atitude radical. No dia seis de Fevereiro do mesmo ano é convocada uma conferência em Rambouillet⁵⁹ que contou com a presença dos ministros dos negócios estrangeiros britânico e francês e dos Embaixadores da Rússia, EUA e da Áustria. Foi imposto um prazo de duas semanas para uma solução de paz entre os dois beligerantes, e algumas imposições não negociáveis, o que criou desde logo resistência pelas partes em confronto. No entanto, os representantes do Kosovo acabaram por ceder, contrariamente a Sérvia que nunca teve Slobodan Milosevic presente nas negociações, não cedeu às exigências. (COSTA, 2008) Este fracasso levou à intervenção da NATO, através de bombardeamentos sobre o território da Sérvia, com o intuito de obrigar o governo de Belgrado a aceitar o plano de paz proposto.

Consequência da pressão militar, alcançou-se um acordo de paz que decretou a retirada das tropas da Sérvia do território do Kosovo e o fim dos bombardeamentos e a

⁵⁸ Nome oficial da Macedónia: Antiga República Jugoslava da Macedónia (*“Former Yugoslav Republic of Macedonia”* – FYROM)

⁵⁹ O acordo de Rambouillet foi assinado em Bona na Alemanha pelos Ministros da Alemanha, EUA, França e Grã-Bretanha procurando uma solução pacífica, multiétnica e democrática para o Kosovo.

aprovação da resolução 1224 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que entre outras medidas autorizava a implementação de uma força de segurança internacional da NATO (KFOR) e uma administração interina (UNMIC), ambas sob a égide na ONU. (CALMEIRO & MAGRO, 2005, pp. 48-49)

Desde 2005 que a ONU conduziu um processo de paz, para determinar o estatuto final do Kosovo. As negociações decorreram entre 2006 e 2007, não se chegando a acordo entre as duas capitais, Belgrado e Pristina. A 17 de Fevereiro de 2008, o Kosovo declarou-se independente, sendo actualmente reconhecido por mais de 50 países. A Sérvia, contudo, continua a rejeitar essa independência. (CIA, 2009)

E.2. Timor-Leste

Timor Lorosae localiza-se no Sudeste Asiático, a Noroeste da Austrália e a Leste do arquipélago da Indonésia.⁶⁰

As actividades pro-independência neste território apenas surgem com os acontecimentos do 25 de Abril em Portugal. Emergem grupos como a União Democrática Timorense (UDT), que defendia a autonomia com vista à independência; Associação Democrática Timorense (APODETI) a favor da integração do território na Indonésia; a Associação Social Democrática de Timor (ASDT), que originou a Frente Revolucionária de Timor Leste Independente (FRETILIN), defensores da independência; para além destes grupos surgiram outros de menores dimensões com as suas ideias de restauração do seu poder naquele território. (GARCIA, 2007)

Com o desenrolar de acontecimentos subversivos, a UDT e a FRETILIN unem-se para evitar que Indonésia pudesse vir a anexar aquele território. Contudo, a UDT retira-se da coligação e a FRETILIN pretende ser reconhecida como a único representante do Povo de Timor, iniciando um processo de recrutamento de milícias e mobilização de forças para a fronteira.

Nas eleições do Verão quente de 1975, já com uma proposta do Governo Português de um governo de transição por três anos, a FRETILIN obtém 55% dos votos. Um mês depois, a UDT reivindica a vitória nas eleições e parte para uma ofensiva, criando uma guerra civil no território. (GARCIA, 2007)

Nestas circunstâncias, o governador português abandona o país, e a 28 de Novembro desse ano Timor Leste declara a independência de Portugal, sendo invadida pela Indonésia nove dias depois. (CIA, 2009)

A invasão por parte da Indonésia, com o acordo da UDT e APODETI entre outros grupos, leva à proclamação de um governo provisório em 1976, formado com elementos destes grupos, o qual proclama formalmente o território como a 27ª província da Indonésia, Timor Timur. Portugal condena esta iniciativa e expõe o caso à ONU que desaprova de

⁶⁰ Ver Anexo I – Timor-Leste, fig. I.1. Timor-Leste e Oecussi Ambeno, fig. I.2. Oecussi Ambeno.

imediatamente a acção tomada pela Indonésia. A população, desagradada com a situação, reage juntamente com as Forças Armadas de Libertação de Timor (FALINTIL) e inicia-se uma resistência contra a autoridade Indonésia. (GARCIA, 2007)

Com Xanana Gusmão no Conselho Nacional de Resistência Maubere, são desenvolvidas acções com o fim de perturbar a ordem estabelecida e com isso, desacreditar o poder e depreciar as autoridades. Intensificaram-se as acções violentas e em 1998 o prémio Nobel da Paz é entregue a dois Timorenses, Ramos Horta e D. Ximenes Belo, facto que chamou a atenção mundial para a situação do território de Timor-Leste.

Após esforços da resistência Maubere e do Governo Português e já com o General Habibie na presidência da República da Indonésia, é acordado um referendo popular a 30 de Agosto de 1999. Com a responsabilidade da ONU (UNAMET) em supervisionar este referendo, a população votou por larga maioria a independência do território. (CIA, 2009)

Estes resultados geraram uma onda de violência contra os timorenses por milícias pro-indonésia, apoiados pelas forças de Jacarta. Estes acontecimentos conduziram à destruição do território, à morte de cerca de mil e quatrocentos timorenses e empurrou para Timor Ocidental cerca de trezentos mil refugiados. (CIA, 2009)

Com o deteriorar da situação no território, o Conselho de Segurança da ONU autorizou a criação de uma força multinacional com o objectivo de restabelecer a paz e a segurança no território de Timor-Leste (INTERFET – *“International Force in East Timor”*). A sua chegada coincidiu com a retirada das forças Indonésias e do relatório elaborado constava a inexistência de qualquer administração civil. É então criada a *“United Nations Transitional Administration in East Timor”* (UNTAET) responsável pela administração global, com poderes legislativo, executivo e judicial e com as componentes de governo e administração pública, reabilitação humanitária e de emergência e componente militar (substituindo a INTERFET). (CALMEIRO & MAGRO, 2005, pp. 118-119)

A 20 de Maio de 2002 Timor-Leste foi reconhecido internacionalmente como um Estado independente, terminando a administração transitória da UNTAET. Criada a *Nations Mission in Support of East Timor* (UNMISSET) pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas com o objectivo de criar estabilidade e viabilidade das estruturas básicas da administração de Timor-Leste, desenvolvimento das forças policiais e contribuir para a segurança interna e externa do território. (CALMEIRO & MAGRO, 2005, pp. 122-123)

As infra-estruturas destruídas ainda não foram satisfatoriamente reconstruídas e o regresso dos refugiados tem-se verificado lento, facto aproveitado por milícias que contestam os resultados do referendo. O processo de reintegração dos refugiados é um processo frágil na reocupação das terras. Com a retirada dos refugiados, as terras ficaram abandonadas, muitas das quais foram ocupadas pela população que não saiu do território. Por outro lado, este regresso acarreta mais desemprego, cerca de 80 por cento da população urbana está desempregada. A acrescentar a este facto, o crescente número de

grupos que lutam contra a desigualdade social (gangs e escolas de artes marciais) põe em risco a paz e instabilidade social. (GARCIA, 2007)

E.3. Afeganistão

Devido à sua localização geográfica, este território no Sudoeste da Ásia, desde o início da sua história tem sido constantemente fustigado por consecutivos conflitos.

O Afeganistão partilha as suas fronteiras com o Irão, Paquistão, Uzbequistão, Turquemenistão, Tajiquistão e China⁶¹. A sua orientação religiosa passou pelo Budismo até ao actual Islamismo instaurado na expansão dos exércitos Árabes, portadores da mensagem do Islão e posteriormente na expansão do Império Mongol, consolidado por Tamerlão nas suas conquistas sangrentas na unificação do território. Actualmente, o Islamismo Sunita é a religião dominante, havendo duas minorias xiítas, os hazaras na zona central do Afeganistão e os ismaélis do Nordeste. (MARSDEN, 2002)

Em 1747, Ahmad Shad Durrani unificou as tribos Psthune e fundou o Afeganistão. O país servia como tampão entre a Inglaterra e a Rússia, e estava no rumo da colonização da Índia. Estas tensões levam à celebração de diversos acordos entre ambos e ao estabelecimento de fronteiras no Norte do território e à separação do Afeganistão do actual Paquistão (Linha Durand), que dividiu a população Psthune. (BATISTA, 2006)

Após a morte de Habib Allah em 1919, desencadeia-se a terceira guerra Anglo-Afegã, a qual termina com a celebração do tratado de Rawalpindi, onde se reconhece a independência do país. Com Amanullah Kahn (1923-1929) no poder, foram enviadas para a Europa, EUA e países da Ásia, delegações com a missão de estabelecer novas relações diplomáticas. Foi estabelecida uma relação amistosa com o Governo Russo que surgiu da revolução, facto que contribuiu para dificultar as posteriores tentativas colonizadoras da Grã-Bretanha. (BATISTA, 2006)

A política de Amanullah Kahn de estabelecimento de novas relações de prosperidade com a Europa, contou com a oposição forte nos chefes muçulmanos e nas tribos conservadoras. Com a afirmação de oposição a estas políticas surgem novos partidos apoiados em etnias fortes como os tadjique, hazara e phsthune apoiados nos tradicionalismos islâmicos. Como Primeiro-Ministro, Mohammad Dahud Kahn (1953-1963) impõe reformas educativas e sociais no âmbito de uma política pro-soviética, fomentando maiores oposições nas regiões psthune tanto no Paquistão como no Afeganistão. Em 1973, Dahud Kahn proclama-se presidente, após derrubar Zahir Shah com um golpe militar. Como presidente, implementa reformas para diminuir a dependência soviética da República do Afeganistão. Em 1978, um novo golpe militar coloca no poder Mohammed Taraki, o qual proclama a República Democrática do Afeganistão e promove a junção das duas facções do

⁶¹ Ver Anexo J – Afeganistão, fig. J.2. Localização do Afeganistão.

Partido Democrático do Povo Afegão (PDPA) instaurando um novo governo. (BATISTA, 2006)

A situação conflitual vivida no interior do país, leva a Rússia em 1979, a lançar uma nova ofensiva, para dar continuidade ao poder soviético no território. Fortemente contestada pela comunidade internacional, a invasão soviética entrega o poder a Babrak Karmal, que devido a rivalidades internas e às reformas comunistas no país, sofre forte oposição da maioria muçulmana. Apesar das tentativas de Karmal na conciliação, os rebeldes mujahidin obtêm ajuda internacional (EUA, Irão e Arábia Saudita) para a luta contra o regime comunista. (BATISTA, 2006)

Com a retirada total, das forças militares russas em 1989, o país mergulha numa guerra civil. Após vários esforços internacionais e face ao desinteresse dos governantes nos acordos de paz no território, em 1995 os Talliban surgem como conciliadores da paz em certas zonas do país. Os Talliban, na sua maioria estudantes islâmicos das escolas Paquistanesas de etnia Psthune, conseguem tomar o controlo da cidade de Kandahar em poucos dias e começam a ser recebidos com bons olhos nas regiões Psthune do país. As suas políticas assentaram numa conduta Islâmica Ortodoxa, com severas restrições às mulheres, no que diz respeito aos direitos, educação, trabalho e na sua presença em público e imposições aos homens no uso de longas barbas. A transgressão da lei Islâmica estabelecida era punida com severos castigos, como a amputação das mãos ou execução pública. (BERNASI)

Na sequência do onze de Setembro de 2001, e face à recusa, por parte dos Talliban, de entregar Ossama Bin Laden (líder da Al-Qaeda), considerado pelos EUA o responsável pelos ataques terroristas em New York, é lançada uma ofensiva militar. O objectivo passava por derrotar os extremistas Talliban e o seu líder Mullah Mohammed Omar, bem como capturar Ossama Bin Laden e destruir a rede terrorista Al-Qaeda. Com o apoio dos adversários ao poder estabelecido no Afeganistão, integrados na Aliança do Norte, é lançada pelos EUA uma ofensiva militar para retirar do poder os Talliban. Findas as operações militares, é assinado o Acordo de Bona, onde se estabelece a instauração de um governo transitório. (BERNASI) Entretanto, através de uma Resolução da ONU, é decidido o emprego de uma Força Internacional de Assistência e Segurança (ISAF). (BATISTA, 2006)

O Afeganistão é um dos países mais pobres do mundo, sendo a sua agricultura de subsistência gravemente afectada nos processos de irrigação pelos conflitos com a ex. União Soviética. (BATISTA, 2006)

Sem possuir recursos ou matérias-primas importantes, as fontes ilícitas de rendimentos formam uma economia ilícita e clandestina. Paralelamente, os “senhores da guerra” conquistaram territórios aos Taliban e consolidam o seu poder na manutenção de contactos com os países vizinhos e na manutenção de exércitos privados numa administração autónoma e com uma fonte de rendimentos no tráfico de ópio. (CARRIÇO, 2009)

Após a acção internacional no território Afegão, a monopolização do poder impediu a constituição de um governo multi-étnico equilibrado. A Aliança do Norte, predominantemente composta por facções Tadjiques, Uzbeques e Hazaras, recusou partilhar o poder com os outros grupos. A recusa à integração de outras facções, está a provocar descontentamentos e desconfiança, principalmente entre a maioria Psthune (maior grupo étnico do Afeganistão). (CARRIÇO, 2009)

As tensões étnicas verificam-se um pouco por todo o país, o que remete para o assunto dos refugiados, cujo regresso gera disputas pela posse da terra e da água, acentuando as tensões étnicas.

Apêndice F – Entrevista 1

Nome: Faria Menezes

Posto: Major General

Função: 2ºCmdt da AM

Data: 13 de Junho de 2009

Desde já o meu agradecimento pela disponibilidade.

Em virtude de ter participado numa missão de apoio à paz na Bósnia Herzegovina. Por ter desempenhado funções de Comandante da FND, considero esta entrevista de extrema importância.

1. Como foi formada a unidade para cumprir a Operação de Paz?

Era comandante do 1ºBIMec e recebi a missão de preparar uma FND no ano de 2000 para o TO do Kosovo. Posteriormente por motivos políticos passou a ser orientada para o TO da Bósnia Herzegovina. A Unidade tinha como organização um Comando e Estado Maior, uma companhia de Apoio de Serviços, um Esquadrão de Reconhecimento e uma Companhia de Atiradores, que formavam o Agrupamento ECHO. A maior parte das sub-unidades pertenciam à Brigada Mecanizada com base no 1ºBIMec, no Grupo de Carros de Combate e no Esquadrão de Reconhecimento, depois por dificuldades, veio um pelotão completo da Escola Prática de Cavalaria e ainda elementos de várias unidades do resto do país.

2. Que tipo de tarefas/acções foram treinadas para as OAP?

O aprontamento tem várias fases, eu diria que este caso não foi muito o exemplo, porque tivemos a mudança de TO. A primeira fase é aquisição de especialidades (condutores de VBTP - Chaimite), cursos de material diversos que só há nas FND, curso de transmissões, portanto a preparação individual do pessoal, depois instrução, da fase secção até à fase companhia (SubAgr). Nesta fase treinamos as tarefas todas que iríamos utilizar nas operações de apoio à paz, ou fundamentalmente essas. De combate só fizemos um exercício de fogos reais, mas nunca treinamos muito as tarefas de combate, porque a missão não era de combate.

3. Como caracteriza o ambiente encontrado (na Bósnia)?

Em 2000, o acordo de Dayton tinha estabelecido que havia duas entidades, a entidade Bósnia-Sérvia e a Bósnia Muçulmanocroata (croatomuçulmana), nesse período vivemos um período de grande estabilidade porque os croatas consideravam que eram a 3ª entidade, portanto, opunham-se a alguns aspectos mas nunca ouve uma oposição formal. O sector mais crítico era onde havia croatas. E tivemos muitas operações de contenção desta violação do acordo.

4. Qual foi a missão atribuída à sua unidade?

O Agr ECHO tinha por missão a Reserva Operacional Terrestre, ou seja, eramos uma das duas reservas da SFOR, a reserva aérea (helicópteros) Americana e a reserva terrestres que éramos nós. Com prazos de intervenção de uma companhia em 24 horas em qualquer parte da Bósnia. Portanto era esta a missão de uma forma geral: o Agr ECHO prepara-se para em 24 horas assumir qualquer sector na zona de operações da Bósnia.

Não éramos uma força de quadrícula, não tínhamos sector atribuído, estávamos 30 km a norte de Sarajevo, tínhamos um campo de futebol que era uma zona de aterragem (ZA/ZL) onde vinham ter connosco os helicópteros para nos transportar para qualquer local da Bósnia. Treinamos operações aeromoveis, tivemos 10 dias no TO que só treinamos isso, ou seja, habituação ao TO. No entanto não sendo uma força com sector atribuído, havia operações que se chamavam "Framework Operations". Os sectores que estavam atribuídos a cada Batalhão, SubAgrupamento ou Agrupamento, havia vários, normalmente tinham necessidade de retrair o dispositivo para fazer treinos, fogos reais, por alguma razão reforçar o sector e então tínhamos operações de cerca de 15 dias em que entrávamos num sector de companhia e assumíamos esse sector com todas as dificuldades que isso tem.

5. A unidade era solicitada para prestar algum tipo de apoio? Às autoridades civis? À população?

Sim fizemos. As operações continuavam normalmente, o facto de ser uma companhia portuguesa que entrava no sector britânico não diminuía as operações. Isto é, se houvesse a necessidade de ir inaugurar uma mesquita no sector sérvio a operação era feita pela força portuguesa, se houvesse necessidade de escolta de uma ajuda humanitária os portugueses faziam como se fizesse a força da região, era indiferente a nacionalidade, a questão era mais a arrumação táctica do Comandante de Batalhão com as nossas companhias. Para além destas colaboramos em seis operações de inauguração de mesquitas em território Sérvio no Norte e fizemos uma operação mais perigosa na Bósnia que são as celebrações do massacre de Severnitja, é sempre uma operação que envolve muitos meios.

6. Relativamente a vias de comunicação e itinerários existia alguma limitação, algum controlo necessário ou outra acção (por exemplo desminagem)?

O nosso controlo era meramente presencial e dissuasor.

7. Relativamente aos meios de comunicação, constantemente estamos a ser confrontados com informações sobre acontecimentos decorrentes das OAP. Estes são usados tanto por aqueles que resistem à presença da força, como pelas nossas forças. O objectivo de ambos é a influência da população. Houve alguma medida implementada para minorar a acção dos rebeldes?

Naquela época vivia-se o problema relacionado com o urânio empobrecido, que haviam fortes radiações no local, que os soldados vinham com graves sequelas do contacto com esse tipo de material e portanto foi na fase de preparação, enquanto os meus camaradas que lá estavam tiveram a presença dos jornalistas para ver o caso real, aproveitaram-se da retaguarda onde estava a minha força em aprontamento para atacar o “moral” da nossa tropa de uma maneira que considero que foi o grande desafio e também a grande responsabilidade deste AGR, cimentar os laços fortes.

Em 2000 a SFOR não era bem vista mas era aceite, a comunicação social da altura atacava muito o sector espanhol, era o sector mais forte por causa da minoria croata. Sei que na comunicação internacional a Croácia fazia grande força e apoiava a terceira entidade, que o acordo fosse em vez de ser federação croato-muçulmana e federação sérvia fossem três entidades mas isso era uma agenda internacional na força táctica nunca apareceu isso.

8. Embora normalmente exista o consentimento da população na presença da força, existem sempre resistências. Encontrou-as?

Éramos muito bem aceites. E o que fizemos como qualquer força de quadrícula tem de fazer, é conhecer primeiro os líderes locais do sector onde estávamos instalados, que embora fosse italiano, nós é que estávamos lá, portanto o presidente da câmara tem de ser conhecido o comandante da unidade do exército local Bósnio (vamos chamar-lhe assim), era o comandante de toda a artilharia da Bósnia.

9. Teve necessidade de executar operações ofensivas? (Op. Ofensivas = Limpeza de zona (cerco e operações de busca); limpeza de povoação; golpes de mão e emboscadas);

a. Essas acções continuam a ir de encontro ao preconizado pelas OAP?

Eram operações normais de patrulhamento de garantia de presença militar no sector. Havia itinerários, por exemplo no sector americano tinha um plano de patrulhas que era obrigatório fazer, a única alteração portuguesa foi alterar os horários. Garantir que a segurança da zona se mantém estável. E como é que se garante isso? Com patrulhas, com a presença militar íamos com um intérprete com duas viaturas e falávamos com a população independentemente do sector que fossemos ocupar.

10. Para além das tarefas mencionadas acha importante referir outra (s) que tenha desenvolvido?

Não.

11. Gostaria ainda de lhe perguntar, em que medida existe alguma semelhança nas actuais operações de apoio à paz comparativamente às operações de contra-subversão conduzidas na guerra de África?

Eu como sou um estudioso da Guerra do Ultramar, só tenho um contributo para te dar que é muito parecido o sistema que nós tínhamos da força de quadrícula e de intervenção. Só que depende da escalada do conflito, portanto em 2000 diria que não há razão para ter uma força de intervenção dura. Noutras situações, tem que haver forças locais que conheçam profundamente os problemas de cada zona e quando houver o foco de tensão ou ela imediatamente o contém ou cria condições para intervir a força de intervenção.

Na minha opinião pessoal eu diria que há muita semelhança se tivermos a pensar na força que inicialmente entra nesses TO's. Uma força sempre com a característica de CRO, de operação de paz. Eu diria que a força que entra tem muitas técnicas que são claramente técnicas tiradas dos famosos manuais que são doutrina aplicável agora.

Apêndice G – Entrevista 2

Nome: Oliveira Ribeiro

Posto: Tenente-Coronel

Função: 2ºCmndt da EPI

Data: 8 de Junho de 2009

Desde já o meu agradecimento pela disponibilidade.

Em virtude de ter participado numa missão de apoio à paz no Kosovo. Por ter desempenhado funções de Oficial de Operações da FND, bem como ter contribuído na elaboração do manual de OAP da EPI em 1996, considero esta entrevista de extrema importância.

1. Como foi formada a unidade para cumprir OAP?

O Agrupamento DELTA da BrigMec foi a 3ª FND a ser projectada para o TO do Kosovo em 2000/2001. Foi formada com base em unidades desta brigada, sediada no RC-4, o comandante era o TCor Cav Banazol. Como sub-unidades de manobra tinha o ERec do RC 4 e a Companhia de Atirados Mecanizada do 1BIMec; o Esquadrão de Comando e Serviços formado a partir do RC-4, o restante sobrando da BrigMec e ainda foi completado pelas Unidades do Exército.

2. Na fase de aprontamento a força preparou-se para OAP?

a. Qual foi a base doutrinária para a condução do aprontamento?

O aprontamento de uma FND começa sempre com a difusão de uma directiva do General Chefe (CEME) que atribui a responsabilidade ao Comando Operacional, posteriormente a uma Grande Unidade (BrigMec) e por último ao Agrupamento (RC-4). Essa directiva estabelece qual é a missão, como vai ser executada, que tipo de apoios têm de ser disponibilizados para o aprontamento, e dá a ideia de um conceito como o aprontamento irá ser executado.

b. Em que consiste o treino/aprontamento?

Para preparar uma FND para um TO, tem de se levar em linha de conta as necessidades de formação, ou seja, o tipo de missão define a necessidade de determinado tipo de valência dos militares, (exemplo condutores têm de ter formação no tipo de viatura que irá equipar a FND). Há necessidade de adequar o plano de treino às necessidades reais de formação, a partir da directiva inicial para preparar a FND com as capacidades definidas nessa directiva. Concluídas as necessidades de formação da unidade, é ajustado o plano de treinos da força.

A preparação da FND tinha duas componentes, uma genérica que se destinava fundamentalmente a criar o espírito da unidade e outra numa preparação orientada para a missão, que se destinava fundamentalmente a familiarizar a unidade com que ela iria viver. Se a missão fosse de preparar a unidade para uma operação convencional, seria preparada para o máximo de risco operacional, para toda uma panóplia de actividades militares de

grande intensidade. Nas OAP, não se deve, à partida, fazer isto porque se está a induzir nos elementos da FND um nível de agressividade que não é muito compatível com o tipo de missão que vão cumprir. No entanto, isto já foi muito mais verdade do que é agora, o desafio que existe em preparar uma força para uma operação de apoio à paz é maior porque não se deve induzir um nível de agressividade muito grande mas deve-se acautelar o risco que poderá acontecer a qualquer momento.

Tens de preparar a tua unidade para a missão fundamental que é uma OAP garantindo que a unidade tem capacidades de sobrevivência caso seja chamada a uma intervenção mais dura, mas isto tem limites, e por isso uma unidade demora seis meses a preparar. O treino é mais complexo porque os materiais que estão a trabalhar são pessoas.

3. Como caracteriza o ambiente encontrado (no Kosovo)?

O Kosovo era uma porção de território integrado na Sérvia mas sem administração sérvia. O que nós encontramos foram algumas bolsas de Sérvios que estavam contentorizadas não havia mistura porque a comunidade Sérvia e a comunidade Albanesa pura e simplesmente não se misturavam. Como a comunidade Albanesa era esmagadoramente superior gerava naturalmente a criação de guetos da comunidade Sérvia que eram locais perfeitamente identificados, que estavam guardados e vigiados pela KFOR. Existia ainda outra comunidade cigana que tinha várias etnias dentro da comunidade, mas que tinha um expressão quantitativa muito inferior e era uma comunidade que acabava por ser desprezada por uns e por outros. Havia uma comunidade cigana perto do nosso aquartelamento e praticamente todos os dias havia incidentes com indivíduos feridos a tiro por vinganças ou de situações de violência pura e simples.

No entanto, no sector do Agrupamento existiam muito poucos Sérvios, os que existiam estavam reduzidos a cinco ou seis elementos, dos quais a sua grande maioria se remetia a um mosteiro (umas freiras que viviam no mosteiro) de Gudizavci, que estava perfeitamente delineado, guardado e vigiado pela força portuguesa.

4. Qual foi a missão atribuída à sua unidade, se é que se pode dizer assim?

É uma missão normal numa missão de OAP. Implementar a resolução 1244 das Nações Unidas, garantir um ambiente de instabilidade e segurança em todo o sector. Como tarefas mais específicas tínhamos que controlar a povoação de Klina, de controlar os pontos sensíveis dos quais era fundamentalmente o mosteiro de Gudizavci e povoação de Klina, e garantir a liberdade de movimentos no sector particularmente na estrada que atravessava o sector e que atravessava todo o Kosovo.

5. Face ao ambiente e à preparação (aprontamento) em que medida a força estava preparada?

Nós tivemos um tempo de preparação um pouco superior aos outros, tivemos 7 meses de preparação, e depois acabamos por ficar mais tempo no TO, fomos a FND que esteve mais tempo no TO até agora, estivemos 9 meses no TO. Porque justamente Portugal no final da missão decidiu retrain o dispositivo e como não havia substituto nacional da força teve de se encontrar noutra país um substituto daquela força, a Itália.

As unidades quando chegam há sempre uma tentativa de a testar. Nos primeiros dias em que a unidade era nova, havia sempre um burburinho maior para ver como a unidade reagia, das entidades que dentro da população a controlavam e que tinham a missão de garantir que o controlo não era da KFOR mas deles.

6. Na zona de operações da sua responsabilidade havia algum “ponto sensível”?

Era necessário manter essa segurança em permanência.

O mosteiro de Gudizavci estava guardado 24 horas por dia por um pelotão. A guarnição necessária para esse ponto era efectivo secção, só que o que se fazia era lançar operações quer a partir do nosso aquartelamento quer a partir do mosteiro.

O sector da FND estava dividido em 17 subsectores, 3 dos quais eram controlados directamente a partir do mosteiro, dali saíam patrulhas que iam controlar esses subsectores.

c. Quais as medidas desencadeadas para controlar a zona de responsabilidade?

As técnicas operacionais que se utilizavam fundamentalmente em termos de controlo eram patrulhamentos e chec-points e guardas permanentes a pontos sensíveis. O segredo era fazer os patrulhamentos e chec-points nos sítios em que querias, às horas que querias, com a iniciativa sempre do teu lado e de uma forma que aos olhos externos tinha de parecer aleatório. A única maneira possível de uma unidade com 300 elementos dos quais 140 são operacionais, para controlar um sector com 50 000 habitantes é introduzir um padrão operacional que tem de alguma forma criar o efeito de que não existe padrão.

7. Em termos de acções desencadeadas, o contacto com a população era uma prioridade?

Era um objectivo permanente. A unidade tinha constituída uma célula CIMIC e uma célula de Operações Psicológicas que em conjunto com as operações do agrupamento desenvolviam operações de informação.

a. Havia algum motivo que justificasse esse contacto?

Havia uma necessidade de nós colocarmos do nosso lado a população, de os fazer sentir que as nossas tarefas, as nossas acções, mais agressivas, mais ofensivas ou mais suaves eram todas no sentido de os salvar. Isto implica um esforço de explicação contínua quer através da postura dos militares quer através do entendimento por parte da população da finalidade das coisas. Quando nós fazemos uma operação de cerco e busca e

entramos numa casa às 5 horas da manhã, as pessoas que ali estão e as pessoas de uma forma geral, têm de perceber que aquela operação foi conduzida porque havia indícios que naquela casa existiam indivíduos que perturbavam a ordem e eram possuidores, de armas e que nós fomos lá justamente no sentido de contribuir para a segurança e bem-estar das pessoas.

Fazes a operação e concorrentemente tens de ter uma operação de informação à volta, por isso a célula CIMIC e Operações Psicológicas iam sempre a todas as operações, quer para explicar às pessoas o que se estava a fazer quer para preparar a divulgação do sucesso da operação ou explicação do insucesso. Não era fácil o entendimento das pessoas que estão na casa, porque entras de uma forma que é sempre agressiva e depois tens de agir em conformidade, levas leite para as crianças, por exemplo, tens de amenizar com aqueles que não são o objecto da operação, a musculatura da operação.

8. A unidade era solicitada para prestar algum tipo de apoio?

Era muitas vezes solicitada pelas autoridades camarárias mas a grande maioria das acções que eram feitas eram por iniciativa da própria unidade e algumas eram ordens da Brigada Multinacional.

Acções puramente CIMIC dirigidas à população eram de iniciativa da unidade, de colheita de brinquedos, medicamentos, livros escolares que se faziam em território nacional, que se transportava para o TO e se distribuía, distribuição de fogões de lenha (o inverno no Kosovo era muito rigoroso e muitas das casas não tinham aquecimento). Era tão importante a componente das actividades junto da população como a própria manobra operacional. Aliás todas as ordens de operações da unidade (AGR D) tinham no seu conceito da operação, como nós fazemos, manobra, fogos, apoio de combate, etc., o apoio de combate ali é o CIMIC.

9. Relativamente a vias de comunicação e itinerários existia alguma limitação, algum controlo necessário ou outra acção (por exemplo desminagem)?

No Kosovo havia algumas áreas que estavam interditas porque tinham sido bombardeadas com minas de fragmentação.

Não havia linhas de infiltração, o que havia eram linhas de contrabando. Havia duas zonas no Kosovo, uma na zona Este na fronteira com a Albânia, Roménia, etc., e depois na zona Oeste, que era a fronteira com o Montenegro havia problemas de natureza diferente. No vale de Prechevo havia enclaves Sérvios do lado do Kosovo e enclaves Albaneses do lado da Sérvia. Por outro lado havia uma intenção de formar uma zona independente que era o vale de Prechevo e Medveda, era um a zona de grande actividade operacional porque era difícil fazer o controlo de fronteira (este zona estava controlada pelos Americanos). No sector da Brigada Multi-Nacional Oeste havia um problema de infiltração e de contrabando de armamento, estupefacientes, crianças, pessoas, etc., na fronteira com o Montenegro.

Então muitas vezes fomos fazer operações para junto da fronteira com o Montenegro nós e os Operações Especiais, mandávamos o pelotão para fora do nosso sector e ia fazer vigilância de fronteira (que é uma coisa que também existe nos manuais de guerra subversiva).

10. Podemos falar de acções psicológicas nas OAP? A quem se destina a sua aplicação?

As operações psicológicas destinavam-se fundamentalmente à população local, aos potenciais adversários, neste caso era o Exército de Libertação do Kosovo (UCK) que não estava activado oficialmente, mas nós sabíamos que existia. Mas as operações psicológicas tinham como finalidade primeira angariar a aceitação da presença multinacional e particularmente da FND portuguesa junto da população em que estava a trabalhar. A partir daí desenvolviam-se várias actividades, através de uma rádio, desenvolviam-se actividades a quando das operações de cerco e busca em que se fazia logo ao final da operação a elaboração de um “press realese”, informando sobre o que se tinha danificado e composto, a divulgação das actividades junto da população que se desenvolviam, aquilo que se ajudava.

Quando o batalhão saiu do Kosovo, fizemos exposições no centro cultural de Klina, fizemos um desfile com a tropa portuguesa com 5 mil albaneses com bandeiras portuguesas a acenar, fizemos concertos com música portuguesa e música albanesa, tudo isto são operações de informação, a colocação dos sucessos operacionais nos diversos órgãos de comunicação social (mais uma vez a KFOR portuguesa contribuiu para a segurança e bem-estar da população do Klina, tendo efectuado uma operação X, da qual resultaram...X detidos e confiscado X...) calendários, aproveitando as fotografias que se tiravam.

11. Relativamente aos meios de comunicação, constantemente estamos a ser confrontados com informações sobre acontecimentos decorrentes das OAP. Estes são usados tanto por aqueles que resistem à presença da força, como pelas nossas forças. O objectivo de ambos é a influência da população. Qual a medida implementada para minorar a acção dos rebeldes?

A rádio divulgava a cultura portuguesa e divulgava as actividades da força portuguesa. E chamava a atenção às pessoas para comportamentos civilizados, para a necessidade de participar nos actos eleitorais, chamava a atenção para a colaboração nas limpezas da cidade, em português e Albanês em simultâneo.

A força foi visitada durante o tempo de permanência no Kosovo por inúmeros órgãos de comunicação social e alguns requisitaram que acompanhassem operações de cerco e busca, e acompanharam.

12. Embora normalmente exista o consentimento da população na presença da força, existem sempre resistências. Encontrou-as?

Existiam, indivíduos fundamentalmente oriundos do antigo UCK, mas isso não estava em vigor, eles não tinham necessidade disso porque estavam sobre a protecção multinacional. Dentro da sociedade kosovar e particularmente na cidade de Klina, que era um dos 3 pólos de um triângulo onde o UCK nasceu, existiam os indivíduos mais radicais. Havia os moderados que eram do LDK, do partido do Ibrahim Rugova, e tinham os radicais que eram do partido PDK que eram da família Celini que tinham também ligações mafiosas com tentáculos em vários países europeus e fundamentalmente a questão era esta. Como a nossa responsabilidade era garantir a segurança e o bem-estar tudo o que concorria-se para a alteração da segurança e bem-estar, como por exemplo a detenção de armas, a utilização das armas, violência, etc., nós tínhamos de ter uma intervenção. Naturalmente que esse tipo de atitude coincidia mais com o factor mais radical do que com o mais moderado, praticamente era ali que se exercia o nível de agressividade, o resto era uma componente normal. Às vezes haviam operações que se destinavam a determinados indivíduos de outras facções porque tinham armas mas essas armas muitas vezes eram para se defenderem daqueles.

13. Teve necessidade de executar operações ofensivas? (Op. Ofensivas = Limpeza de zona (cerco e operações de busca); limpeza de povoação; golpes de mão e emboscadas); Essas acções continuam a ir de encontro ao preconizado pelas OAP?

A unidade executou cem operações de cerco e busca das quais aproximadamente $\frac{1}{4}$ foram planeadas, cada operação planeada demorava à volta de 3 semanas a preparar porque incluía reconhecimentos por parte das informações.. Portanto tinha de ser uma coisa muito camuflada, (utilizando as patrulhas e dentro das patrulhas ia um homem das informações que tirava uma fotografia), e aproveitando as informações que nos chegavam muitas vezes das quezílias entre vizinhos e aproveitava-se essa informação para saber onde estava o armamento.

14. Gostaria ainda de lhe perguntar e, partindo do pretexto que elaborou o manual de OAP da EPI, em que medida existe alguma semelhança nas actuais operações de apoio à paz comparativamente às operações de contra-subversão conduzidas na guerra de África?

Eu acho que existe uma grande semelhança entre as operações que se faziam na Guerra subversiva em termos de tipologia de tarefas e nas OAP, particularmente naquelas que tive oportunidade de participar no TO do Kosovo. O que existe é uma diferença no nível de agressividade que se coloca. Porque de resto, as técnicas operacionais que se utilizam (operações de nomadização, os postos de controlo, os patrulhamentos, o próprio estabelecimento e defesa dos aquartelamentos) tudo isso são técnicas, muito semelhantes aquelas que se utilizavam na Guerra do Ultramar.

Apêndice H – Entrevista 3

Nome: Francisco Duarte

Posto: Tenente-Coronel

Função: Cmdt CA Colégio Militar

Data: 17 de Junho de 2009

Desde já o meu agradecimento pela disponibilidade.

Em virtude de ter participado numa missão de apoio à paz em Timor-Leste e por ter desempenhado funções de Oficial de Informações da FND, considero esta entrevista de extrema importância.

1. Como foi formada a unidade para cumprir a OAP?

A unidade tinha Batalhão de perto de 1000 homens de 56 unidades diferentes. O aprontamento foi em Viseu, era o 2BI/BLI, inicialmente formou-se com três companhias, depois uma quarta, um esquadrão de cavalaria e depois foi reforçada por ainda uma companhia de fuzileiros.

2. Qual o treino/tarefas realizadas na fase de aprontamento? O treino foi mais vocacionado para as OAP ou operações ofensivas?

O aprontamento foi em Viseu, e a força preparou-se basicamente e face à diversidade de unidades envolvidas em duas partes, criar a unidade, criar o espírito de união, conhecerem-se, e depois passou-se à fase de treino, pelotão, companhia, começando a praticar algumas das técnicas aproveitando a experiência dos que já lá estavam, treina-las no terreno da mesma forma. Fundamentalmente a preparação decorreu com base nas tarefas que eram já executadas no TO, e aqui treinamos primeiro pelotão, companhia e depois no exercício final (ERMES), em que servia essencialmente para treinar a coordenação do comando, criando-se incidentes incidindo nas decisões do comando.

3. Como caracteriza o ambiente encontrado em Timor Leste?

A ameaça propriamente dita era apenas na disputa pelas terras.

4. Qual foi a missão atribuída à sua unidade?

A missão era a de guarnecer o comando de sector; Responsabilidade de Segurança do Sector central, com o Batalhão (missão principal). Manter o controlo e segurança da população e ameaça. Cada companhia tinha uma reserva (força de intervenção).

Mais tarde já durante a missão avançou um esquadrão PE para manter a segurança da cidade de Díli, passando a controlar o Aeroporto, posto de abastecimento de água, o heliporto

5. Quais os tipos de acções/tarefas principais executadas/atribuídas à sua unidade?

Na segurança a Díli faziam-se patrulhamentos e Chec-points, também pontualmente no controlo de refugiados, e quando isso acontecia guarneciam o centro de refugiados no processo de chegada, distribuição, contagem, encaminhamento e distribuição de algum material.

As outras companhias faziam as tarefas normais de patrulhamento, que trabalhavam quase como companhias independentes que não o eram, eram isoladas, nós respeitávamos a organização administrativa civil deles porque era mais fácil a recolha de informações e o planeamento das operações. Como também existiam ONG no território e eles também respeitavam esta organização, havia muitas vezes reuniões para coordenar o patrulhamento e segurança.

Os patrulhamentos eram essencialmente a pé e duravam em média uma semana com cada companhia com um distrito, Liquiça, Maubisse, Same e Aileu.

6. Em termos de acções/tarefas desencadeadas, o contacto com a população era uma prioridade?

Só dava para trabalhar assim. Não é possível neste tipo de ambiente e particularmente em Timor, fazer um pouco como os americanos fazem que é esta é a nossa operação e não queremos saber quem é que lá esta, não funciona.

Portanto contactar com a população, era o principal objectivo, ganhar empatia e depois, decorrente disso também tirar umas fotografias, verificar indícios técnicos que poderiam levar a que ali havia um foco potencial de problemas.

É fundamental para este tipo de missões conhecer a história do país, ou seja, não é possível uma força ir para uma missão destas sem saber a história, o que é que se passou, o serviço de informações destas missões baseia-se só na história. Porque nós vimos que eles vivem muito isolados, e vivem em comunidades, tudo que existisse na comuna era da comunidade, o porco é da comunidade, os casamentos eram feitos dentro dos sucos.

São muito católicos e aos domingos tinham um ritmo que já tinham de há muito tempo que eram as milícias, pelo motivo de nunca terem sido independentes, eles tinham de fazer a sua auto-protecção, que não era contra nada, era apenas uns dos outros, então tinham a missa ao domingo de manhã e à tarde o treino das milícias, ou seja da própria segurança pelos homens da aldeia que faziam ordem unida, marchavam, fazia parte das tradições, eles faziam aquilo por desporto.

7. A unidade era solicitada para prestar algum tipo de apoio (autoridades/população)? (operações CIMIC, psicossocial, algum tipo de ajuda de forma a colmatar as necessidades dos habitantes?)

Sim tínhamos também um destacamento de Engenharia, com retroescavadoras, basculantes, uma espécie de CIMIC, tudo o que fosse comunitário, escolas, campos de futebol, abrir estradas, coisas que fossem para apoio à comunidade, que coordenava

directamente com o comando da PKF (outras células CIMIC de outros países). As acções de apoio humanitário a desenvolver, na participação de diversas formas, fornecendo material, fornecendo apoios em termos de mão-de-obra, professores (Portugal) houve uma mistura de apoio civil e apoio militar que tem de ser muito bem coordenada.

8. Face ao ambiente encontrado o controlo das vias de comunicação/itinerários faziam parte das acções/tarefas da unidade (porquê? Em que situações? Quais as acções/tarefas que eram realizadas?)

Atendendo às características do terreno e ao tipo de pessoas que são, em que sempre viveram assim, da base da subversão, nunca souberam viver de outra maneira, isso era muito difícil de controlar, para o fazer talvez só através de uma linha única. Isso só era detectado por informações, quando nós falávamos com os chefes de aldeia e dos sucos e nos informavam da chegada e das intenções de quem chegava, no entanto existia muito boato que não conseguia-mos gerir.

9. Face o ambiente do TO, existiram acções psicológicas desenvolvidas pela unidade? Qual o seu objectivo?

Directamente não, a acção psicológica que se acabava por desenvolver era pela presença, eles viam as tropas sabiam que de vez em quando aparecia lá um grupo de militares a fazerem patrulhas o que fazia com que estivessem em alguma tensão, devido á irregularidade. Também através das conversas com enfermeiros e médicos que iam nas patrulhas, porque eles não tinham nada (acabava por ser uma acção psicossocial).

10. O consentimento da população na presença da força e no desenrolar das acções é essencial, no entanto existem sempre resistências. Quais as acções/tarefas usadas para minorar essas resistências?

Contra os portugueses nunca. Eles são fanáticos pela nossa bandeira, têm poucos estudos mas paralelamente a isso e como vivem em comunidades têm no mais idoso da aldeia, aquele que fala para os mais novos e passa a mensagem falando bem dos portugueses.

11. Relativamente aos meios de comunicação, constantemente estamos a ser confrontados com informações sobre acontecimentos decorrentes das OAP. Eram usadas pela nossa força? De que forma?

Não, porque ali só funcionava a demonstração. Nós agarramo-nos essencialmente aquilo que lhes toca mais, e o que lhes toca mais é a parte religiosa, são extremamente religiosos. Fizemos procissões, oferecemos uma Nossa Senhora para porem no jardim, fizemos uma festa cultural com música, ajudávamos na igreja. Primeiro temos de saber o que toca as pessoas, quais são as necessidades do que para a população é mais “sagrado”

e depois ir ao encontro disso. O melhor neste caso particular é a demonstração por intermédio de acções, por exemplo uma parada militar.

12. Decorrente da missão da unidade teve necessidade de executar operações ofensivas? (Op. Ofensivas = Limpeza de zona (cerco e operações de busca); limpeza de povoação; golpes de mão e emboscadas). Essas acções continuaram a ir de encontro ao preconizado pelas OAP?

A única vez que houve necessidade de fazer, e não foi uma operação ofensiva, em apoio dos australianos que estavam numa zona onde a ameaça era superior tivemos uma missão junto na fronteira, nós apenas tivemos de guarnecer os postos que estes deixaram livres para o cumprimento da sua missão. Foi um reforço do sector Oeste.

13. Gostaria ainda de lhe perguntar, em que medida existe alguma semelhança, nas actuais operações de apoio à paz (tendo em conta o TO em que participou), comparativamente às operações de contra-subversão conduzidas na guerra de África?

As técnicas até ao nível de pelotão são as mesmas, as técnicas de reconhecimento, de patrulhamento, a batida bem como os métodos que eram feitos aos baixos escalões na execução táctica é tudo aplicável.

Como o território era muito extenso, e como não haviam forças suficientes para cobrir toda a área a única coisa possível (e está escrito) era fazer patrulhas com pequenos efectivos e depois ter uma força de intervenção pronta com grande flexibilidade e mobilidade transportada pelo helicóptero ou outro, para intervir imediatamente. Porque se nós empenhássemos directamente toda a força e tivéssemos uma força de intervenção fraca não tínhamos capacidade nem flexibilidade suficiente para fazer face às situações de ocorrência.

Apêndice I – Entrevista 4

Nome: Correia

Posto: Tenente-Coronel

Função: 2ºCmdt do RI-14

Data: 14 de Junho de 2009

Desde já o meu agradecimento pela disponibilidade.

Em virtude de ter participado numa missão de apoio à paz no Afeganistão e por ter desempenhado funções de Comandante da Força Nacional Destacada, considero esta entrevista de extrema importância.

1. Sendo o Afeganistão um TO com características particulares, o que nos leva a associar um nível superior de risco/ameaça na participação de uma FND. Assim sendo, como foi formada a unidade para cumprir a OAP, tinha de cumprir algum requisito fundamental?

Esta unidade que eu comande já era uma unidade constituída, era uma companhia de um batalhão que eu comandava, portanto, foi fácil para mim escolher a companhia.

A doutrina operacional também já vinha sendo consolidada, foi só ajustar algumas tarefas, técnicas, táticas e procedimentos, e orientar o esforço para o TO do Afeganistão. A não ser a parte dos apoios, sanitário e comunicações que tivemos de nos socorrer do exterior, essencialmente a força de manobra era do batalhão pára-quedista.

As características desta força, o tipo de missões que executa, o perfil dos homens que a equipam (o potencial humano é determinante) é para um TO com elevado risco, naturalmente determinante na escolha das melhores forças, considero eu.

2. O tipo de treino/tarefas realizadas na fase de aprontamento são as normais para uma missão de apoio à paz? (ou treino para operações de carácter ofensivo?)

O treino foi muito mais direccionado para operações ofensivas, naturalmente que tu vais encontrar uma ameaça presente a qualquer momento, tens de ter preocupações a todos os níveis, preocupação em reagir rapidamente ao fogo, preocupações em termos de condução, ter a preocupação de todos os olhos são extremamente importantes, (principalmente o atirador da MP e o condutor). A ameaça terrorista é uma coisa que existe lá, e quando ela própria pode ser vectorizada num homem que se destrói está tudo dito.

Nós sabíamos qual seria a nossa missão lá e através de relatórios e actualização de toda a ameaça que é concretizada, o treino operacional é orientado dessa forma, em termos de manobra tem de haver especial ênfase em termos de força constituída em como reagir aos incidentes, como reagir aos IEDS (a montagem da patrulha de segurança, quando se sai das viaturas todo o raio de acção, ter de fazer o corrimento, a maneira de poder rebocar uma viatura) a grande ameaça são os IED, como tal nós treinamos uma reacção mais específica para este tipo de ameaça, porque todo o resto de operações ofensivas, mais de carácter convencional tudo isso é feito no treino operacional e depois temos de ajustar alguns tipos de incidentes que possam lá acontecer.

3. Como caracteriza o ambiente encontrado (no Afeganistão)?

Era um ambiente desde o início até ao final, sentimos que era hostil. E é uma base de desconfiança total, porque qualquer pessoa poderá ser um “homem bomba”, qualquer pessoa, qualquer criança, qualquer mulher com uma burca. Sempre que saís há sempre ameaça além de que, quando estás nas bases existe uma ameaça em termos de rockets que é verídica e que aconteceu.

4. Qual foi a missão atribuída à sua unidade?

A unidade era a reserva (QRF) da ISAF. A ISAF tinha duas reservas, uma robusta e depois tinha a nossa força que podia cumprir qualquer tipo de missão.

Missões ofensivas, com a limitação de não operar acima dos 4 000 metros, porque não tinham condições de alta montanha. De resto em termos de emprego não tínhamos qualquer restrição. A força estava pronta a aplicar em qualquer parte do TO do Afeganistão, com um grau de prontidão de uma companhia em 60 minutos, ou um pelotão em 10 minutos prontos a sair para cumprir a missão em H-24 horas.

5. Face á tipologia das OAP, qual estava presente no TO?

É uma operação de manutenção de paz. Poderá ter havido alguns momentos que nos levasse a crer que era imposição, mas o que a força está lá a fazer é manutenção de paz. Neste momento há alguma instabilidade governamental e um crescimento que levará muito tempo, várias gerações até, e a componente militar tem extrema importância em criar condições para que todos os pilares no resto do Afeganistão possam crescer.

Eu considero que é manutenção de paz, e logicamente é. Imposição podemos falar do caso no Sul do país (toda a zona do Sul é controlada pelos talibans), em que efectivamente não há presença governamental nem da NATO, é um vazio onde estão os “santuários” para os insurgentes, como tal, aí as operações executadas podem ser consideradas imposição de paz.

6. Quais os tipos de acções/tarefas principais executadas/atribuídas à sua unidade?

Dentro da missão da reserva (QRF), entrávamos em contacto com o RC Cabul, trabalhamos também com outros RC. Desenvolvíamos acções com franceses, italianos e turcos, com patrulhamentos (presença), reconhecimento, controlar ou minimizar a ameaça que existiria em Caia, mais propriamente no aeroporto internacional de Cabul, desde operações de combate no Sul (ir aos seus santuários). No Sul mais operações de combate e no Norte (Cabul) era mais, por assim dizer, mostrar presença, reconhecer o terreno, e tentar minimizar algumas ameaças que existiriam e que havia sobre Cabul, sobre Caia (aeroporto internacional), deslocávamo-nos para esses sítios, para manter postos de observação durante o período estipulado pelo comando da ISAF.

7. Em termos de acções/tarefas desencadeadas, o contacto com a população era uma prioridade? (o grau do uso da força (tendo em conta o risco) influencia a população, havia algum cuidado no contacto com a população?)

Não, a reserva quando era empenhada tinha de se deslocar no mais curto espaço de tempo possível. Neste ambiente a população é sempre hostil e quando a arma não esta na linha de mira, nos objectivos que queremos alcançar, poderá ser tempo perdido. Quer a arma como a condução eram sempre agressivas.

Em termos de liberdade de movimentos, se havia trânsito bloqueado num sentido nós íamos no sentido oposto, correndo o risco do pessoal não se afastar. Além de termos painéis a chamar a atenção para o pessoal não se aproximar, havia muitas vezes viaturas que se aproximavam, quando o apontador ou o chefe de viatura, via que a viatura se estava a aproximar ou que havia qualquer tipo de ameaça dava a indicação para o apontador e ele fazia uma rajada para o ar, se via que a viatura não se afastava dava uma rajada para a parte de baixo da viatura. Esta era postura, que é agressiva porque a ameaça que tínhamos, a qualquer momento qualquer pessoa podia-nos provocar imensas baixas (postura era proporcional à ameaça).

8. A unidade era solicitada para prestar algum tipo de apoio (autoridades/população)? (operações CIMIC, psicossocial, algum tipo de ajuda de forma a colmatar as necessidades dos habitantes?)

Não. Uma única vez foi pedido apoio pelos italianos. Eles iam fazer apoio CIMIC (saúde), e nós íamos a prestar cobertura por outro lado, dando alguma segurança afastada à força. Não foi prestado o apoio directamente. A força não tinha constituintes CIMIC na estrutura orgânica da força. No entanto, fomos executar operações de combate para o sul, o que houve a necessidade de coordenação apenas com as unidades que estavam no local.

9. Face ao ambiente encontrado o controlo das vias de comunicação/itinerários faziam parte das acções/tarefas da unidade? (porquê? Em que situações? Quais as acções/tarefas que eram realizadas?)

Não. Os itinerários de deslocamento da força eram escolhidos em função onde não houvesse qualquer tipo de ameaça, através das informações nós sabíamos eventualmente onde havia ameaça IED. Havendo ameaça IED, através das informações ou por concretização da mesma não íamos por esse itinerário, não nos íamos expor.

Na execução de IED, eles accionam-no quando querem e à força que querem. Em campo aberto nós, geralmente nunca íamos por itinerários, procurávamos sempre, condições fora do itinerário, porque o itinerário só por si nos obriga a passar por onde a ameaça poderá vir a ser concretizada. No Sul, como era planície nós tínhamos liberdade de ir por onde queríamos, ou seja a planície é uma grande malha de terreno de incerteza para

a concretização da ameaça, e os insurgentes vão se colocar onde têm a certeza que as forças vão passar.

Naturalmente que num TO destes, os insurgentes também estudam os nossos movimentos (hábitos e rotinas) e quando uma força passa muito pelo mesmo sitio, não é bom. Se para lá vamos por um itinerário para cá não vamos pelo mesmo, mesmo que isso implique mais uma hora de trajecto.

10. Face o ambiente do TO, existiram acções psicológicas desenvolvidas pela unidade? Qual o seu objectivo?

Não nem acções psicológicas nem acções CIMIC, a força de manobra pura com um apoio apenas de TACP (uma equipa da força aérea que faz o controlo das aeronaves, controladores aéreos por assim dizer)

11. O consentimento da população na presença da força e no desenrolar das acções é essencial, no entanto existem sempre resistências. Quais as acções/tarefas usadas para minorar essas resistências?

A população era olhada por nós como uma possível ameaça, que passa mas há logo outra ali á frente. Eles próprios lá não estão muito tempo a olhar para nós. Quike Reaction Force (QRF) o nome diz tudo, nós quando íamos cumpríamos a missão e regressávamos ao quartel. Também nunca me apercebi que as crianças ou a população tomassem uma atitude de provocação (manguitos, cuspir para o chão, arremessar pedras,) as pessoas estão com sentimento de resignação ou de aceitação.

Apesar das nossas acções como por exemplo a condução da força, que era sempre agressiva nunca vi qualquer acção por parte da população que se manifestasse contra a força.

12. Relativamente aos meios de comunicação, constantemente estamos a ser confrontados com informações sobre acontecimentos decorrentes das OAP. (Por exemplo os Taliban durante o conflito usaram a Aljazeera para fazer passar a sua mensagem) Eram usadas pela nossa força? De que forma?

Não, connosco nunca tivemos jornalistas. Por parte dos insurgentes era usada pela ajazeera mas contra a ISAF e não contra a força portuguesa. Porque claramente são contra as forças Americanas e os “amigos”.

13. Decorrente da missão da unidade teve necessidade de executar operações ofensivas? (Op. Ofensivas = Limpeza de zona (cerco e operações de busca); limpeza de povoação; golpes de mão e emboscadas). Essas acções continuaram a ir de encontro ao preconizado pelas OAP?

Sim, principalmente no SUL (zona de Kandahar), era uma zona que na altura tinha pouca presença da NATO, as forças nacionais do Afeganistão não mandavam ali. Portanto, era uma zona por assim dizer de livre circulação dos Insurgentes. Nesta zona fizemos operações ofensivas de aproximação aos “santuários”, em coordenação com EUA de cerco.

14. Para além das tarefas mencionadas, acha importante referir outra (s) que tenha realizado e que levaram ao cumprimento da missão?

A força reagia, apenas quando eles queriam e onde queriam.

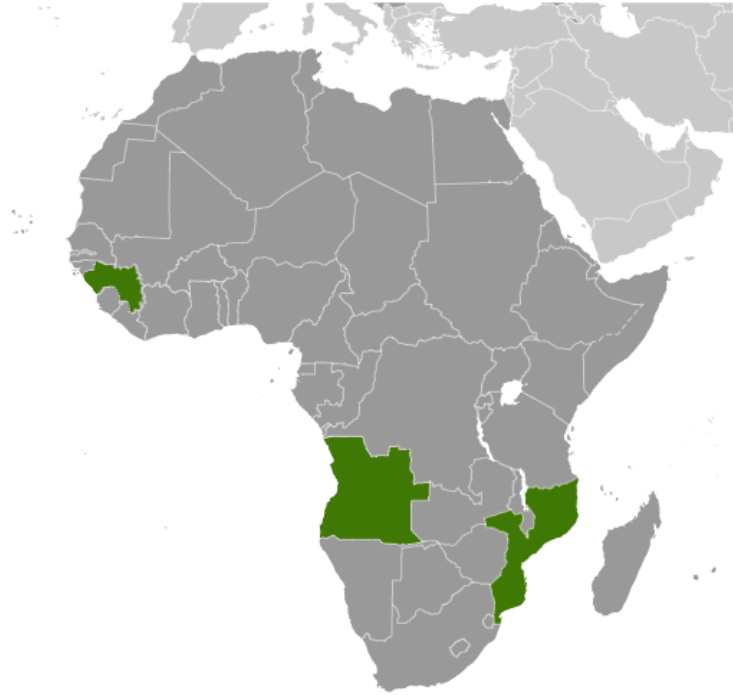
15. Gostaria ainda de lhe perguntar, em que medida existe alguma semelhança, nas actuais operações de apoio à paz (tendo em conta o TO em que participou), comparativamente às operações de contra-subversão conduzidas na guerra de África?

São e cada vez mais actuais. Hoje em dia o insurgente confunde-se com a população. Só que a ameaça é “maior”, materializada no “homem bomba” e nos IEDS que não existiam em África (havia as minas comparativas à actual “mina humana”). De resto a população, as forças de intervenção e as técnicas desenvolvidas se olharmos para o TO do Afeganistão é tudo semelhante.

Por exemplo no Sul vi forças em que o poder de fogo estava disponível, não iam em viaturas blindadas, iam em Land Rovers prontos para a qualquer momento sair das suas viaturas e reagir ao fogo.

Anexo A – Portugal, Angola, Moçambique e Guiné

Figura A.1. Área Ultramarina



Fonte: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/mz.html>

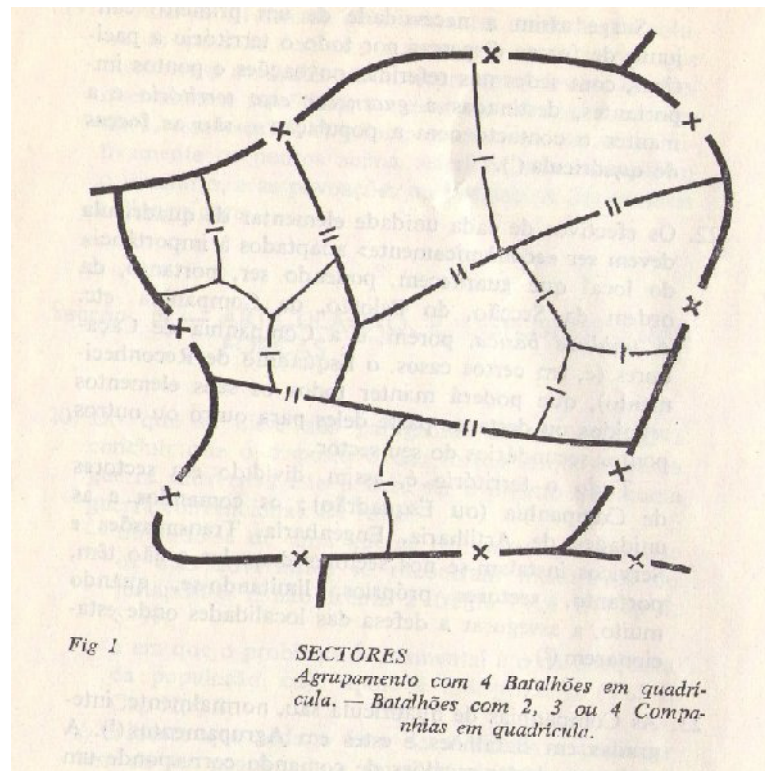
Figura A.2. Área Europeia comparativa com a área Ultramarina



Fonte: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/sp.html>

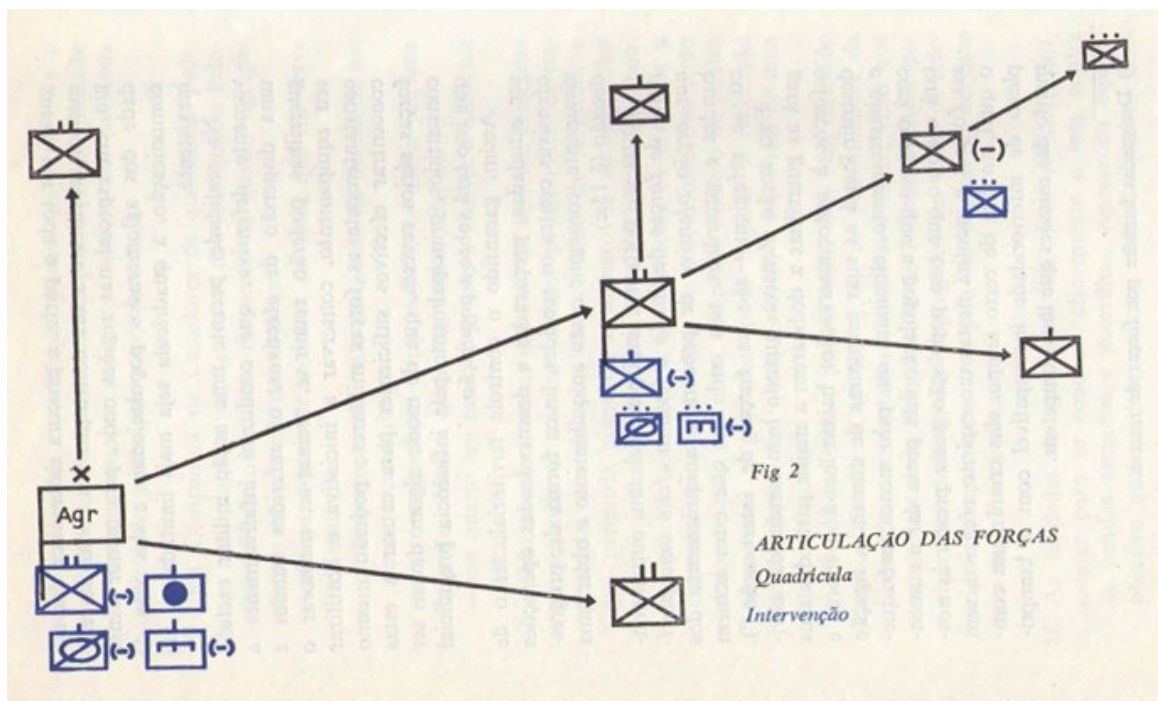
Anexo B – Articulação e Ocupação das Forças

Figura B.1. Sector



Fonte: (EME, 1966)

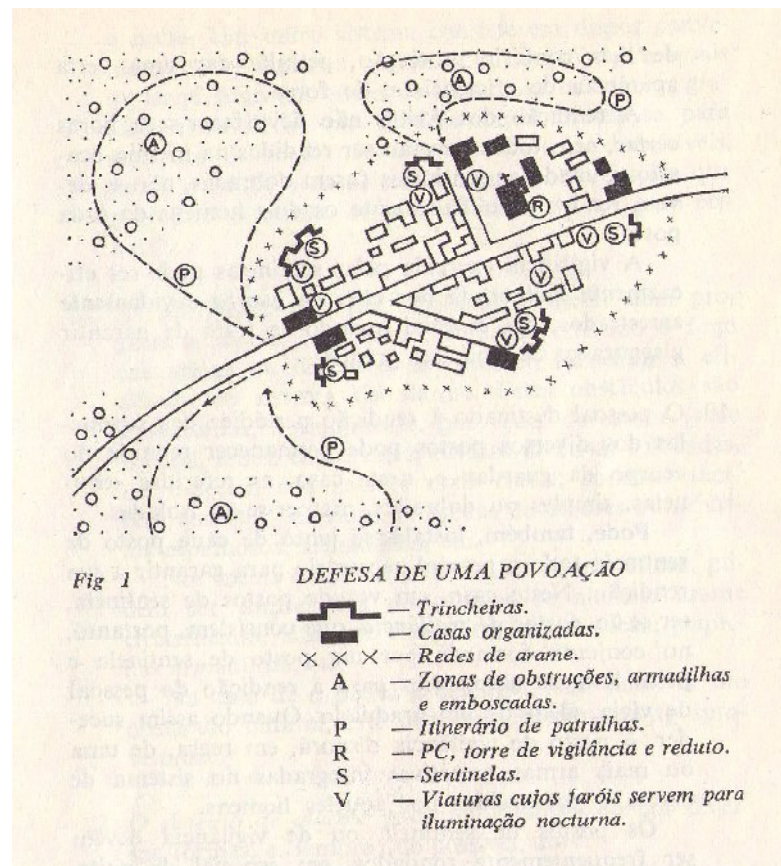
Figura B.2. Articulação das Forças



Fonte: (EME, 1966)

Anexo C – Defesa de Povoação

Figura C.1. Esquema possível de Defesa de uma Povoação



Fonte: (EME, 1966)

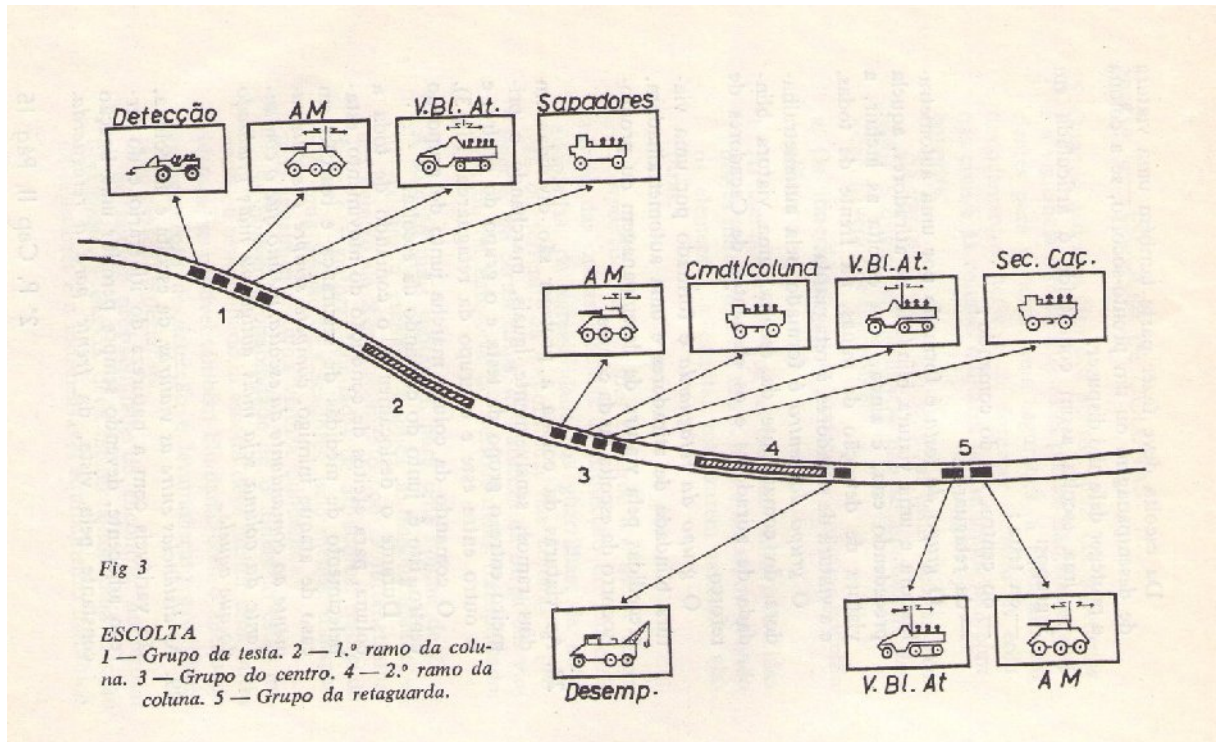
Figura: C.2. Torre de Vigilância



Fonte: (EME, 1966)

Anexo D – Escoltas

Figura D.1. Constituição de uma escolta



Fonte: (EME, 1966)

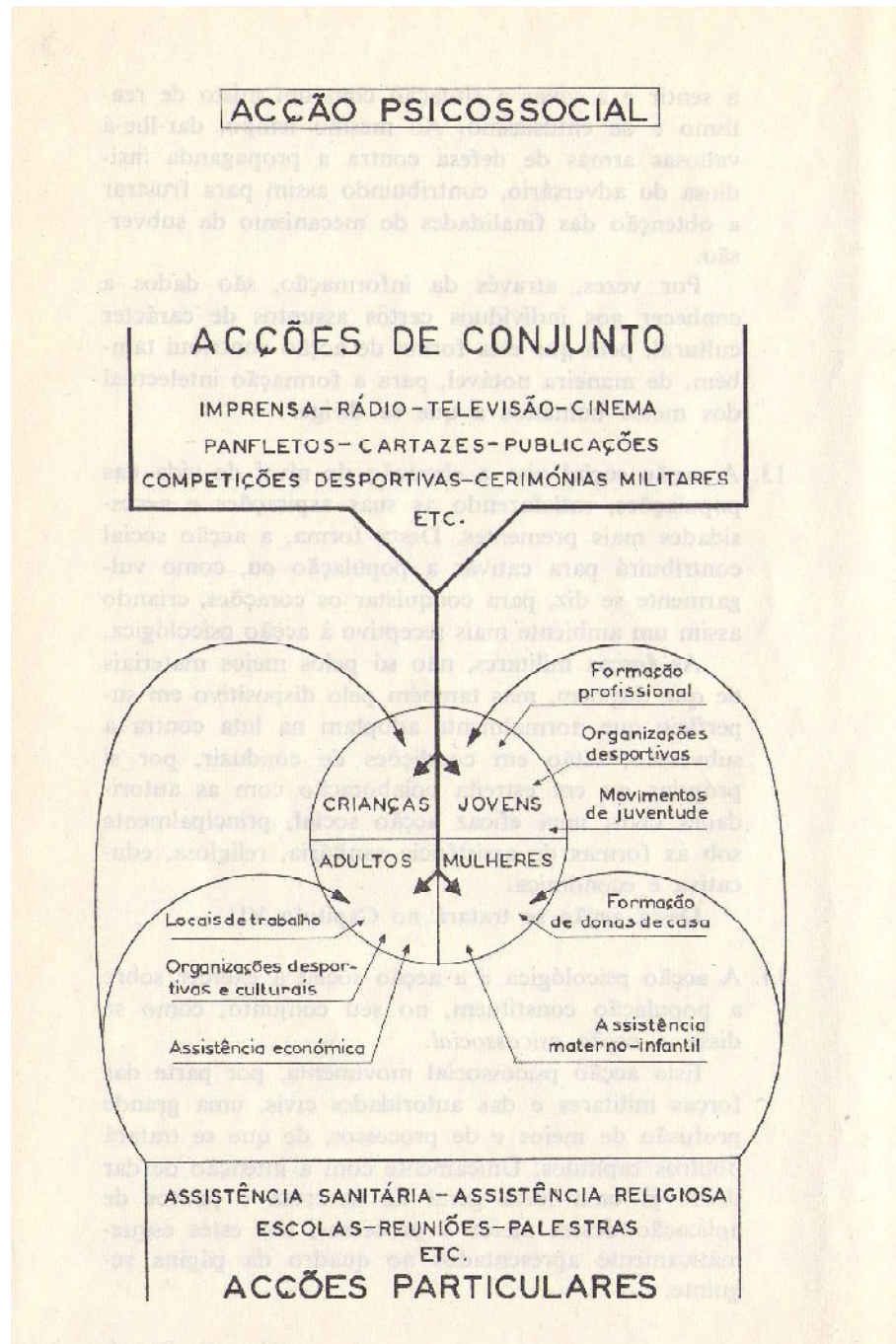
Anexo E – Acção Psicológica

Figura E.1. Panfleto



Fonte: (EME, 1966)

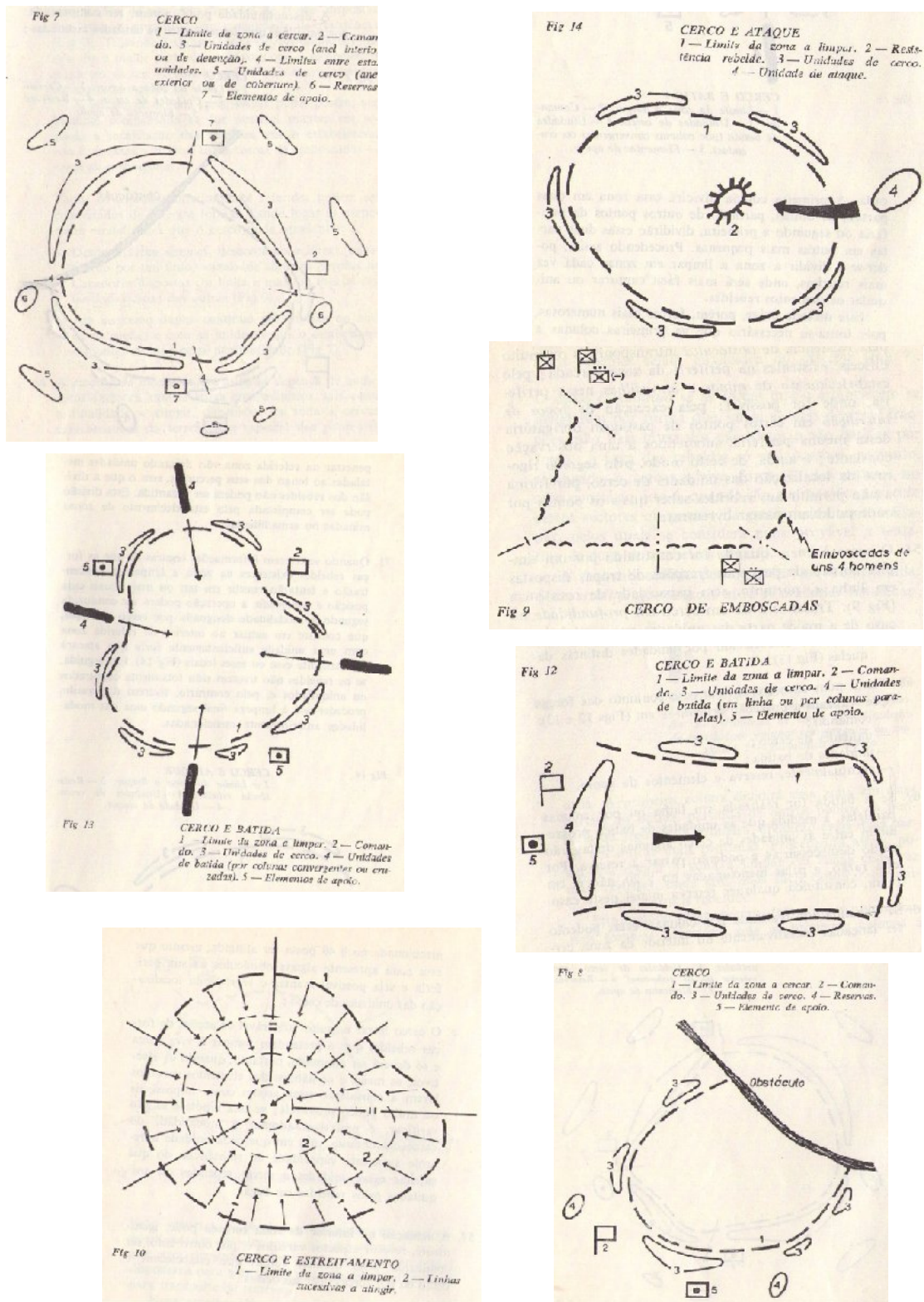
Figura E.2. Acção Psicossocial



Fonte: (EME, 1966)

Anexo F – Operações de Cerco

Figura F.1. Diversidade de aplicação das Operações de cerco



Fonte: (EME, 1966)

Anexo H – Bósnia Herzegovina e Kosovo

Figura H.1. Fronteiras da Bósnia Herzegovina e Kosovo



Fonte: <http://maps.google.pt/>

Figura H.2. Localização da Bósnia Herzegovina



Fonte: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/bk.html>

Figura H.3. Localização do Kosovo



Fonte: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/kv.html>

Anexo I – Timor-Leste

Figura I.1. Timor-Leste e Oecussi Ambeno



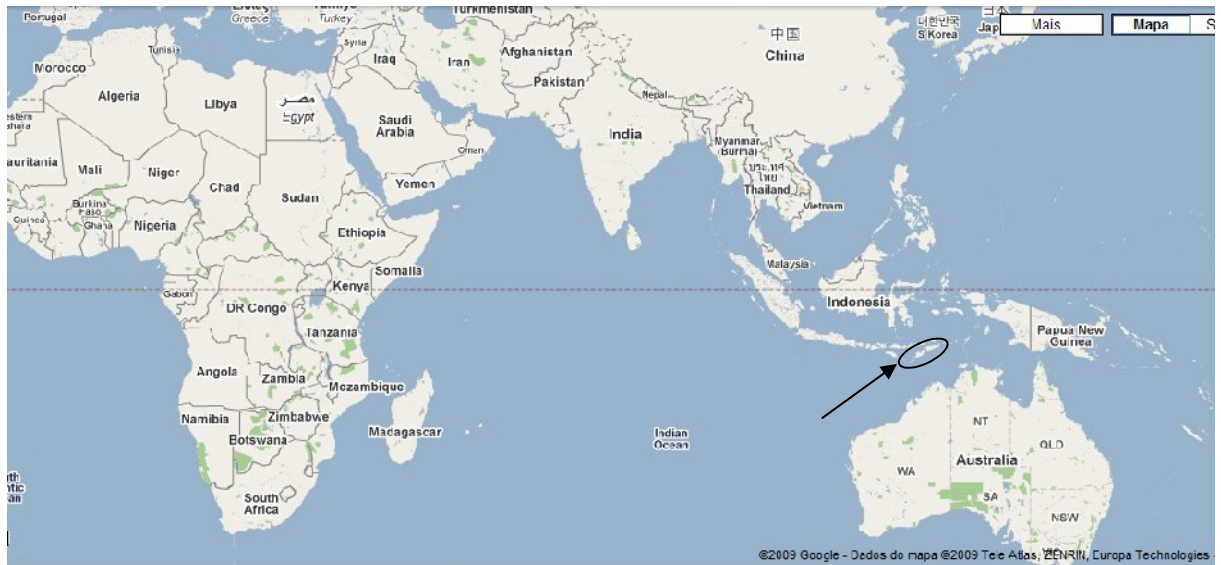
Fonte: <http://maps.google.pt/>

Figura I.2. Oecussi Ambeno



Fonte: www.webcarta.net

Figura I.3. Timor-Leste



Fonte: <http://maps.google.pt/>

Anexo J – Afeganistão

Figura J.1. Relevo do Afeganistão



Fonte: <http://maps.google.pt/>

Figura J.2. Localização do Afeganistão



Fonte: <http://maps.google.pt/>